



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 30

I Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 10 de julho de 2013

Presidente: *Deputado Humberto Melo*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 05 minutos.

No Período de Tratamento de Assuntos de Interesse Político Relevante, foram apresentados diversos votos.

O primeiro, [Voto de Congratulação pelo «vigésimo quinto aniversário do Jornal “Ilha Maior”»](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, mais precisamente pelo Sr. Deputado Miguel Costa, foi aprovado por unanimidade, não sem antes ter usado da palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes (*PSD*).

Seguiu-se um [Voto de Congratulação pelos 150 anos da Filarmónica “Fundação Brasileira” dos Mosteiros](#), apresentado pelo Sr. Deputado José Andrade, do Grupo Parlamentar do PSD.

Sobre o mesmo usou da palavra o Sr. Deputado Pedro Moura (*PS*), seguindo-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

Posteriormente, pelo Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, do Grupo Parlamentar do PS, foi apresentado um [Voto de Congratulação pelo “título de Campeão da 2ª Divisão Nacional do escalão de Juvenis, alcançado pelo Sporting Club da Horta”](#).

Antes da aprovação por unanimidade do respetivo voto, usou da palavra o Sr. Deputado Luís Garcia (*PSD*).

Relativamente ao [Voto de Congratulação pelos «150 anos da Filarmónica “Fraternidade Rural” de Água do Pau»](#), apresentado pelo Sr. Deputado José Andrade, do Grupo Parlamentar do PSD, usou da palavra o Sr. Deputado José San-Bento (*PS*).

Submetido à votação, o voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

Pelo Grupo Parlamentar do PS, mais precisamente pelo Sr. Deputado Duarte Moreira, foi apresentado um [Voto de Congratulação pelo “vigésimo quinto aniversário do Clube Naval de Santa Maria”](#), o qual foi aprovado por unanimidade.

Sobre o mesmo, usou da palavra a Sra. Deputada Aida Amaral (*PSD*).

O último [Voto de Congratulação](#) apresentado nesta sessão, aprovado também por unanimidade, coube ao Grupo Parlamentar do PS, [“pela celebração dos 125 anos de existência da Filarmónica Recreio dos Lavradores de Santo Antão”](#).

A apresentação do respetivo voto coube ao Sr. Deputado Rogério Veiros, usando posteriormente da palavra o Sr. Deputado António Pedroso (*PSD*).

Seguiu-se um [Voto de Protesto](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, mais precisamente pelo Sr. Deputado Luís Maurício, [“contra o encerramento das termas da Ferraria e do Carapacho, a indefinição registada no processo de recuperação das termas das Furnas e do Varadouro, lamentando os efeitos nefastos que estão a ser provocados ao sector do turismo nas ilhas de S. Miguel, Graciosa e Faial”](#).

No debate, participaram os Srs. Deputados Francisco César (*PS*) e Nuno Melo Alves (*CDS-PP*).

Submetido à votação, o voto de protesto foi rejeitado por maioria.

Por fim, foi apresentado um [Voto de Pesar pelo “falecimento de Antero Augusto de Medeiros Gonçalves”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A apresentação do voto coube ao Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, usando posteriormente da palavra o Sr. Deputado Costa Pereira (*PSD*).

Aquando da votação, o voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

Ao abrigo do artigo 74º do Regimento, foram apresentadas duas Declarações Políticas.

Sobre a primeira, apresentada pelo Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*), usaram da palavra os/a Srs/a. Deputados/a Pedro Moura (*PS*), Zuraida Soares (*BE*), Duarte Freitas (*PSD*), Artur Lima (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e ainda o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

Usou ainda da palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*), para proferir um protesto.

Sobre a segunda, apresentada pelo Sr. Deputado Berto Messias (*PS*), usaram palavra os/a Srs./a Deputados/a Paulo Estêvão (*PPM*), Duarte Freitas (*PSD*), Zuraida Soares (*BE*) e Artur Lima (*CDS-PP*).

Para defesa da honra usou da palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*).

No período destinado à **Agenda da Reunião**, foi apresentado, pela Representação Parlamentar do BE, o [Projeto de Resolução n.º 14/X – “Recomenda ao Governo Regional que, em execução do disposto nos termos do Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de abril e subsequentes alterações, proceda à atualização do acréscimo regional ao salário mínimo nacional e do complemento regional de pensão”](#).

Após a intervenção inicial da Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*), iniciou-se o debate que contou com a participação dos Srs. Deputados António Marinho (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*), José Ávila (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Francisco César (*PS*) e ainda o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado por maioria.

De seguida, e pelo Grupo Parlamentar do PSD, foi apresentado e debatido o [Projeto de Resolução n.º 37/X – “Acordo de Comércio Livre com a Tailândia”](#), o qual foi aprovado por unanimidade.

Aberto o debate, após a intervenção inicial do Sr. Deputado Luís Garcia (*PSD*), usaram da palavra os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Marta Couto (*PS*), Nuno Melo Alves (*CDS-PP*), bem como o Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais (*Luís Viveiros*).

Posteriormente, e novamente pela Representação Parlamentar do BE, iniciou-se o debate sobre o [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 2/X – “Adapta à Região Autónoma dos Açores o Código do Trabalho e respetiva regulamentação”](#).

Usaram da palavra as Sras. Deputadas Zuraida Soares (*BE*), para iniciar o debate sobre o diploma, Isabel Almeida Rodrigues (*PS*), e os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Joaquim Machado (*PSD*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado por maioria.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 34 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados. Uma saudação especial pela nossa manhã.

Vamos dar início à chamada.

Eram 10 horas e 05 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Arlinda Maria Focha Nunes

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de **Oliveira**
Berto José Branco **Messias**
Catarina Paula **Moniz Furtado**
Carlos Alberto Medeiros **Mendonça**
Cláudia Alexandra Coelho **Cardoso** Meneses da Costa
Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**
Duarte Manuel Braga **Moreira**
Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral
Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**
Iasalde Fraga **Nunes**
Isabel Maria Duarte de **Almeida Rodrigues**
José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa
José Manuel Gregório de **Ávila**
Lizuarte Manuel **Machado**
Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**
Luís Carlos Martins **Maciel**
Manuel Alberto da Silva **Pereira**
Maria da **Graça** Oliveira **Silva**
Marta Cristina Moniz do **Couto**
Miguel António Moniz da **Costa**
Paulo Alexandre Vieira **Borges**
Pedro Miguel Medeiros de **Moura**
Renata **Correia Botelho**
Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**
Rogério Paulo Lopes Soares **Veios**

Partido Social Democrata (PSD)
Aida Maria Melo **Amaral**
António Augusto Baptista Soares **Marinho**
António Lima Cardoso **Ventura**
António Oldemiro das Neves **Pedroso**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**
Cláudio Borges **Almeida**
Cláudio José Gomes **Lopes**
Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**
Humberto Trindade Borges de **Melo**
Jorge Alberto da **Costa Pereira**
Jorge Manuel de Almada **Macedo**
José **Joaquim** Ferreira **Machado**
José Maria de Medeiros **Andrade**
Luís Carlos Correia **Garcia**
Luís **Maurício** Mendonça Santos
Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**
Maria **Judite** Gomes **Parreira**
Renato Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**
Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP)

Artur Manuel Leal de **Lima**
Nuno Alberto Lopes Melo **Alves**
Luís Virgílio de Sousa da **Silveira**

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Estão presentes 53 Sras. e Srs. Deputados.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Vamos dar início aos nossos trabalhos.

Para apresentar um Voto de Congratulação, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Costa.

Deputado Miguel Costa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Ilha Maior é o nome de semanário da ilha do Pico, onde se publica, desde o dia 22 de julho de 1988, na vila da Madalena, há vinte cinco anos ininterruptamente. Primeiro, por razões de ordem técnica, como mensal, tendo evoluído para a publicação quinzenal, até se fixar na periodicidade semanal, mantida desde há largos anos.

Foi buscar o seu nome ao poeta Almeida Firmino. O poeta cantava a «ilha maior no sonho e na realidade», o jornal quis mantê-la no sonho e transformá-la na realidade, dando conta dessa transformação e combatendo pela constante melhoria das condições de vida dos picarotos.

Foi com este desígnio que um grupo de amigos, constituídos em associação, *Círculo de Amigos da Ilha do Pico*, fundou o jornal *Ilha Maior*, sob a direção de Manuel Tomás que liderou o processo e se manteve à frente do jornal cerca de dezoito anos, tendo ainda, nestes vinte e cinco anos, exercido o cargo de diretor da publicação José António Soares, Jorge Terra (interinamente) e David Borges (atual diretor).

Muitos têm sido os colaboradores do jornal, de origens diversas, como até neste hemisfério se pode comprovar, pautando a sua ação por uma convicta e assumida independência em relação aos diferentes poderes institucionalizados. Tem sabido, ao longo destes vinte e cinco anos, com uma gestão equilibrada, integrar a ilha do Pico no seu âmbito regional, nacional e internacional, procurando nunca favorecer, consciente e deliberadamente, qualquer entidade

ou grupo em detrimento de outro, dentro da mais genuína convivencialidade democrática.

Privilegiando a ilha do Pico no tratamento óbvio do seu trabalho informativo e de opinião, *Ilha Maior* desenvolveu a sua ação também como projeto cultural e de defesa do ambiente, compilando-se nas suas páginas, ao longo deste quarto de século inúmeras referências aos acontecimentos mais significativos da ilha, à divulgação dos valores da terra, à defesa intransigente da sua qualidade ecológica, muitas vezes denunciando e conseguindo os seus intentos pela notória e imediata resolução de problemas e melhoria geral das condições de vida.

Com uma tiragem média atual, apesar da crise, de mil e cem exemplares, distribuídos pela via postal, *Ilha Maior* é lido, predominantemente, na ilha do Pico, mas vai a todas as ilhas, vai ao Continente português, ao Canadá e à América, e ainda se estende a outras paragens do mundo.

Ilha Maior conseguiu manter-se independente até aqui, por isso, neste vigésimo quinto aniversário, em tempos de tamanhas dificuldades, é merecedor do nosso reconhecimento.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Plenário no dia 10 de junho de 2013, emita o seguinte Voto de Congratulação:

“A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pelo vigésimo quinto aniversário do Jornal “*Ilha Maior*” e pelo impreterível contributo que presta à comunidade picarota e açoriana através da democracia manifestada em forma de jornal.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à Direção do Jornal e à Direção da Associação do Círculo de Amigos da Ilha do Pico.

Horta, 10 de julho de 2013

Os Deputados Regionais: Miguel Costa, Lizuarte Machado e Berto Messias.

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

(*) **Deputado Cláudio Lopes** (*PSD*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se com muito gosto a este voto apresentado pelo Partido Socialista e para informar o plenário que o Grupo Parlamentar do PSD tem também um voto sobre este mesmo assunto, que está agendado para amanhã.

Muito obrigado.

Presidente: Vamos passar à votação deste Voto de Congratulação pela passagem do vigésimo quinto aniversário do *Ilha Maior*.

Os Srs. Deputados que concordam mantenham-se por favor como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora a um Voto de Congratulação pelos 150 anos da filarmónica Fundação Brasileira dos Mosteiros.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade.

Deputado José Andrade (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

150 anos da Filarmónica “Fundação Brasileira” dos Mosteiros

As bandas filarmónicas são a expressão cultural mais mobilizadora das diferentes gerações do povo dos Açores em todas as ilhas e na diáspora açoriana.

Há hoje mais de 100 filarmónicas ativas nas 9 ilhas e, dessas, cerca de 40 têm mais de 100 anos. Inclusive, quase uma dezena dessas bandas já completou um século e meio de existência.

São escolas de formação musical e de convivência social, comuns a todos os 19 concelhos açorianos, que chegam à maior parte das nossas freguesias. Inclusive, até há freguesias com duas filarmónicas ativas, como Topo, Santo Antão, Lajes da Terceira, Rabo de Peixe e Mosteiros.

A freguesia dos Mosteiros, no extremo poente do concelho de Ponta Delgada e da ilha de São Miguel, é mesmo um caso paradigmático – tem duas filarmónicas mais que centenárias: a “Harmonia Mosteirensis”, já com 130 anos, e a “Fundação Brasileira”, que agora completa 150 anos de vida.

Nasceu em 1863 com a designação inicial de “Recreio dos Mosteiros”. O seu fundador, Manuel Inácio da Câmara, era natural de S. José de Ponta Delgada mas casou e ficou na Chã do Pico de Maфра. Emigrou depois para o Brasil, onde recolheu donativos capazes de rebatizar a filarmónica como “Proteção Brasileira” em sinal de reconhecimento.

Do Brasil regressava também o seu carismático presidente, comendador Ângelo José Dias, que adotou a terceira e atual designação de “Banda Fundação Brasileira”, ainda em 1873.

Cem anos depois, em 1974, torna-se a primeira filarmónica micaelense a visitar os Estados Unidos da América, para onde voltou ainda em 1977 e já em 1997, neste caso para as Grandes Festas do Espírito Santo da Nova Inglaterra.

Em Portugal realizou uma primeira deslocação ao Continente para participar no “Dia do Açorianos” da Costa da Caparica em 1990 e ali voltou mais duas vezes na mesma década em intercâmbios com filarmónicas de Sintra e Guimarães.

Nos Açores atuou em diferentes ilhas e conquistou o 1º prémio do Concurso de Filarmónicas da Ilha de São Miguel, realizado em 1998 no Teatro Micaelense.

Outros marcos importantes do seu historial são a inauguração da sede atual em dezembro de 1944, a aprovação dos estatutos oficiais em outubro de 1947 e, sobretudo, a festiva comemoração dos 150 anos neste julho de 2013.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um **Voto de Congratulação pelos 150 anos da constituição da Filarmónica Fundação Brasileira**, do qual deve ser dado conhecimento formal à instituição aniversariante, bem como à Junta de Freguesia dos Mosteiros e à Câmara Municipal de Ponta Delgada.

Horta, Sala das Sessões, 10 de julho de 2013

Os Deputados Regionais: Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, José Andrade, Renato Cordeiro, Joaquim Machado, Luís Garcia e Bruno Belo.

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Pedro Moura, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Moura (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É com o maior gosto que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista se associa a este voto.

A Fundação Brasileira dos Mosteiros é a segunda banda mais antiga da Ilha de São Miguel a seguir à Eco Edificante do Nordeste, e é sintomático que as duas pontas da Ilha da São Miguel tenham, de facto, iniciado essa atividade musical.

Durante 20 anos foi praticamente a única banda que existiu nos Mosteiros e, a partir daí, surgiu uma outra banda, a “Harmonia Mosteirense”, que ao longo dos últimos anos tem desenvolvido um grande despique entre as duas bandas, o que tem sido muito salutar para o aperfeiçoamento da música naquela freguesia, com grandes tradições.

A banda Fundação Brasileira dos Mosteiros tem desenvolvido, como aqui já foi referido, inúmera atividade. É de salientar o concerto que no próximo dia 21 deste mês vai ser dado no Coliseu Micaelense, com o lançamento de um livro dos 150 anos da banda e de toda a sua atividade, um contributo assinalável da banda para a história das filarmónicas dos Açores.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

O Orador: Nesta altura, o PS, associando-se a este Voto do PSD, desejava também congratular-se com a atividade desenvolvida pela banda, nomeadamente pelo seu Presidente, Duroval Viveiros, e pelo Maestro Daniel Casseiro, que têm dirigido muitos músicos, a maioria dos quais jovens, estando assim assegurado o futuro desta filarmónica Fundação Brasileira dos Mosteiros que acaba de completar 150 anos.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam mantenham-se por favor como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passemos agora à apresentação de um Voto de Congratulação ao Sporting Clube da Horta, por ter sido campeão da segunda divisão nacional de juvenis.

Para o efeito, tem a palavra o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto Congratulação

Pelo título de Campeão da 2ª Divisão Nacional do escalão de Juvenis, alcançado pelo Sporting Club da Horta.

O Sporting Club da Horta em 1923 começou como clube de futebol, tendo inclusivamente vencido o primeiro campeonato distrital de futebol, disputado nos Açores na época de 1930/31.

No entanto, é no andebol que o SC da Horta mais se tem distinguido. Em particular, no ano de 2006 conseguiu chegar à final da Taça Challenge (a segunda competição de andebol europeia mais importante), que disputou contra os romenos do Steaua Bucureste. Após ganhar o primeiro jogo no Faial por 26-21, a 22 de abril de 2006, o SC da Horta perdeu por 34-27, em Bucureste.

Este trabalho não foi infrutífero nem tem sido fruto do acaso, pois este clube tem desenvolvido um trabalho considerável nos escalões de formação, sendo campeão regional em todos os escalões na época desportiva de 2012/2013, e nos dias 21, 22 e 23 de junho do presente ano, em Mafra, alcançado o título de Campeão Nacional da 2ª divisão nacional de juvenis masculinos.

Os resultados alcançados e o respetivo título nacional, e a correspondente subida à 1ª divisão nacional, mostram claramente o trabalho, a preparação e o empenho destes jovens, dos treinadores, dos dirigentes e das respetivas famílias, dignificando as cores do clube e levando o nome da ilha do Faial e da Região Autónoma dos Açores para outras partes do mundo.

De realçar neste processo o empenho do Sporting Clube da Horta, pois, proporcionou aos seus jovens atletas as condições necessárias ao excelente desempenho alcançado. Este resultado a par de outros no desporto faialense e açoriano espelham, mais uma vez, que a formação desportiva dos nossos jovens é uma referência, criando as sinergias necessárias com as entidades do movimento associativo, numa relação de proximidade e racionalização de recursos, tendo sempre presente a formação das nossas crianças e jovens.

Com mais este título do Sporting Clube da Horta, a par de outros alcançados por outros clubes e associações na Região Autónoma dos Açores, podemos concluir que continuamos no bom caminho, pois temos mais e melhor desporto, atletas mais qualificados e técnicos mais acreditados, consolidando o desporto açoriano.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, os deputados do Partido Socialista propõem a aprovação deste voto de Congratulação pelo título de Campeão da 2ª Divisão Nacional do escalão de juvenis masculinos, e que este seja dado conhecimento ao Sporting Clube da Horta, à Secretaria Regional de Educação, Ciência e Cultura, à Associação de Andebol da ilha do Faial, à Câmara Municipal da Horta, à Junta de Freguesia da Matriz e aos órgãos de comunicação Social.

Horta, sala das sessões, 10 de julho de 2013

Os Deputados Regionais: Lúcio Rodrigues, Berto Messias e Carlos Mendonça.

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

(*) **Deputado Luís Garcia (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, para informar que o Grupo Parlamentar do PSD, naturalmente, se vai associar a este voto e que, durante o dia de amanhã, apresentará um voto também por este título conseguido pelo Sporting Clube da Horta no seu escalão de formação de juvenis.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam mantenham-se por favor como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para apresentar um Voto de Congratulação pelos 150 anos da Fraternidade Rural de Água de Pau, tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade.

Deputado José Andrade (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

150 anos da Filarmónica “Fraternidade Rural” de Água do Pau

A vila de Água do Pau, no concelho da Lagoa da ilha de São Miguel, teve a sua primeira banda filarmónica há 154 anos. Chamava-se “União” e foi fundada a 16 de janeiro de 1859.

Em 1863 esta primeira banda ficou formalmente extinta mas Água do Pau avançou rapidamente para a constituição de uma segunda filarmónica. Era a Banda “Estímulo Artístico”, oficializada a 12 de novembro desse mesmo ano.

A vila conheceu ainda outras duas filarmónicas, de existência efémera – a Banda “Aliança”, em 1870, e a Banda “Amor à Pátria”, em 1883 – mas foi esta “Estímulo Artístico que depois adotou a designação de “Sociedade Filarmónica Fraternidade Rural” e que assim perdurou até hoje.

Os 150 anos da “Fraternidade Rural” estão a ser comemorados ao longo de 2013, desde a anterior organização municipal de uma exposição itinerante até ao próximo lançamento de um livro retrospectivo e de um segundo CD, mas culminam em agosto na tradicional celebração popular da festa da padroeira em honra de Nossa Senhora dos Anjos.

Com as outras duas bandas do concelho da Lagoa – “Estrela d’Alva”, fundada em 1887, e “Lira do Rosário”, em 1920 – a Sociedade Filarmónica Fraternidade Rural prestigia a sua terra e dignifica a nossa cultura.

Durante um século e meio de atividade marcante, esta instituição popular foi escola, foi espetáculo, foi festa, foi embaixadora.

Os 150 anos que agora completa são motivo de orgulho para a vila de Água do Pau e o concelho da Lagoa tanto quanto honram também a ilha de São Miguel e os Açores.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um **Voto de Congratulação pelos 150 anos da fundação da Sociedade Filarmónica Fraternidade Rural**, do qual deve ser dado conhecimento formal à instituição aniversariante, bem como à Junta de Freguesia de Água de Pau e à Câmara Municipal da Lagoa.

Horta, Sala das Sessões, 10 de julho de 2013

Os Deputados Regionais: Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, Bruno Belo, José Andrade, Renato Cordeiro, Joaquim Machado e Luís Garcia.

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para referir, como não poderia deixar de ser, que o PS associa-se a este voto.

Gostava também de dar aqui um testemunho pessoal, uma vez que uma parte do ano resido em Água de Pau, do papel muito importante que a Fraternidade Rural tem de há vários anos a esta parte. Prova, e era isso que eu gostaria de sublinhar, o papel importantíssimo e insubstituível que essas instituições têm na dinamização da vida local das comunidades, em particular, e neste caso como felizmente em muitos outros casos, através das escolas de música que geram também um conjunto de oportunidades para muitos jovens. Isso também tem que ser salientado.

Uma palavra também para aquelas autarquias, e no caso particular da Lagoa, que têm uma sensibilidade especial para o apoio desses agentes locais.

É essa uma vocação do poder local, uma vocação insubstituível, que eu também sei que o Sr. Deputado José Andrade partilha, como os colegas na vereação de Ponta Delgada, embora aí com divergências assinaláveis.

Mas o que interessa aqui reter é que a Câmara Municipal da Lagoa tem essa sensibilidade e, de facto, presta um apoio que é fundamental para estas instituições, estes agentes locais de desenvolvimento poderem desempenhar o papel que creio que, no fundo, todos reconhecem e saúdam.

Presidente: Não havendo mais inscrições, passamos para a votação.

Os Srs. Deputados que concordam mantenham-se por favor como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para apresentar um Voto de Congratulação ao Clube Naval de Santa Maria, tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Moreira.

Deputado Duarte Moreira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

No início de 1988, um grupo de marienses uniram esforços para a criação de um Clube Naval em Santa Maria, estreitando ainda mais a relação íntima que esta ilha sempre teve com o mar, interpretando a sua vocação atlântica, fomentando a prática de atividades náuticas e o respeito pelo meio marítimo.

Por escritura pública de [27 de junho](#) de [1988](#), dezasseis outorgantes oficializaram a Associação Clube Naval de Santa Maria, com o fim de desenvolver as atividades náuticas e a vela em particular, promovendo a sua prática e expansão na Ilha de Santa Maria e proporcionando todos os meios que permitam levar o nome do clube e da ilha o mais longe possível.

No ano de 1996, era inaugurada a atual sede do Clube Naval, criando condições para o desenvolvimento e crescimento das suas atividades e iniciativas, estando hoje enquadrada num polo de desenvolvimento de excelência para Santa Maria, destacando-se a marina, o porto de pescas e o cais ferry.

Nestes 25 anos, e desde a sua fundação, a instituição organizou e manteve cursos de vela e mergulho, promovendo eventos desportivos regionais nacionais e internacionais, provas de corrido de barco, de pesca de pedra, [vela](#) de competição, exposições de [fotografia submarina](#), além de atividades de apoio à investigação científica.

Neste período, muitos foram aqueles que deram o seu trabalho, dedicação e o seu tempo na prossecução dos objetivos do clube.

Permitam-me que destaque os diferentes órgãos sociais, no nome das pessoas que presidiram à Direção desta organização sem fins lucrativos, desde Armando Pacheco e José Dutra, ambos com papel importante na constituição da associação e início das atividades de Vela, winsurf e Escafandria, Jorge Botelho, na fase de Construção da Sede e organização do Campeonato do Mundo de Big Game Fishing, Rui Costa, nos anos de início do corrido feminino e infantil, bem como a realização dum campeonato de pesca submarina no azul, José Melo e Pedro Silveira que incrementaram as atividades de mergulho no clube, sendo este cargo atualmente desempenhado por João Batista.

Da sua intensa atividade, destaca-se a formação nas mais variadas classes náuticas, com particular relevo nas camadas mais novas, difundindo e aprofundando o gosto pelo mar em toda a sociedade mariense e também uma importante componente pedagógica, que se reflete num conjunto de atividades direcionadas para as escolas, como a participação na regata ecológica, práticas de canoagem e de vela com alunos da Escola Bento Rodrigues e visitas guiadas à "Casa do Bote".

Refira-se a este respeito, o excelente trabalho de recuperação dos botes baleiros "Cintrão", num protocolo entre este clube e o Círculo de Amigos de São Lourenço, e mais tarde do bote "Santa Maria", oferta de João Loura, com o qual o clube participou na regata de botes baleiros na ilha do Pico, em 2012, obtendo um honroso 5º lugar.

O clube naval de Santa Maria tem ainda desenvolvido um conjunto de atividades de grande relevo, que, em conjunto com outras pessoas, entidades e empresas, têm ajudado à promoção da ilha, contribuindo também para aquele

que é, hoje, um destino de excelência para o mergulho e para a prática de atividades náuticas.

De entre muitas iniciativas, destacam-se, pela sua projeção mediática, a organização do Big Game Fishing, o Master de fotografia subaquática, a prova de corrido feminino ou a recente participação dos atletas Manuel Silva e Marco Cabral no 14º Campeonato Mundial de Fotografia Subaquática em Cayo, Largo de Cuba, tendo a equipa atingido um honroso quinto lugar na classificação geral entre as trinta e oito equipas concorrentes dos dezoito países participantes.

Com 25 anos de existência e com mais de 600 associados, a Associação Clube Naval de Santa Maria, é pois uma importante instituição, que extravasa as fronteiras da própria ilha, dando-lhe dimensão e projeção internacional.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o grupo parlamentar do Partido Socialista, propõem que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprove um voto de congratulação pelo vigésimo quinto aniversário do Clube Naval de Santa Maria.

Mais se propõem que seja dado conhecimento deste voto ao clube, à delegação de desporto de Santa Maria, bem como à Assembleia Municipal de Vila do Porto.

Horta, sala das sessões, 10 de Julho de 2013

Os Deputados Regionais: Duarte Moreira, Berto Messias e Bárbara Chaves

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Aida Amaral.

(*) **Deputada Aida Amaral (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É com satisfação que o Grupo Parlamentar do PSD se associa a este Voto de Congratulação dos 25 anos do Clube Naval de Santa Maria.

O Clube Naval de Santa Maria, ao longo destes anos, tem-se destacado num papel de grande importância na promoção da Ilha de Santa Maria, nomeadamente nas últimas provas de âmbito nacional e internacional, assumindo também um papel de relevo na prática de desportos náuticos de

atividades culturais e recreativas, nomeadamente na prática da vela e do corrido das mulheres.

Presidente: Não havendo mais intervenções, passemos à sua votação.

Os Srs. Deputados que concordam mantenham-se por favor como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para apresentar um Voto de Congratulação pelos 125 anos da Filarmónica Recreio dos Lavradores de Santo Antão, tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

Deputado Rogério Veiros (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

125 ANOS DA FILARMÓNICA RECREIO DOS LAVRADORES DE SANTO ANTÃO

Fazer música faz parte da génese deste povo que muitos chamam de Povo Cantante, povo da ilha de Francisco de Lacerda e de muitos outros que cá e além-fronteiras enaltecem e continuam a enaltecer a capacidade musical que nos caracteriza.

A atual Recreio dos Lavradores de Santo Antão teve a sua origem em 1888 no então curato de Santo Antão, tendo a sua aparição desencadeado um fenómeno de afirmação social e política, que conduziu também à criação da atual freguesia de Santo Antão.

Vivíamos então um momento político da nossa história em que a rotatividade do poder executivo nacional, na vigência da monarquia constitucional, se fazia entre Regeneradores e Progressistas. E terá sido possivelmente também, desta diversidade política, que nasce esta filarmónica, fomentada pela pretensão dos habitantes na elevação do curato a freguesia.

Inicialmente ligada à paróquia, esta filarmónica separa-se totalmente e cria a sua personalidade jurídica já no séc. XX. Foi também, na primeira metade do século passado que esta assumiu a sua atual denominação de Filarmónica Recreio dos Lavradores de Santo Antão.

Segundo alguns dados, o primeiro maestro terá sido o Senhor Manuel Maria Silveira Bettencourt e os fundadores e primeiros Presidentes Bento Luís de Mendonça, José Enes de Sousa e José Guilhermino de Soares, para além do próprio Maestro Manuel Maria Silveira Bettencourt. Até aos dias de hoje muitos se seguiram, que dirigiram, regeram e constituíram esta importante filarmónica da ilha de São Jorge. Há nomes que hoje pronunciados, ligam o nosso imaginário à Recreio dos Lavradores, como, Artur Nascimento Armelim, José Laureano Oliveira, Manuel Custódio Viera, ou Ana Maria Armelim, entre muitos outros.

A Recreio dos Lavradores tem ao longo da sua história participado em diversas atividades com a regularidade decorrente da ação religiosa e cultural própria do meio onde se insere, mas também, já marcou a sua presença em várias atuações nas diversas ilhas dos Açores, no Continente e até no estado da Califórnia nos EUA, terra de destino de muitos dos nossos emigrantes.

Sedeada no centro da freguesia de Santo Antão, a atual sede foi inaugurada em 1978, tendo sido remodelada e ampliada já na primeira década do Séc. XXI. Esta instituição continua a sua atividade com as dificuldades próprias de um meio rural em declínio populacional, mas com a teimosia e luta diária de muitos cidadãos que trabalham voluntariamente para manter de pé a identidade cultural e social deste povo.

Nomes de maestros como José Flávio Leonardes, Gabriel Ambrósio, José Laureano Oliveira, Eduardo Reis Borba, Marco António Reis, Aires Reis e António Natalino Brasil, fazem parte da história recente desta banda.

Como presidente, esta Filarmónica conta atualmente com o Senhor Luís Vieira e como Maestro com o Senhor António Mateus.

Pela celebração dos 125 anos de existência da Filarmónica Recreio dos Lavradores de Santo Antão, aniversário que habitualmente se comemora no mês

de Agosto, a Assembleia Legislativa dos Açores, aprova o presente Voto de Congratulação, do qual, se dará conhecimento à mesma, à Assembleia de Freguesia e à Paróquia de Santo Antão.

Horta, sala das sessões, 10 de julho de 2013

Os Deputados Regionais: Rogério Veiros, Berto Messias, Domingos Cunha e André Rodrigues.

Presidente: Está à discussão o voto.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Pedroso.

(*) **Deputado António Pedroso (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se naturalmente a este voto. Aproveito para relembrar que já tínhamos feito um voto, este ano, com o mesmo teor.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais inscrições, passemos à votação.

Os Srs. Deputados que concordam mantenham-se por favor como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para apresentar um Voto de Protesto tem a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Protesto

O sector do Turismo é reconhecidamente de importância fundamental para que os Açores possam iniciar a recuperação da sua economia, afetada pela maior crise conhecida em Autonomia.

Neste contexto, o Turismo de Saúde e Bem-Estar, no qual se insere e constitui um dos seus pilares mais importantes, a prática do Termalismo, tem vindo a assumir uma importância crescente, em toda a Europa, não sendo o nosso País exceção.

As águas termais dos Açores são conhecidas há séculos, pelos seus efeitos terapêuticos em múltiplas áreas, sendo muito procuradas não só pelos açorianos, mas também por gente de muitos outros locais.

Nos últimos anos os açorianos concretizaram um esforço significativo para que a oferta termal da Região fosse dotada de espaços condignos à sua prática.

A recuperação dos edifícios das Termas do Carapacho e da Ferraria, a recuperação e concessão das Termas das Furnas e a promessa de um investidor privado para as Termas do Varadouro, constituíram um investimento que ronda os 20 milhões de euros.

Em 2012, o então candidato do Partido Socialista à presidência do governo, acabado de sair da Secretaria Regional da Economia, onde foi o responsável pelo investimento termal, afirmava: “Esse investimento feito nas Termas do Carapacho, à semelhança do efetuado na Ferraria, em São Miguel, e do que um privado se prepara para fazer no Varadouro, no Faial, vêm dar outra visibilidade ao produto turístico do turismo termal, que em muito valoriza o sector turístico da nossa Região”.

Quase um ano depois destas afirmações, a realidade do turismo termal açoriano é esta: As Termas da Ferraria foram encerradas e estão a necessitar de obras, as Termas do Carapacho estão encerradas e em obras profundas, as Termas das Furnas continuam encerradas e as do Varadouro à espera do parceiro privado. Ou seja, o turismo termal açoriano atingiu o grau zero.

A visibilidade prometida para o turismo açoriano com as termas é nula.

Timidamente, vão saindo umas notas informativas sobre intervenções de reabilitação. Curiosamente, num governo que tanto gosta de divulgar o montante de investimentos, essas notas informativas nunca referem quanto está a ser gasto para recuperar as termas do Carapacho ou da Ferraria.

As termas do Varadouro ao que parece foram remetidas para o esquecimento, e a reabertura das termas das Furnas vai sendo sucessivamente prometida até chegar o dia em que o governo regional conseguirá acertar na data.

Nunca se viu nada assim. Segundo relatos feitos na comunicação social, as termas da Ferraria – onde foram investidos mais de 4 milhões de euros – estão a

necessitar de obras profundas nas tubagens de captação e distribuição no próprio edifício, de si muito degradado, e na aquisição de novos equipamentos. O espaço foi encerrado depois dos protestos dos utilizadores uma vez que a água da piscina atingia temperaturas incomportáveis.

No Carapacho, apesar de novo, o edifício aparenta estar abandonado. Aqui, e depois de mais de 3 milhões de euros em obras, o governo regional anuncia a aquisição de equipamentos temporários para tratamentos termais enquanto o edifício não é reabilitado. Como se isso fosse normal em espaços que se encontram abertos há menos de três anos.

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores não pode, por isso, ignorar a situação em que se encontra o termalismo açoriano, os incómodos provocados a centenas de açorianos que perderam locais de tratamento assim como o vultoso investimento feito e que agora se comprova ter sido desperdiçado, pondo em causa a promoção turística da Região e deitando ao lixo o que a natureza tão benevolmente nos oferece.

Assim, nos termos Regimentais e Estatutários, o Grupo Parlamentar do PSD propõe que a Assembleia Legislativa Regional dos Açores aprove este Voto de Protesto contra o encerramento das termas da Ferraria e do Carapacho, a indefinição registada no processo de recuperação das termas das Furnas e do Varadouro, lamentando os efeitos nefastos que estão a ser provocados ao sector do turismo nas ilhas de S. Miguel, Graciosa e Faial assim como a milhares de pessoas que todos os anos procuravam esses espaços em busca de tratamento.

Horta, 09 de julho de 2013

Os Deputados: Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, Luís Garcia, Bruno Belo, Luís Maurício, Jorge Costa Pereira e Valdemiro Vasconcelos.

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

Presidente: Está em discussão o Voto de Protesto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este Voto de Protesto, na opinião do Partido Socialista, é inusitado. Inusitado, em primeiro lugar pela forma.

Eu considero que quando se tenta protestar contra o Governo, pressupõe-se que o Governo possa defender-se.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Faça favor de defender o Governo, Sr. Deputado!

O Orador: Este é um princípio básico do esclarecimento,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): E da lealdade!

O Orador:... da lealdade democrática...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... e daquilo que se pretende num debate político.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Mas deve achar que a situação das termas, de facto, é lamentável!

O Orador: Portanto, cabe ao Partido Socialista tentar exatamente defender e dar a posição do Governo sobre esta matéria.

Deputada Zuraída Soares (BE): Onde é que eu já ouvi isto!

O Orador: Mas que fique esclarecido nesta câmara que não é ao Partido Socialista que cabe esclarecer, mas sim ao Governo.

Esta figura regimental não permite que o Governo possa dar os esclarecimentos necessários.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Que alívio para o Governo!

O Orador: Do mesmo modo, há requerimentos que estão feitos, até da parte do Partido Comunista Português, que aguardam esclarecimento do Governo.

Um dia destes provavelmente a resposta chegará e teremos esclarecimentos adicionais.

Deputado Jorge Macedo (PSD): A resposta aos meus requerimentos já ultrapassou os 3 meses!

O Orador: Em segundo lugar, eu encaro também este Voto de Protesto do PSD, sobre a questão do turismo, como uma espécie das últimas monições: “vamos aproveitar, enquanto o turismo não começa a atingir valores que foram

anunciados por parte do Governo dos Açores e vamos tentar atacar o mais rapidamente possível, de forma a ter algum ganho político”.

Agora, o facto é que pelo segundo mês consecutivo o turismo tem vindo a subir. Os senhores sobre essa matéria também deviam ter vergonha, porque quando olharem para as estatísticas do turismo verificarão que, graças à vossa irresponsabilidade no Governo da República, às decisões irrevogáveis que têm tomado na República, o turismo a nível nacional tem vindo a decrescer sucessivamente,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Turismo termal!

O Orador: ... enquanto no estrangeiro tem vindo a subir.

Deputado Domingos Cunha (PS): Muito bem!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Eu tinha-me feito morto!

Deputado Costa Pereira (PSD): O Governo da República é que virá pôr os canos!

O Orador: Indo concretamente à questão das termas.

Sr. Deputado Luís Maurício, o senhor sabe perfeitamente, tão bem ou melhor do que eu, porque até é especialista na matéria, que o que se passa na questão das Termas das Furnas...

Deputado Jorge Macedo (PSD): É uma vergonha!

O Orador: ... é diferente daquilo que se passa no resto das termas que estão aqui em discussão.

Eu percebo que o seu colega queira falar, mas inscreva-se, Sr. Deputado, eu tenho todo o gosto em o ouvir, mas deixe-me pelo menos dar a posição do Partido Socialista.

O que se passa nas Furnas é um problema empresarial. É de uma empresa que faliu antes que pudesse corrigir e colmatar os problemas que tinha essa infraestrutura.

Deputado Costa Pereira (PSD): E a fiscalização? A fiscalização também faliu! Faliu toda a gente!

O Orador: Portanto, aqui não é um problema de política termal. É, sim, um problema empresarial.

Relativamente às restantes termas, há matérias que aconteceram e que conhecemos, que correram menos bem, como o facto de a água estar muito quente numas das termas, e há outras, nomeadamente na questão do Carapacho, em que fruto, por um lado, de erros no projeto e, em segundo lugar, de problemas a nível de calamidades que afetaram essas instalações, obrigaram a que estas instalações tivessem que ser intervencionadas e encerradas.

Aquilo que lhe posso dizer é que, quer da parte do Governo dos Açores, quer da parte do Partido Socialista, nós assumimos as nossas responsabilidades.

“A culpa não morre solteira.”

Aquilo que sabemos é que já decorre, no Tribunal Administrativo, um processo contra o responsável projetista, no sentido de que ele possa assumir as suas responsabilidades para resolver exatamente estes problemas.

Deputada Benilde Oliveira e Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: Há falhas! Há problemas! Nós assumimos as nossas responsabilidades e fazemos o nosso papel. Quando a responsabilidade é nossa, assumimo-la. Quando a responsabilidade é do projetista, nós vamos aos meios mais corretos – os tribunais – para tentar, aí, fazer cumprir a lei.

Sr. Deputado, as responsabilidades estão assumidas. A política de termalismo é para ir em frente.

Deputado Luís Garcia (PSD): Sim, sim! Dessa maneira vai em frente!

O Orador: É um pilar fundamental na política do turismo para a Região Autónoma dos Açores.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Falhar um, vá lá! Falhar dois, vá lá! Agora falhar 3...

O Orador: Como o senhor bem sabe, a política de turismo na Região Autónoma dos Açores está a ser trabalhada e, paulatinamente, está a atingir os resultados que nós pretendemos.

Pena é que o Governo da responsabilidade do CDS e do PSD tenha feito, ou esteja a fazer de tudo, para que nós não possamos contar com o mercado nacional para podermos crescer e trazer mais riqueza às nossas ilhas.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e da Secretária Regional da Solidariedade Social)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Melo Alves.

(*) Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Não estávamos para intervir neste debate, mas convém aqui esclarecer algumas coisas que o Sr. Deputado Francisco César referiu, nomeadamente sobre a inoportunidade de ser discutido um assunto, de se fazer um protesto ao Governo, quando o Governo não se pode defender.

Por várias vezes esta casa já aprovou protestos ao Governo da República, não estando o Governo da República presente para se defender.

Deputados Luís Rendeiro e Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): Mas o Governo está presente. Há outras figuras!

O Orador: Por várias vezes, em Assembleias Municipais, são aprovados votos de protesto, de louvor ou de congratulação ao Governo Regional e não está o Governo Regional presente, nem tem a possibilidade de se defender.

Acho que às vezes há aqui uma certa confusão que prevalece em relação ao papel de uma Assembleia e de um Governo num sistema parlamentar.

A Assembleia é o órgão máximo da nossa Autonomia e é o órgão onde todas as discussões são possíveis entre os Grupos Parlamentares.

O Governo Regional está cá...

Deputado Francisco César (PS): O problema é que não é possível!

O Orador: ... para prestar contas quando lhe é solicitado, até porque o Governo Regional não é eleito. Decorre de uma nomeação, que decorre de uma eleição de deputados a esta Assembleia.

Portanto, é perfeitamente legítimo, até regimental...

Deputado Francisco César (PS): Regimental é!

O Orador: ... que se apresentem todos os documentos que queiramos para discussão entre os Grupos Parlamentares, quer seja o Governo Regional o alvo desse voto de protesto, de congratulação ou de um voto de outra qualquer natureza, quer seja outra qualquer instituição.

Em relação ao conteúdo em si, é lamentável continuarmos a ouvir este registo da bancada do Partido Socialista de que a culpa de tudo o que se passa nos Açores é do Governo da República.

Deputado Berto Messias (PS): Infelizmente!

O Orador: Assim não vamos longe!

Deputado Berto Messias (PS): O CDS defende intransigentemente o Governo da República. Os senhores não resistem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Essa bancada da frente é uma tristeza! Realmente!

Presidente: Não tenho mais inscrições.

Sr. Deputado Luís Maurício...

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD apresentou um Voto de Protesto dentro daquilo que são...

Deputado Berto Messias (PS): O senhor está inquieto para ver o Governo pelas costas!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não sou só eu! Os seus camaradas lá fora também estão!

O Orador: Sr. Presidente, eu gostaria de continuar.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Deputado, deixe o Sr. Deputado Luís Maurício falar!

O Orador: O PSD apresentou uma figura regimental que está ao seu alcance para colocar no Parlamento um assunto que é de toda a oportunidade.

O que se esperava era que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista defendesse com outra convicção o Governo Regional.

Reconheço que o Sr. Deputado Francisco César bem fez um esforço para o atingir, mas sinceramente, permita-me que lhe diga com toda a humildade, ficou muito aquém de o atingir.

O Sr. Deputado procura desviar aquilo que não são calamidades naturais, porque as calamidades naturais, na expressão que V. Exa. utilizou, relativamente às Termas do Carapacho, atingiram a zona balnear, não atingiram as termas.

Calamidade foi a sua tentativa, à falta de argumentos, para desviar, essa sim, o que é uma calamidade do abandono termal por parte deste Governo Regional, que deita ao lixo um dos recursos naturais da Região,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... numa altura em que o turismo necessita de novos recursos para a Região. Tenta desviar a calamidade da inação, da negligência, e da incompetência do Governo Regional, ao longo dos anos nessa matéria, para questões de procura do turismo nacional na Região.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD e do PPM: Muito bem!
Muito bem!

O Orador: Sr. Deputado, sinceramente, reconheço que bem fez um esforço, mas não foi feliz na sua argumentação.

Deputado Francisco César (PS): Mas essa área não é sua!

O Orador: Sr. Deputado, queria dizer-lhe duas coisas:

Em primeiro lugar, a sua expressão de que a política de termalismo por parte do Governo está paulatinamente a ser atingida, é uma expressão que já morreu de velha...

Deputado Francisco César (PS): Eu não disse isso!

O Orador: ... e faz-nos recordar múltiplas afirmações de membros de anteriores governos, suportados pelo Partido Socialista.

As últimas foram do Sr. Vice-Presidente, no passado mês de setembro (recorde-lhe que era o mês imediatamente anterior à realização das eleições regionais), onde dizia que, no último trimestre, a questão das Termas das Furnas ia ser resolvida.

Se é com afirmações dessas que V. Exa. entende que o termalismo na Região está a ser paulatinamente...

Deputado Francisco César (PS): Eu não disse isso!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah, não está?

O Orador: ... resolvido, estamos entendidos.

Sr. Deputado, uma última questão que lhe queria colocar.

Afinal, e relativamente às Termas do Carapacho, de quem é a responsabilidade da escolha do projetista?

É do Grupo Parlamentar do PSD?!

Deputado Francisco César (PS): Eu não lhe posso responder!

(Risos de alguns Deputados das bancadas do PSD e do CDS-PP)

O Orador: É da oposição ou é do Governo que governa, que escolhe mal, é negligente, incompetente nas suas opções...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Diferente de fiscalização!

O Orador: ... e não tem qualquer tipo de, enfim, pejo, de omitir a sua capacidade de fiscalização sobre aqueles que escolhe para executar as obras que coloca a concurso?

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: O vosso comportamento, no que a esta matéria diz respeito,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É lamentável!

O Orador: ... que é das riquezas mais intrínsecas que os Açores possui, é absolutamente lamentável...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Uma vergonha!

O Orador: ... e revela quão negligente e incompetente tem sido o vosso percurso nesta matéria.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem, Sr. Deputado!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A sua sorte é não poder responder! Deus protege os fracos!

Presidente: Vamos proceder à votação.

Os Srs. Deputados que concordam mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Os Srs. Deputados dão-nos razão e votam contra. Estão baralhados!

Secretária: O Voto de Protesto foi rejeitado com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Oh Ávila, votaste contra?!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues para a apresentar um Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Antero Medeiros Gonçalves.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Falecimento de Antero Augusto de Medeiros Gonçalves

Natural da cidade da Horta, onde nasceu a 26 de Abril de 1932, o Senhor Antero Augusto de Medeiros Gonçalves destacou-se, desde cedo, pela sua ligação ao desporto e, particularmente, pela sua dedicação ao seu Fayal Sport Club, do qual foi jogador de futebol (de 1947 a 1965), capitão de equipa e vencedor do Torneio Açoriano de acesso à Taça de Portugal.

Representou, por diversas vezes, a seleção de futebol da ilha do Faial e jogou pelo Clube União Micaelense, de Ponta Delgada (em 1952/53 e nas épocas de 1965 e 1966).

Como treinador, liderou os seniores do Fayal Sport em 1967/68, 1970/71, 1973/74 e em 1981/82.

De 1955 a 1964 e de 1967 a 1990 foi responsável pela informação desportiva do jornal diário matutino “O Telégrafo” e de 1967 a 1989 foi “correspondente” do Emissor Regional dos Açores da Emissora Nacional (mais tarde, RDP-Açores), tendo sido ainda colaborador desportivo do Rádio Clube de Angra (de 1968 a 1975) e da rádio Antena 9, da Horta (desde a criação desta estação emissora e até ao corrente ano de 2013).

Em 1960 recebeu a Medalha de Mérito Desportivo da Associação de Futebol da Horta, por não ter sofrido qualquer castigo disciplinar durante 10 anos, e em 1987 foi obsequiado com a Medalha e Diploma de Mérito Desportivo do Ministério da Educação. A 4 de julho 2000 recebeu, nas comemorações do “Dia da Cidade”, o diploma de Câmara Municipal da Horta como reconhecimento dos serviços prestados ao concelho.

Antero Gonçalves foi, ainda, campeão de ténis de mesa da FNAT, jogador de basquetebol, andebol e futebol de salão, praticante de atletismo e treinador de basquetebol feminino, de andebol da PSP (8 vezes campeão regional) e de atletismo do Inatel.

Enquanto dirigente desportivo, foi membro da Direção do Fayal Sport Club e, durante vários anos, desempenhou as funções de Vice-Presidente da Assembleia Geral daquela coletividade tendo, também, feito parte da Academia Olímpica de Portugal.

No seu percurso curricular destaca-se também o período em que foi coordenador de atletismo da Delegação de Desportos da Horta (1974 a 1984), a sua participação, como capitão de equipa da Horta, nos “Jogos Sem Fronteiras” da Eurovisão, realizados na ex-Jugoslávia, em 1979, e a presença como juiz no Campeonato do Mundo de Corta-Mato, realizado no complexo desportivo do Jamor, em Lisboa, em 1985.

Enquanto autarca, Antero Gonçalves, foi membro da Assembleia de Freguesia da Matriz, em sucessivos mandatos (2002 a 2013), Presidente da Junta de Freguesia da Matriz (em quatro mandatos, de 1983 a 1997) e deputado da Assembleia Municipal da Horta (de 1998 a 2001).

Do ponto de vista profissional e de forma briosa, foi chefe de Secretaria da Polícia de Segurança Pública,

O Senhor Antero Augusto de Medeiros Gonçalves, destacado atleta, treinador, dirigente e redator desportivo, faleceu na Freguesia da Matriz do Concelho da Horta, no passado dia 26 de maio.

O seu percurso, a sua dedicação e o seu exemplo fundam o presente Voto de Pesar, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, os deputados do Partido Socialista propõe a aprovação deste voto de pesar pelo falecimento de Antero Augusto de Medeiros Gonçalves, e que este seja dado conhecimento à sua família, ao Fayal Sport Club, ao Clube União Micaelense, ao Comando da Horta da PSP, à Junta de Freguesia da Matriz, à Câmara Municipal da Horta, à Agência da Horta da Fundação Inatel e aos diversos órgãos de comunicação social sedeados ou representados na ilha do Faial.

Horta, sala das sessões, 10 de julho de 2013.

Os Deputados Regionais: Lúcio Rodrigues, Berto Messias e Francisco César.

Presidente: Está em discussão o voto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Costa Pereira.

(*) **Deputado Costa Pereira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para dizer que o Partido Social Democrata vai associar-se a este voto e para informar que também está agendada para amanhã a entrega de um voto de igual natureza.

Presidente: Não havendo mais inscrições, passemos à votação.

Os Srs. Deputados que concordam mantenham-se por favor como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Concluámos assim a apresentação e a discussão dos votos.

Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Já no plenário anterior, aqui, discutimos a situação da empresa elétrica regional. No entanto, nesse debate, uma situação grave acabou por passar à margem

dessa discussão. Refiro-me à vergonhosa situação da distribuição de dividendos aos acionistas da EDA relativas ao ano de 2012.

Na Assembleia Geral realizada em 30 de maio passado, os acionistas (dos quais o maior é o Governo Regional, como se sabe) decidiram alterar a proposta de distribuição de dividendos apresentada pelo Conselho de Administração, que previa distribuir 3,5 milhões de Euros, o que corresponde, *grosso modo*, a uma remuneração do capital na ordem dos 5%.

Mas o Governo Regional e os restantes acionistas privados acharam que era pouco e decidiram remunerar-se a si mesmos em 11,4%, distribuindo oito milhões de Euros em dividendos!

Oito milhões de euros que foram obtidos à custa de um aumento do preço médio de venda da energia em baixa tensão de 17,5% nos últimos 5 anos e que as famílias e empresas açorianas foram forçadas a pagar por este serviço público essencial!

Oito milhões de Euros que foram roubados aos subsídios de férias e de natal e remunerações dos trabalhadores, que se traduziram numa redução das despesas com pessoal em cerca de 16%!

No ano de crise, de sacrifícios impostos a todos os portugueses, o Governo Regional decide aumentar a remuneração dos acionistas da EDA em 228%, em relação a 2011!

Destes 8 milhões de euros extorquidos aos trabalhadores e aos consumidores/famílias açorianos/as, 3,2 milhões vão direitinhos para o Grupo Bensaúde, em função da sua participação de cerca de 40% no capital da EDA.

Sras. e Srs. Deputados:

Foi para isto que se aumentaram os preços da eletricidade?! Foi para isto que se roubaram os trabalhadores das suas remunerações?! Para engordar o maior grupo empresarial da Região, bom amigo de longa data deste Governo Regional?!

Quando se trata de cortar nos direitos e remunerações dos trabalhadores, quando se trata de receber avales do Governo Regional e do Governo da República, incentivos e apoios ao investimento, a EDA é uma empresa pública.

Agora, quando se trata de reduzir o preço das tarifas elétricas, quando se trata de distribuir os rendimentos que foram pagos pelas famílias e pelas empresas açorianas, a EDA já é uma empresa privada!

Os custos, os cortes, esses são públicos. Os lucros vão para a mão dos privados! Esta é a política deste Governo Regional! Esta é a verdadeira política do PS que gosta de dizer que é de esquerda, mas gosta ainda mais de agradar ao grande capital!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A elétrica regional não pode continuar a ser o instrumento económico que, sendo maioritariamente público, alimenta o orçamento do grupo económico privado dominante na Região!

A EDA tem de ser um instrumento para o desenvolvimento da Região, os seus benefícios e o seu desenvolvimento tem de favorecer todos os açorianos. Não apenas os interesses do Governo Regional e os seus mais diletos amigos.

Os salários dos trabalhadores da EDA devem ser respeitados e os seus subsídios não devem ser cortados, porque são também eles um impulso para a economia regional!

A EDA tem de ser uma empresa pública na hora de cobrar como na hora de distribuir dividendos!

Esta situação dá ainda mais força e ainda mais urgência à proposta que aqui apresentámos para reduzir a fatura elétrica, para as famílias e para as empresas açorianas, para aliviar o orçamento das famílias, para ajudar as nossas pequenas e médias empresas e também o setor cooperativo. Por isso, quero anunciar que, no dia 1 de setembro, iremos novamente apresentá-la neste Parlamento e continuaremos a lutar para que a EDA distribua benefícios aos seus verdadeiros proprietários: as açorianas e os açorianos!

Distribuir, Sras. e Srs. Deputados, os dividendos ao seu principal acionista: o povo açoriano!

Disse.

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Não havendo inscrições, passo a palavra, para uma declaração política...

Sr. Vice-Presidente, quer usar da palavra?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Moeda ao ar!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Moura.

(*) **Deputado Pedro Moura (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A Empresa Eletricidade dos Açores, em Assembleia Geral, decidiu, e é uma decisão legítima porque é tomada pelos seus acionistas, o modo como deveriam ser distribuídos os dividendos. Isso temos que respeitar. É a decisão de uma empresa tomada pelos acionistas.

Em relação ao que o Sr. Deputado Aníbal Pires aqui referiu, de que isso era feito à custa do pagamento da energia elétrica por parte dos açorianos, como o Sr. Deputado Aníbal Pires sabe, o preço da eletricidade não é definido pela EDA.

Deputado Francisco César (PS): Quem é o acionista maioritário?

O Orador: O preço da eletricidade é definido pela ERSE.

Em relação às medidas que foram tomadas na EDA e em todas as empresas do Sector Público Empresarial, em Portugal, essas medidas decorrem do Orçamento de Estado e devem ser respeitadas.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente.

Sr. Deputado Aníbal Pires, a sua intervenção assenta em dois equívocos e em dois erros.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vá lá! Podia ter sido mais!

O Orador: Primeiro erro: não é o Governo dos Açores, não é a EDA que define o preço da energia elétrica paga pelos consumidores.

Quem define o preço da energia elétrica é a Entidade Reguladora do Sistema Elétrico, que é uma entidade no âmbito do Governo da República e não no âmbito da Região.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Só podia ser!

O Orador: Portanto, quem tem competências para definir o preço da energia elétrica nos Açores, pago pelos consumidores, não é a Região, não é a EDA. É uma entidade externa à EDA, da responsabilidade do Governo da República.

Segunda questão essencial sobre esta matéria:

Em relação aos pagamentos, no caso concreto, do ano a que se refere do subsídio de férias e do subsídio de Natal aos funcionários da EDA, é o mesmo que foi impedido por uma decisão da Assembleia da República,...

(Risos do Deputado Artur Lima)

... votada pelos Governos do PSD e do PP.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É preciso ter lata!

O Orador: Portanto, são essas duas matérias que temos que ver nesta situação.

Terceiro aspeto essencial:

O que é extraordinário é quando uma empresa pública tem lucros, criticam o Governo por a empresa pública ter lucros.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Nada disso, Sr. Vice-Presidente!

O Orador: Quando uma empresa pública tem prejuízo, criticam o Governo dos Açores...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Nada disso!

O Orador: ... por a empresa ter prejuízo.

Os senhores entendam-se!

A conclusão a que se chega nesse processo é que o objetivo é criticar o Governo, quer faça de uma maneira, quer faça exatamente ao contrário.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: O que interessa é criticar.

A vossa opção é muito clara nesta matéria. Os senhores não têm uma opção.

A vossa opção é ser opção contrária ao que o Governo faz.

Se o Governo vai pela esquerda, os senhores acham que deve ir pela direita. Se for pela direita, acham que deve ir pela esquerda. Ou seja, a vossa única conduta é a conduta de ser exatamente contrário àquilo que o Governo faz.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Pedro Moura, não temos que respeitar (não temos mesmo que respeitar!) a decisão de distribuírem e dividir dividendos à custa dos salários e dos direitos dos trabalhadores daquela empresa.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Isso é uma vergonha!

A Oradora: Isso não é respeitável em nenhuma parte do mundo e muito menos numa Região com um Governo do Partido Socialista.

É capaz de ser respeitável e defensável na República,...

Deputado Lizuarte Machado (PS): Isso é demagógico e falso!

A Oradora: ... que é exatamente um Governo do PSD/CDS, que o Partido Socialista tantas vezes ataca e critica.

Trazer para dentro desta Região exatamente o mesmo tipo de prática é de uma incoerência e de uma contradição total.

Depois, aquela questão levantada pelo Sr. Vice-Presidente, de que umas vezes dá lucro e nós não queremos que dê lucro, outras vezes dá prejuízo e nós queremos que dê prejuízo, isso é demagogia pura, Sr. Vice-Presidente.

Deputado Francisco César (PS): Sim, sim! E não é o que a senhora está a fazer!

A Oradora: É evidente que queremos que dê todo o lucro.

Agora, queremos que o lucro de uma empresa, que é maioritariamente pública, reverta em favor daquilo que é público; reverta em favor das pessoas, dos cidadãos desta Região, reverta em favor dos seus trabalhadores. Não é reverter em favor do Grupo Bensaúde ou de qualquer outro grupo.

Portanto, não há nenhuma contradição da parte do Bloco de Esquerda. A contradição é toda do Governo Regional e é toda do Partido Socialista.

Numa coisa a declaração política do PCP e do Deputado Aníbal Pires tem toda a razão. É que esta empresa, quando serve os propósitos do Governo Regional, considerá-la pública, é pública; quando serve os propósitos do Governo Regional considerá-la privada, é privada.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Por que é que ela é privada?

A Oradora: Depende dos interesses, depende do dia.

Mas os trabalhadores são sempre aqueles que lá estão e as contas de eletricidade são sempre aquelas que cada um e que cada uma de nós paga nesta Região.

Portanto, o Partido Socialista tem muita contradição para resolver e o Governo Regional tem muita clarificação para fazer.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma breve intervenção em relação a esta matéria da EDA e da distribuição de dividendos da EDA.

A verdade é que a distribuição de dividendos da EDA, pela opção que foi feita, mais de 50% foi para os cofres do Estado, da Região. Portanto, de alguma forma, eles vão ter a repercussão (esperamos nós!) melhor possível naquilo que é o bem-estar das/os açorianas/os.

Deputada Zuraida Soares (BE): No aumento das pensões!

Deputado Aníbal Pires (PCP): O Sr. Deputado acredita nisso?

O Orador: Penso que isto é importante referir.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Acredita nisso que está dizendo?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Referir também o seguinte:

Seria bom que, face à boa situação que a EDA tem, pudesse cumprir com outros entes públicos da Região aquilo que são as suas obrigações.

Falo, por exemplo, dos direitos de utilização de espaço aéreo que devem, ano após ano, às câmara dos Açores e nunca pagaram,...

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: ... ao contrário de outras entidades privadas, ou de direito privado, que já o fizeram e o fazem para com estes municípios.

É importante também referir isto, porque é uma forma de poder ajudar outros entes públicos açorianos, no caso as Câmaras Municipais dos Açores, que recebem, por exemplo, da PT, aquilo que lhes é devido e não recebem da Empresa de Eletricidade dos Açores aquilo que lhes deveria ser pago. Isso era uma maneira de poder ajudar os entes públicos, neste caso, os municípios dos Açores.

Em relação a isto, esperando que este dinheiro possa ser bem aplicado no Orçamento Regional, aquilo que fica aqui de novo em causa é o porquê, então, do Governo poder considerar alterar tudo aquilo que foi a sua opção, e afirmação política do Partido Socialista e de todos os partidos, de pôr em causa a continuidade da EDA como empresa pública na Região.

Isto é um verdadeiro mistério. Era bom que o Sr. Vice-Presidente (e penso que melhor do que ninguém) explicasse a este Parlamento e a todos nós, açorianos, um dia que lhe possa dar jeito, Sr. Vice-Presidente.

Percebemos em aparte, aqui, hoje, que não foi o senhor que propôs à IGF a passagem da EDA para a privatização. É bom que o Sr. Vice-Presidente, de uma vez por todas, um dia, se digne explicar aos açorianos/as muito da nublosa das finanças regionais e também aquilo que o senhor pretende fazer e o porquê. Se está tudo tão bem, por que é que o senhor quer privatizar a EDA, Sr. Vice-Presidente?

Acho que era bom o senhor explicar isso. Talvez até aos seus colegas do Governo, aos Srs. Deputados, a todo este Parlamento e aos açorianos.

Eu gostava também de saber que dinheiro é que o senhor pensa encaixar e quantos anos de receitas (como o senhor vai obter este ano de lucros) com essa privatização, que espero que nunca venha a acontecer. Repito: espero que nunca venha a acontecer, para bem não só do contrato político eleitoral que os

senhores têm com os açorianos, mas para bem essencialmente da verdade, da coerência, da credibilidade e do futuro dos açorianos, que os senhores não se atrevam com as ideias de privatização da EDA.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

Presidente: Para participar no debate, tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Efetivamente era preciso, de uma vez por todas, esclarecer essa questão da privatização da EDA, que foi aqui também abordada.

Era preciso esclarecer quem é que representa a Região nestes termos; quem é que gere a Região e tem responsabilidades governativas sobre o setor empresarial do Estado e sobre as finanças regionais.

Eu já não percebo quem é que é o responsável, porque eu pego no relatório da IGF, e vou citar:

“A Região Autónoma dos Açores considera esta participação na EDA como não estratégica, tendo dado em 2011 instruções ao Conselho de Administração da EDA para iniciar o processo, com vista à alienação da maior parte destas participações no grupo.”

Quem é que representa a Região?

Quem é que deu instruções à EDA?

E, sobretudo, quem é que depois dá essas informações à IGF?

“De acordo com a informação que nos foi transmitida,...”

Eu pergunto: por quem? Foi pelo Bispo dos Açores? Não!

Quem é que transmitiu essas informações à IGF, Sr. Vice-Presidente? Quem?

“... encontra-se em fase final o processo de avaliação de participação de 50,1% da EDA”.

Quem transmitiu essas informações à IGF? É a pergunta que fica.

O senhor em aparte vai dizendo que não é da sua responsabilidade...

Está aqui, Sr. Vice-Presidente.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Quem disse que era da minha responsabilidade foi o senhor. Está no Diário das Sessões!

O Orador: E digo: é da sua responsabilidade!

Não é da sua responsabilidade? Então de quem é? Esclareça-me!...

É do Sr. Presidente do Governo?

O senhor não faz parte do Governo dos Açores? Ou quando interessa faz parte e quando não interessa não faz?

Pergunta muito objetiva:...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não posso responder!

O Orador: De quem é a responsabilidade destas informações...

Deputado Francisco César (PS): É do Paulo Portas!!!

O Orador: ... que são dadas à Inspeção-Geral de Finanças?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Devo dizer que a questão que o Sr. Deputado do PCP aqui trouxe e que questionou o Governo a respeito desta matéria é algo cuja resposta é evidente.

Por que é que são distribuídos os dividendos pelos acionistas?

Para tornar mais apetitoso o negócio que o Governo Regional já decidiu fazer.

Deputada Zuraída Soares (BE): Ah!... Agora já percebi a questão!

O Orador: É tão simples como isso.

É necessário avançar com os “rebuçados” nesta questão.

É tão simples como isto!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Isso é a maior asneira que já ouvi!

O Orador: Dizia aqui o Sr. Vice-Presidente: não, não! A responsabilidade não é minha.

Deputado Francisco César (PS): É precisamente o contrário!

O Orador: Como sempre, o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, que nesta matéria já teve imensas possibilidades de no debate parlamentar ser claro, como sabe que nesta questão, do ponto de vista político, os senhores estão a incumprir o vosso programa eleitoral, os senhores estão a prejudicar os interesses estratégicos da Região, já diz: não, não, este problema não é meu! É de quem?

Para quem é que o senhor está a chutar o problema?

Para o Presidente do Governo Regional?

É o Presidente do Governo Regional o responsável?

Pois, Sr. Vice-Presidente, digo-lhe uma coisa com toda a convicção, tendo em conta a sua atuação política e as declarações que proferiu neste Parlamento:

A responsabilidade é sua! É sua como membro do Governo, como responsável da articulação nesta matéria.

Ou então não percebemos nada da orgânica de um Governo.

O Sr. Vice-Presidente não tem responsabilidades nesta matéria?

Eu considero que a sua posição é uma falta de solidariedade evidente com o resto do executivo; uma falta de solidariedade evidente com o Presidente do Governo Regional, Sr. Vice-Presidente.

Da parte do PPM, o senhor não foge das suas responsabilidades. Portanto, se as suas responsabilidades são evidentes nesta matéria, Sr. Vice-Presidente, o senhor tem o dever de vir cá explicar, a partir do momento em que tem esse género de apartes, de quem é a responsabilidade, se não é sua.

Presidente: Com que finalidade pede a palavra, Sr. Vice-Presidente?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Para responder às perguntas que foram colocadas.

Presidente: Não pode usar da palavra.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não posso?

Presidente: Não pode.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Então para um protesto!

Presidente: Para protestar com...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Para protestar, porque tendo em conta que o Sr. Deputado Duarte Freitas, o Sr. Deputado Artur Lima e o Sr. Deputado Paulo Estêvão sabiam perfeitamente...

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): O senhor não sabia, como é que íamos saber?

O Orador: ... que eu não podia responder às perguntas, porque não podia falar, fizeram perguntas que não podiam ter resposta.

É lamentável este procedimento; é lamentável um procedimento em que perguntam sabendo que as pessoas não podem responder e acusam sem as pessoas poderem se defender.

Deputado Berto Messias (*PS*): Muito bem!

Presidente: Os Srs. Deputados querem fazer um contraprotesto?

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Não, Sr. Presidente!

Presidente: Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (*PS*): Mas um pedido de desculpa ficava bem!

Presidente: Para encerrar o debate, tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na declaração política que proferi há pouco na tribuna, não referi as questões da privatização da EDA apenas por um motivo muito específico, é que temos um Projeto de Resolução, que está em comissão, da autoria do PSD, que versa exatamente sobre as questões da privatização. Portanto, não quis trazer e não coloquei essa questão, porque existe essa iniciativa e por respeito exatamente pela iniciativa dos outros partidos políticos com assento nesta bancada. Sobre isso não me vou pronunciar. Hei de pronunciar-me na altura própria, embora a posição pública do PSD seja conhecida no que a essa matéria concerne.

Penso que, Sr. Deputado Duarte Freitas (se me permitem, começaria exatamente pelo Sr. Deputado Duarte Freitas), grande parte destes dividendos vão para os cofres da Região.

Em princípio eles deviam traduzir-se em benefícios para o povo açoriano.

Agora, aquilo que temos vindo a perceber ao longo deste ano, e ao longo dos anos anteriores, é que efetivamente isso não acontece e não está a acontecer, porque a situação social e económica que se vive na Região não traduz exatamente isso, apesar do Governo Regional, por exemplo, o ano passado, ter arrecadado um valor significativo e equivalente àquilo que são os subsídios de férias e de Natal dos trabalhadores da Administração Pública do ano de 2011.

O Governo Regional ficou com eles nos seus cofres, mas a verdade é que isso não se traduziu em nada visível na resolução do problema social e económico que a Região atravessa, bem pelo contrário, foi um ano em que o dramatismo dessa situação ainda se aprofundou.

Sr. Deputado Pedro Moura, permita-me que lhe diga o seguinte:

Efetivamente é uma decisão dos acionistas, mas é bom que se tenha em consideração duas questões.

Primeira questão: a proposta do Conselho de Administração da EDA não era esta. Era apenas a de distribuir qualquer coisa como 5%.

A decisão dos acionistas, e é bom lembrar que o acionista maioritário é o Governo Regional, foi que o valor dos dividendos aumentasse 11,4%.

A opção é legítima, é sim senhor. Mas a verdade é que essa opção foi tomada pelo acionista maioritário que é o Governo Regional, como sabemos. Com que intuito? Para quê esse dinheiro?

Precisávamos de saber para que é esse dinheiro.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Está no Orçamento da Região!

O Orador: Pois, Sr. Vice-Presidente. Eu sei, Sr. Vice-Presidente, que está lá. Agora não sei é como é que ele vai ser utilizado.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não aprovou o Orçamento da Região?

O Orador: Não!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Ah!... Não aprovou?

O Orador: Não! Eu votei contra, Sr. Vice-Presidente. Não aprovei!

Depois, há aqui uma outra questão, Sr. Vice-Presidente, voltando a uma questão que foi ontem trazida aqui por mim, quando falámos da Conta da Região, que é a quantidade de alterações orçamentais ao Plano que são feitas, ainda que com base legal, durante a fase de execução do Plano e que se traduzem naquilo que aprovamos aqui em sede de Orçamento e Plano, não se traduzem no final, quando olhamos para a execução do Plano.

Portanto, permita-me que mantenha estas dúvidas relativamente ao facto desse valor que está previsto no Orçamento da Região não ir influenciar diretamente na qualidade de vida dos/as açorianos/as.

Sr. Vice-Presidente, há aqui uma outra questão relativamente aos equívocos.

Eu erro muitas vezes, erro sim senhor e também tenho muitos equívocos, muitas dúvidas. Assumo os meus erros, assumo os meus equívocos e as minhas dúvidas.

Agora há uma questão, Sr. Vice-Presidente, que é a seguinte:

Eu não intervenho politicamente de forma gratuita. Critico quando tenho que criticar e reconheço quando as medidas tomadas são efetivamente positivas.

A questão é a seguinte, Sr. Vice-Presidente, e aqui não há equívoco nenhum relativamente àquilo que tem sido a atuação do Partido Socialista, aqui e na República: quando há lucro, privatiza-se; quando há prejuízo, pagam as famílias, pagam os trabalhadores.

Deputado Francisco César (PS): Uma boa deixa ali ao Bloco de Esquerda!

O Orador: Isso, Sr. Vice-Presidente, é que faz a diferença entre quem tem uma posição de esquerda e quem está ao lado do capital.

Portanto, não há, da minha parte, nenhum tipo de equívoco, Sr. Vice-Presidente. Não tenho nenhum equívoco relativamente a isso.

O Sr. Vice-Presidente sabe muito bem que, nesta sala e fora dela, quando é para reconhecer que uma medida tomada pelo Governo Regional é positiva, cá está o PCP para o reconhecer. Agora, também cá está o PCP para reconhecer quando as decisões que são tomadas são negativas, ou pelo menos nós não concordamos com elas.

É verdade, Sr. Vice-Presidente, que é a ERSE que determina o preço do tarifário.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Ah!...

O Orador: Mas, Sr. Vice-Presidente, onde é que está a autonomia da Região Autónoma? Onde é que para a autonomia dos Açores? Onde é que para?!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Então esqueceu-se de dizer essa parte!

O Orador: Por que é que apresentando os valores que apresenta, e muito bem (ainda bem que apresenta), os resultados positivos que apresenta, não se utiliza esse valor, não para descapitalizar a empresa, porque ela precisa de ter esse capital, porque é uma empresa com características que necessita de ter muita disponibilidade de capital de investimento...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Propõe autonomia?

O Orador: Não, Sr. Vice-Presidente. Se vamos por esse caminho...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Nessa matéria propõe autonomia?!

O Orador: Sr. Vice-Presidente, diga-me lá...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Propõe autonomia nesse processo?

O Orador: Sr. Vice-Presidente, então isso é muito mais grave...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Quer terminar este processo?

O Orador: É que se o Sr. Vice-Presidente vai por esse caminho, quer dizer que os resultados que a EDA apresenta dependem das participações da ERSE.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Obviamente!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): É claro! É óbvio! Agora é que percebeu isso?

O Orador: É, não é? É, Sr. Deputado Jorge Macedo!

Então quer dizer que os contribuintes do Continente estão a pagar aqui, a remunerar aqui, capital privado.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Boa! Grande contributo!

O Orador: O senhor acha isto bem?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Acabou de se enterrar todo!

O Orador: O Sr. Vice-Presidente é que encaminhou para aí.

Sr. Vice-Presidente, a questão é esta: é isso que o senhor quer?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): É!

Deputado Jorge Macedo (PSD): A fatura é para o dobro!

O Orador: Não me parece.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): É melhor!

O Orador: Eu sei que é melhor, Sr. Presidente. Mas então, Sr. Vice-Presidente, ...

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, peço-lhe que termine.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

... não se utilizem argumentos falaciosos como aquele que V. Exa. estava a utilizar num aparte. A verdade é esta.

Há ou não autonomia na Região Autónoma dos Açores?

Utilize-a, Sr. Vice-Presidente.

Muito obrigado.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): E a autonomia desta Casa?

Presidente: Vamos fazer o nosso intervalo. Recomeçamos ao meio dia e quinze minutos.

Eram 11 horas e 48 minutos.

Presidente: Boa tarde, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 23 minutos.

Para uma declaração política, tem a palavra o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, o Sr. Deputado Berto Messias.

Deputado Berto Messias (PS): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vivemos hoje tempos muito difíceis.

Tempos em que estamos assolados por uma crise económica e social de dimensão mundial, que continua a condicionar negativamente a vida de todos.

Estes são, por isso, tempos que exigem uma enorme responsabilidade de todos, sobretudo dos agentes do sistema político.

Infelizmente, os episódios dos últimos dias protagonizados pelo PSD e pelo CDS-PP, dignos das melhores telenovelas mexicanas da atualidade, têm sido um péssimo contributo para isso.

Na passada semana o País assistiu incrédulo ao agudizar de uma crise política provocada por quem tinha a obrigação de assegurar a estabilidade governativa.

Em apenas 48 horas, o Governo de Portugal perdeu consecutivamente o número dois e o número três do Executivo.

Primeiro foi o Ministro de Estado e das Finanças a admitir publicamente o falhanço das políticas do Governo e a ausência de liderança do Primeiro-Ministro.

A carta de demissão de Vítor Gaspar ficará na História política de Portugal como o reconhecimento inequívoco do insucesso das políticas de um Governo.

Finalmente, a realidade impôs-se e Vítor Gaspar reconheceu que o experimentalismo político levado a cabo pelo Governo do PSD e do CDS estava a arruinar o País.

Mas, como se isso não bastasse, apenas 24 horas depois deste terramoto político, o líder do CDS/PP e Ministro de Estado surpreende tudo e todos ao anunciar a sua decisão irrevogável de se demitir do Governo sem deixar de criticar severamente o chefe do Executivo.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O que significa irrevogável?

O Orador: Nunca, em tão pouco tempo, alguém fez tanto mal à credibilidade e estabilidade política em Portugal como os Presidentes do PSD e do CDS.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Os senhores apresentaram uma moção de censura! É preciso ter lata!

O Orador: Em apenas 48 horas, a irresponsabilidade e o egocentrismo tomaram conta do Governo do nosso País.

O interesse nacional, a estabilidade e a responsabilidade fundamentais nesta fase foram, irrevogavelmente, postos em causa.

PSD e CDS são, por isso, os grandes responsáveis...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Bem lembrado!

O Orador: ... pelo episódio mais irresponsável da política portuguesa nas últimas décadas.

Depois de todos os sacrifícios impostos às famílias e às empresas, depois de todo o sofrimento, de milhares de empresas falidas e de milhares de famílias insolventes, a coligação da desgraça nacional resolve, com profundo desrespeito e intolerável indiferença, desmerecer os sacrifícios que impuseram a milhões de portugueses.

Este harakiri político do Governo do PSD e do CDS-PP, ou talvez seja melhor dizer, do CDS-PP e do PSD,...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... para além do reconhecimento do seu falhanço, foi, porventura, o ato de maior inutilidade política de que há memória.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: É fundamental, por isso, – em nome da democracia, da legitimidade democrática e do normal funcionamento das instituições – devolver a palavra aos portugueses.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Nenhum Português acredita num Governo que num dia está irrevogavelmente demitido e no outro irremediavelmente rendido à troca de cadeiras e de lugares ministeriais.

É por isso fundamental fazer valer a regra de ouro da democracia e deixar que os eleitores se pronunciem.

Portugal precisa de eleições. Para que tudo seja clarificado.

Portugal precisa de um Governo de salvação nacional legitimado pelas urnas.

Deputado Jorge Macedo (PSD): O Seguro diz o mesmo!

O Orador: Um Governo que ofereça uma alternativa de responsabilidade, credibilidade e esperança.

Deputada Benilde Oliveira e Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Um Governo que aposte no crescimento económico e na criação de postos de trabalho.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Um Governo que seja capaz de negociar com os nossos credores e que não se limite, como até aqui, a ser uma espécie de porta-voz da troika em Portugal.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Um Governo que seja capaz de criar consensos e compromissos, de criar um consenso alargado a vários anos em sectores estratégicos, sob pena de não estarmos à altura de ultrapassar as dificuldades com que estamos confrontados.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: E não podemos ter medo de eleições.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Já deram belos exemplos disso!

O Orador: Não podemos ter medo da Democracia.

Dizer que precisamos de estabilidade recusando, por isso, a pronúncia dos portugueses, é uma subversão completa do nosso estado de direito, que nos remete para tempos da velha senhora de que ninguém tem saudades.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Eh! Mauzinho! Muito mauzinho!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Apesar de vivermos numa Região Autónoma, as políticas nacionais têm, também, um efeito negativo nos Açores.

A insensibilidade social materializada nos cortes nas prestações sociais, o aumento de impostos e as políticas de austeridade originárias de uma grande retração com efeitos, como se sabe, ao nível do consumo e do investimento privado têm contribuído negativamente para a qualidade de vida dos açorianos.

Apesar dos esforços do Governo dos Açores que, a contraciclo, tudo tem feito para contrariar a austeridade nacional e os efeitos da crise económica e financeira, é muito claro que a instabilidade e as más políticas nacionais podem destruir as boas políticas regionais.

Deputada Benilde Oliveira e Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Mas continuamos empenhados em, apesar dos constrangimentos, fazer diferente, reafirmando que a via açoriana para o desenvolvimento não é mera retórica político-partidária, mas é uma evidência confirmada todos os dias pela ação política do Governo dos Açores e do Partido Socialista.

Deputado Jorge Macedo (PSD): já começaram a cortar achas com a machadinha?

Deputada Benilde Oliveira e Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Vejam-se exemplos concretos muito recentes:

O facto da Troika referir que as contas dos Açores não carecem de atenção especial ou de controlo adicional; o facto de no sector da educação haver estabilidade e os sindicatos terem decidido não fazer greve na Região, em contraponto com a confusão geral na greve aos exames nacionais no Continente; o facto de o Governo dos Açores pagar os subsídios de férias no mês de julho,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Com um mês de atraso!

O Orador: ... quando na República isso acontecerá apenas em novembro; o facto de na Região os trabalhadores da administração pública regional não serem afetados pelo regime de mobilidade especial,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): E as 40 horas?!

O Orador: ... garantindo assim que os funcionários públicos do quadro manterão os seus empregos e não irão ter redução dos seus vencimentos...

Deputado Aníbal Pires (PCP): E os contratados?!

O Orador: ... ou o facto de os sindicatos dos enfermeiros terem anunciado que não farão greve nos Açores, são exemplos concretos que comprovam esta forma de fazer diferente.

Deputados Francisco César e José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Isso deve ser motivo de satisfação, porque esta estabilidade e esta forma de ação política que defende os nossos concidadãos, tem a virtude de ser um capital reivindicativo muito relevante, numa altura em que a crise e as dificuldades financeiras servem de desculpa para tudo, podendo fazer perigar as conquistas da Autonomia Regional.

Todos os sucessos da governação nos Açores não são sucessos do PS ou do Governo, são sucessos dos Açores que servirão de bom exemplo e de mais-valias para conseguir mais e melhor para a nossa Terra.

É por isso que, todos os atropelos que se têm verificado no nosso País não nos devem fazer baixar a guarda, contra aqueles que em nome da crise e de colunas de folhas de *Excel* tentam, todos os dias, fugir às suas responsabilidades no financiamento das funções do Estado na Região e diminuir as nossas competências autonómicas.

A suposta reforma do Estado e das suas funções sociais não pode resvalar para qualquer esvaziamento ou desresponsabilização do Estado para com os açorianos. E todos, todos sem exceção, devem estar alerta e devem contrariar qualquer tendência centralista que tenha como agenda escondida asfixiar-nos financeiramente para nos condicionar politicamente.

Deputados Francisco César e José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: É por isso que a estabilidade política e a maturidade democrática que se verificam nos Açores são um referencial importante, em contraponto com a infeliz confusão que acontece atualmente no nosso País.

Precisamos assim, de consensos, de compromissos e que todos se mobilizem na construção de ideias e de propostas para a defesa da nossa Terra.

Temos de continuar este caminho. Um caminho de defesa intransigente dos Açores.

E fazemo-lo com estabilidade e com responsabilidade.

Fazemo-lo com os açorianos. Fazemo-lo disponíveis para o diálogo e para a promoção de consensos e de compromissos com todos os agentes do sistema político.

Este não é o tempo da crispação político-partidária inconsequente. É sempre tempo da confrontação acesa e intensa de ideias e de pontos de vista, mas não é o tempo da guerrilha estéril.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Este não é o tempo da recuperação de narrativas passadas que não levaram a lado nenhum e que desmereceram e diminuíram o nome dos Açores. Este é o tempo de, no cumprimento dos mais básicos valores da democracia, darmos uma lição de maturidade democrática e de sentido de Estado ao resto do país.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Falso!

O Orador: Afirmo-o como dirigente do Partido Socialista, o partido que tem sido uma referência de transparência e de boas práticas democráticas.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

(Risos do Deputado Artur Lima)

O Orador: O partido que se auto limitou com a lei de limitação de mandatos; o Partido que propôs e aprovou uma lei eleitoral que, felizmente, tornou este parlamento mais plural e com mais partidos; o partido que respeita a oposição como em mais nenhum local deste país e que nunca se acomodou à sombra de uma maioria absoluta (que, aliás, lhe foi conferida pela esmagadora maioria dos açorianos)...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E o crédito automóvel?

O Orador: ... e que esteve sempre para promover consensos e acordos; um partido que respeita todos, mas que não aceita de ninguém lições sobre democracia.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E o crédito automóvel?

O Orador: Poderemos falar do crédito automóvel quando o Sr. Deputado Artur Lima quiser, onde quiser.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

E que fique claro. Que fique muito claro.

Nenhuma campanha difamatória, nenhuma campanha de intoxicação mediática, nenhum terrorismo nas redes sociais, nenhuma insinuação ou especulação ou nenhuma tentativa de assassinato de carácter nos condicionará ou nos desviará dos nossos propósitos – defender sempre os Açores e os açorianos, seja contra quem for.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Este é o tempo de, mais uma vez, fazer diferente nos Açores. De afirmar a estabilidade e a responsabilidade como uma referência inquestionável para Portugal.

Quem quiser fazê-lo, junte-se a nós.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Pode ser já aqui!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É irrevogável!

O Orador: Estaremos sempre disponíveis para o diálogo.

Quem quiser perder-se na guerrilha, na trica, na politiquice, ficará a falar sozinho,

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: ... porque não estamos nem nunca estaremos disponíveis para esse registo.

Deputada Benilde Oliveira e Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: Não estaremos disponíveis para alimentar debates políticos que não resolvem os problemas dos açorianos.

Os nossos adversários não são os partidos da oposição, com o respeito que merecem. Os nossos adversários são a crise, o desemprego, os problemas sociais, e é esses que combateremos todos os dias, e esperamos que todos estejam disponíveis para contribuir para um caminho de sucesso no combate a estes problemas.

Não nos desviaremos dos nossos objetivos, por um segundo que seja, porque nenhum governo pode dizer que faz tudo bem. Nenhum governo ou nenhum partido pode dizer que resolve todos os problemas.

Mas qualquer governo tem a obrigação de fazer tudo o que está ao seu alcance e no âmbito das suas competências para defender a sua terra e para ajudar os seus concidadãos.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: É isso que estou certo que este governo continuará a fazer e é isso que certamente o Partido Socialista continuará a fazer.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Está aberto o debate e as inscrições.

Deputados Paulo Estêvão (PPM) e Artur Lima (CDS-PP): Qual era o assunto?

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Berto Messias, creio que tenho-o em mais alta consideração e por isso vou responder ao discurso que V. Exa. fez, mas tenho muita dificuldade, porque este discurso é o pior discurso que o vi realizar, em cinco anos, no Parlamento. Vou explicar por quê.

Sr. Deputado Berto Messias, eu não sei do que é que o senhor falou. Foi uma mistura de assuntos.

Deputado José San-Bento (PS): Olha só quem fala!

O Orador: Ouça, Sr. Deputado!

Qual era o objetivo do seu discurso? Qual era o tema? Que declaração política é esta? Leia-me o título da sua declaração política.

Vamos ter muita dificuldade, porque eu, de facto, não percebi.

Diga-me só uma coisa, a seguir, quando me responder:

Qual era o título que tinha aí escrito?

Declaração Política. Por baixo tem o tema. Não tem tema nenhum, porque o senhor falou aqui de alhos e de bugalhos.

O Sr. Deputado falou aqui de tudo um pouco.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Menos de crédito automóvel!

O Orador: Falou do seguinte: do Governo da República...

Deputado Berto Messias (PS): Estou à espera que o senhor concretize a questão do crédito automóvel!

O Orador: Sr. Presidente...

Sr. Deputado Berto Messias, eu ouvi...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Foi um cidadão...

Deputado Berto Messias (PS): aguardo serenamente que concretize essas especulações!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Foi um cidadão que concretizou na comunicação social!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Qual era a marca?

Deputado Francisco César (PS): Ninguém está a ouvir o seu discurso!

O Orador: Sr. Deputado Berto Messias, quer ouvir a resposta ao seu discurso?

A questão é esta: o Sr. Deputado Berto Messias, naquela parte que foi perceptível do seu discurso, quis criticar a atual crise política. Quis criticar a atual crise política dizendo o seguinte:

Não, os senhores criaram um clima de instabilidade e foram altamente irresponsáveis, porque os senhores quiseram fazer cair o Governo da República.

Eu pergunto:

O seu partido apresentou uma moção de censura na Assembleia da República Qual era a consequência constitucional quando se aprova uma moção de censura?

Deputado Francisco César (PS): Eleições!

O Orador: A consequência não era derrubar o Governo?

A consequência não era criar o tal clima de instabilidade que o senhor vem agora criticar?

Então a moção de censura do Partido Socialista que faria cair o Governo da República não criava instabilidade. Agora, sim, uma outra crise é que já é condenável.

Sr. Deputado, o senhor tem que ser congruente com as análises que faz. Ou quer estabilidade ou não quer estabilidade.

Depois, na outra parte que foi perceptível do seu discurso, o Sr. Deputado diz:

Olhem para nós, aqui nos Açores! Estabilidade é aqui! Dezassete anos de poder absoluto. Aqui é que temos estabilidade política. Vejam os sinais da estabilidade política. Aqui há paz!

Sim! Temos paz! A paz dos cemitérios!

Aqui, o que temos, é um regime...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Amordaçado!

O Orador: ... que persegue pessoas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: É um regime não democrático em que as pessoas têm medo, em que as pessoas são condicionadas, do ponto de vista político.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Ricardo Cabral (PS): Não apoiado!

O Orador: É um regime em que não existe oportunidade de alternância política,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... em que os senhores se repetem, legislatura após legislatura, porque controlam todos os mecanismos de controlo desta sociedade.

Aqui, o que temos é a paz dos cemitérios.

O que temos aqui é uma imagem do que pode significar a estabilidade política...

Deputado Francisco César (PS): O problema é a estabilidade mental!

O Orador: ... sem que as liberdades estejam garantidas, sem que a liberdade de expressão nos Açores possa ser utilizada por todos os cidadãos.

Sr. Deputado, a estabilidade que o senhor fala, na Região Autónoma dos Açores, é uma estabilidade que não é democrática. É uma estabilidade conseguida amordaçando as vozes dos cidadãos livres, daqueles que discordam, amordaçando a liberdade de consciência,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... amordaçando a liberdade de opinião, Sr. Deputado. É essa a estabilidade que o senhor fala.

Sr. Deputado, eu não estou de acordo com esta estabilidade. Eu não estou de acordo com este sistema político.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Eu não estou de acordo.

Eu estou de acordo com as liberdades, eu estou de acordo com uma sociedade em que todos podem exprimir a sua opinião livremente, sem medo de represálias, sem medo do que lhes pode vir a acontecer no futuro.

Por isso, Sr. Deputado, é muito infeliz – e termino, Sr. Presidente – a sua intervenção.

É uma intervenção em que apresenta como contraponto à instabilidade da República, que o seu próprio partido quis criar aprovando uma moção de censura, esta estabilidade. Mas esta estabilidade é a estabilidade de qualquer outra ditadura, igual a outra ditadura em que as pessoas estão amordaçadas, em que as pessoas não podem falar com liberdade, em que as pessoas são perseguidas pelos vossos mecanismos, os mecanismos policiais que os senhores montaram...

(Aparte inaudível da Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social)

O Orador: Diga, Sra. Secretária! Se tem algo a dizer inscreva-se! Diga!

Então? Não está a comentar?

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Os apartes são regimentais!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não se pode conversar?

O Orador: Não pode fazer um aparte ofensivo, porque senão eu vou ofendê-la também!

Não pode fazer um aparte ofensivo, que era o que a senhora estava a fazer.

Diga! Tenha a coragem de dizer aquilo que estava a dizer aí!

Eu termino a minha intervenção.

Nesta Região não existe liberdade. Nesta Região as pessoas são perseguidas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Nota-se! Nota-se!

Presidente: Continuam abertas as inscrições.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): O Sr. Deputado dá autorização que se respire?

Deputado Paulo Estevão (PPM): Diga o que estava a dizer!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Como já tive oportunidade de dizer, aquilo que se passou a semana passada a nível da instabilidade política no país, foi mau para todos os portugueses.

O esforço que os portugueses têm vindo a fazer, ao longo dos últimos anos, merecia e merece outro respeito por parte de todos os partidos, nomeadamente dos partidos do arco da governação e dos partidos que assinaram os acordos do Memorando da Troika.

Na altura, fiz um apelo para que todas estas forças políticas, e em especial estas que assinaram o Memorando da Troika, pudessem rapidamente chegar a um consenso, ultrapassar a situação a bem dos portugueses que sofriam, e sofrem, face àquilo que se provou que era terrível, de instabilidade em cima de instabilidade, e que foi claramente verificado naquilo que se passou na bolsa, e nos mercados internacionais, em relação aos juros da dívida soberana.

Aquilo que é preciso hoje, de novo, aqui renovar, é que é importante que estes partidos, nomeadamente os do arco da governação, que assinaram o acordo da troika, tentem encontrar plataformas onde possa assentar uma estabilidade que garanta aos portugueses que os esforços que têm vindo a fazer vão ter sucesso, vão ter uma retribuição e que Portugal poderá melhorar a sua situação nos próximos anos.

Em segundo lugar, e aqui mais no âmbito da política regional, gostaria de referir algo que vem sendo de alguma forma recorrente nas intervenções de alguns responsáveis do Partido Socialista, na Região.

É, de alguma forma, um pouco a vertigem do partido único, como se os interesses dos Açores fossem exatamente os interesses do PS, ou os interesses do PS quisessem transfigurá-los nos interesses dos Açores.

Quero dizer-vos: da parte do PSD-Açores, vamos juntar-nos não ao PS, mas aos açorianos. Quando for preciso, como temos vindo a provar, estar ao lado do PS na defesa dos açorianos, vamos fazê-lo. Mas quando for preciso combater o PS e as políticas do Partido Socialista na defesa dos/as açorianos/as, também o vamos fazer.

Penso que já o provámos e estamos aqui hoje, de novo, a reafirmá-lo: não à vertigem do partido único. O PSD estará não ao lado do PS e do Governo, mas ao lado dos açorianos. Nalgumas circunstâncias isso significa estar ao lado do Governo. Noutras significa estar contra o Governo.

Nalgumas circunstâncias significa estar ao lado do Governo da República. Noutras circunstâncias significa combater o Governo da República, mas sempre, sempre, ao lado dos/as açorianos/as.

Em terceiro lugar, gostaria aqui de referir uma outra matéria que vem sendo recorrente neste plenário e na política açoriana. Tem a ver com a desresponsabilização de quem está no Governo.

Há pouco tivemos aqui um debate em que se falou da situação dramática, desastrosa, em que está o termalismo nos Açores.

Apontou-se tudo, menos a responsabilidade do Governo Regional.

Algum dia os senhores já perguntaram a vós próprios o que é que os açorianos irão dizer em relação a “para que é que precisamos de autonomia”?

Se o Partido Socialista e o Governo chutam para todo o lado quando há um problema, para que é que precisamos de autonomia? Para que é que precisamos de um Governo que, quando comete um erro, quando tem deficiências, quando prejudica os açorianos, arranja desculpas?

Para isso não precisamos de autonomia!

Precisamos de autonomia e de órgãos de Governo próprio para defender os/as açorianos/as.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Em quarto lugar, queria dizer o seguinte, algo que é bom que todos percebamos:

Na República, onde o Partido Socialista é o principal responsável pela situação desastrosa a que chegou o país;...

Deputado Francisco César (PS): O senhor ainda acredita nisso!

O Orador: ... na República, onde o Partido Socialista e os Governos de Sócrates foram os principais responsáveis pela situação...

Deputado Francisco César (PS): O Ministro da República do seu partido foi-se embora!

O Orador: ... a que chegámos; na República onde o Partido Socialista é o principal responsável pela situação a que chegamos, o Partido Socialista desresponsabiliza-se.

Em vez de estar ao lado das soluções para os problemas que o próprio Partido Socialista criou, está ao lado dos problemas; em vez de procurar a estabilidade, procura a instabilidade, com o José Seguro tão fraco que nem os senhores próprios, aqui, acreditam nele e nós sabemo-lo bem.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Mas enquanto na República o Partido Socialista, que é o principal responsável pelo desastre de Portugal, foge das suas responsabilidades, nos Açores, onde o PSD-Açores não tem qualquer responsabilidade nos desastres políticos...

Deputado Francisco César (PS): Ah tem, tem!

O Orador: ... que os senhores fizeram na vossa governação, apesar de não termos essa responsabilidade, como estamos ao lado dos açorianos, temos provado e vamos continuar a provar que estamos ao lado das soluções.

Isso faz uma grande diferença e é essa diferença também que o Sr. António José Seguro e vós próprios deviam perceber para melhor atuação a nível nacional,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Na prospeção do petróleo, por exemplo!

O Orador: ... em prol do país e não é em prol da guerrilha partidária que os senhores costumam acusar o PSD.

Para terminar, meus caros amigos, Sras. e Srs. Deputados,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Estão ao lado dos açorianos na prospeção do petróleo!

O Orador: ... temos aqui uma clara diferença entre aquilo que nós pretendemos fazer nos Açores, como maior partido da oposição, e o que faz o PS na República, como maior partido da oposição.

Nós contribuímos para soluções, para a estabilidade, para o diálogo, para a cooperação, mesmo sem responsabilidade naquilo que se passou na governação da Região.

Na República, o principal responsável pelo desastre a que se chegou foge de tudo e, em vez de estar ao lado das soluções, está ao lado dos problemas e da instabilidade. Como se viu e provou, não serve aos portugueses.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não podia deixar de intervir a propósito desta declaração política, porque não posso deixar passar em branco esta narrativa, agora despendida pelo Deputado Duarte Freitas, que põe a democracia entre parenteses, põe o direito do povo português escolher entre parenteses e tudo subjuga aos interesses financeiros, os chamados mercados que ninguém sabe o que são e como são. Mas se quisermos, temos uma banca nacional e internacional para apontar o dedinho, que tem um nome.

Cada vez que a democracia ameaça despontar no nosso país, os mercados ficam nervosos. Quando os mercados ficam nervosos a democracia não pode funcionar. Chamam a isto estabilidade.

Pergunto: de que raio de estabilidade é que estamos a falar? Estamos a falar do empobrecimento do nosso país, dia após dia? Da miséria? Do desemprego?

Estamos a falar da sangria dos nossos jovens para a emigração, muitos dos quais, senão a maioria, nunca mais retornarão ao nosso país?

Estamos a falar da absoluta falência de tudo aquilo que é decência, dignidade, palavra, ética republicana. Sintetizando: DEMOCRACIA no seu pleno funcionamento.

É esta a estabilidade, Sras. e Srs. Deputados?!

Isto é a maior instabilidade!

A isto eu não chamo estabilidade. A isto eu chamo ditadura.

Isto não é inevitável.

Quando nós sabemos que esta narrativa de que os sacrifícios terão o seu retorno, de que o povo deve aguentar caladinho, em silêncio, resignado, perdendo tudo o que conquistou ao longo de décadas, que um dia o Reino dos Céus lhe chegará, um dia serão recompensados, é desmentido todos os dias pela

vida e, Sras. e Srs. Deputados, é desmentido todos os dias pelos principais protagonistas desta narrativa.

A carta de demissão do Ministro Vítor Gaspar dizia, preto no branco, “esta política, esta receita, não terá êxito, não nos leva a lado nenhum”.

O Presidente do Banco de Portugal disse há dias “esta política, esta receita, nunca nos levará a lado nenhum”.

O FMI já diz que esta política, esta receita têm que ser revistas, porque não estão a levar a lado nenhum, nem a ter os resultados que eram pretendidos.

Mas depois vêm-nos dizer: continuem caladinhos, não se mexam, não acionem os mecanismos democráticos, não exijam eleições para repor decência e democracia neste país, porque um dia estes sacrifícios hão de ter algum retorno.

Sras. e Srs. Deputados, não há ninguém neste país que acredite nesta narrativa, nem mesmo aqueles que a defendem. E esta é a narrativa do suicídio, é a narrativa da perda de gerações daqui para a frente, é a narrativa do empobrecimento e da miséria garantida para o nosso país.

Por isso o Bloco de Esquerda tem defendido e continuará a defender. Aliás, estas chamadas de atenção, o Bloco já as fez há dois anos.

Muita gente, muitos comentadores, muitos economistas, muitos analistas, perderam dois anos para agora dizerem exatamente aquilo que o Bloco dizia há dois anos. Uma das pessoas, por acaso é completamente insuspeita, chama-se Manuela Ferreira Leite, já agora.

É por tudo isto que só há uma palavra de ordem digna no nosso país, neste momento: eleições já!

Perguntem ao povo o que é que ele quer.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não quer!

A Oradora: Perguntem ao povo qual é o caminho que quer percorrer. Eleições já, Sras. e Srs. Deputados!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não quer!

Presidente: O Sr. Deputado Aníbal Pires pediu a palavra, mas tenho que lhe informar que já esgotou o seu tempo.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Uma vez que estamos praticamente em cima das 13 horas, proponho, se não houver objecção da câmara, que prolongássemos os trabalhos até concluir este ponto, para que da parte da tarde iniciássemos a Agenda da Reunião, senão vamos para intervalo.

(Pausa)

Então vamos continuar até encerrar este ponto.

Tem a palavra para o efeito o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Estêvão:

Vou ajudá-lo a dar o título à intervenção do Deputado Berto Messias: ventríloquo!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

É ao que o Sr. Deputado Berto Messias nos tem habituado ultimamente. Falou ontem o Presidente do Governo e disse isto que está aqui escrito.

O Sr. Deputado Berto Messias foi a voz do Sr. Presidente do Governo aqui. Não disse nada de novo, nem nada da sua autoria. Portanto, veio repetir o que veio dizer aqui o Presidente do Governo.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): O Presidente do Governo e todos os portugueses!

O Orador: É tão expetável e tão previsível.

O Presidente do Governo. Não o Presidente do PS! O Presidente do PS, esse tem outra ideia e já a disse antes.

Sr. Deputado Berto Messias, o senhor tem um conceito muito interessante de Democracia.

Deputado Berto Messias (PS): Com certeza melhor do que o senhor!

O Orador: É que a maioria absoluta que o Partido Socialista tem nos Açores foi o povo que a deu. É oriunda do povo.

A maioria absoluta que existe no Continente, não veio do povo. É ilegítima.

Deputado Berto Messias (PS): Aquilo é que não é uma maioria absoluta, é uma salgueirada total!

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Não há maioria absoluta na Assembleia da República, por isso fizeram uma coligação!

O Orador: Isso é que é o conceito de Democracia, genuíno, que V. Exa. tem. Já agora, Sr. Deputado Berto Messias, que falou na velha senhora. Exemplos de prática governativa da velha senhora vemos nós todos os dias por parte deste Governo de maioria, eleito pelos açorianos.

Devo dizer-lhe, Sr. Deputado Berto Messias, que mais do que haver eleições ou que repetir eleições, é preciso é que haja respeito pelas regras democráticas. É isso que os senhores não fazem há 17 anos, desde que estão no poder nos Açores.

Vou dizer-lhe ainda mais, Sr. Deputado Berto Messias. Era isso que o senhor podia ser, para usar uma expressão sua: politicamente honesto (não lhe vou chamar desonesto).

Se fosse politicamente honesto, o senhor devia explicar aos açorianos/as o que é que esta crise nacional, de dois dias, teve a ver com a taxa de desemprego, superior a 17%, que há nos Açores. Diga-me lá, Sr. Deputado Berto Messias! Fico à espera que me responda.

Deputado Francisco César (PS): É muito fácil!

O Orador: O que é que esta crise de dois dias, no Continente, teve a ver com uma região que ocupa o segundo lugar na taxa de pobreza nacional? O que é que teve a ver, Sr. Deputado Berto Messias?

O que é que esta crise teve a ver com a falência do setor cooperativo nos Açores, recentemente exemplificada pela LactoPico, que agora tem que transportar o leite do Pico para o Faial?

Onde é que está o desenvolvimento das ilhas e o desenvolvimento harmonioso de todas as ilhas? Onde é que está, Sr. Deputado Berto Messias?

O setor cooperativo, que está falido (um modelo vosso, implementado pelos senhores e condenado à falência), o que tem a ver com o Governo da República, Sr. Deputado Berto Messias?

Explique, para ver se os açorianos entendem.

E o turismo, que ainda aqui no Faial fechou uma unidade hoteleira? Foi culpa desta crise de dois dias, na República, Sr. Deputado Berto Messias?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Claro que foi! Já se sabe!

Deputado Francisco César (PS): Também foi!

O Orador: Explique isso aos açorianos, que eles querem ver se percebem essa vossa teoria.

Explique também, Sr. Deputado Berto Messias, a questão da transparência.

Quem diz que não há transparência nos Açores é o Tribunal de Contas. Ainda ontem foi dado aqui um exemplo sobre essa transparência, sobre os subsídios mal atribuídos por um ex-governante, agora candidato e atual deputado.

Foi dado aqui o exemplo, como já foi dado o ano passado na agricultura, e outros, pelo Tribunal de Contas, Sr. Deputado Berto Messias.

Transparência nos Açores, não existe na Administração Pública.

Nos concursos e ajustes diretos, como também já o disse aqui e já o denunciei, não existe transparência, Sr. Deputado Berto Messias.

Os senhores mantêm-se no poder de golpe palaciano em golpe palaciano. Foi isso que os senhores aprenderam e sabem fazer, Sr. Deputado Berto Messias, muito bem e melhor do que ninguém.

Dizia aqui o Sr. Presidente do Governo que a República começa com a dança de cadeiras e acaba com a dança de cadeiras.

Aqui, não! Aqui os senhores perpetuam-se no poder com uma dança de cadeiras. Começaram a fazer em 96 a dança e a troca de cadeiras e de cadeirões. É a senhora secretária que passa para assessora; é o senhor assessor que passa para secretário; é o senhor administrador que passa para secretário, é o senhor diretor que vai para administrador; é o administrador que vem para secretário e para diretor regional.

Os senhores estão sempre dentro da mesma malha, da mesma teia, que é preciso manter coesa para manter o poder e o despotismo a todo o custo.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Para encerrar a sua declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Serei breve. Breves palavras e referências àquilo que foi dito pelos vários partidos.

Começo por me dirigir ao Sr. Deputado do PPM. Dizer-lhe que o senhor continua empenhado – aliás isso tem sido notório ao longo dos últimos tempos – em tentar “jardinizar” este Parlamento.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não, não! A “jardinação” é vossa!

O Orador: Enfim, essa é uma questão que compete a si.

Devo dizer-lhe que não me parece que esse seja um contributo relevante para o nosso sistema político regional e para o funcionamento deste Parlamento.

Também devo dizer-lhe, Sr. Deputado, que o senhor, com as suas intervenções, tem algumas virtudes que até permitem que o Sr. Deputado e o PPM,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Venham para mim, não prejudiquem os outros!

O Orador: ... tendo em conta que têm um amor tão profundo às questões relacionadas com as monarquias e com as cortes, tenham por vezes a virtude de ter a capacidade de nos fazer rir, lembrando aqueles momentos das monarquias nas cortes, com muitas gargalhadas, em que havia vários figurinhas com guizos nos chapéus.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não desça tão baixo! Isso é falta de nível!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto é demais!

Deputado Bruno Belo (PSD): Está a fazer as malas, por isso está assim!

O Orador: Tem essa virtude e essa capacidade de, por vezes, nos fazer rir, relembrando as gargalhadas que tínhamos nas cortes, na altura da monarquia, regime do qual V. Exa. é um grande apreciador.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é lamentável!

O Orador: Relativamente àquilo que disse o Sr. Deputado Duarte Freitas, reconheço e registo a sua vontade e o seu empenho em construir, por vezes, compromissos, em estar disponível e em contribuir para o diálogo, mas é preciso que isso seja consequente. Não basta dizer. É preciso fazer.

V. Exa. referiu-se a uma vertigem, à vertigem – dizia o senhor – do partido único.

Devo dizer-lhe, Sr. Deputado, que quando eu me refiro à estabilidade não me refiro à questão do partido único, nem vivemos com essa vertigem.

Refiro-me, sim, ao normal funcionamento das instituições democráticas com as discordâncias que existem. É normal.

Também devo dizer que ao longo dos anos, e da construção da nossa autonomia, o PSD foi sempre um contribuinte ativo para esse normal funcionamento das instituições e é um partido com grande história nessa dimensão.

Mas falemos em vertigens. A ação política do PSD, por aquilo que nota, por vezes tem dois tipos de vertigens, que acho que têm que ser clarificadas, porque acho que não são positivas para os Açores.

Por um lado, a vertigem – aliás, partilhada pelo CDS, avaliando a sua intervenção – ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Com certeza!

O Orador: ... de resvalar sempre para a defesa dos seus companheiros a nível nacional, resvalar sempre para a função de serem os porta-vozes e os defensores do PSD e do CDS-PP;...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os senhores têm medo de eleições!

O Orador: ... serem sempre os defensores do Dr. Passos Coelho e do Dr. Paulo Portas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas os senhores não defendem o Seguro!

O Orador: Os senhores é que têm muitas vezes essa vertigem de resvalar para essa defesa em vez de se preocuparem em defender os seus concidadãos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Acho que é um crédito automóvel!

O Orador: É, com certeza, uma vertigem, mas tem sido evidente ao longo dos últimos tempos.

Também há outra vertigem, que é o facto de estarem mais preocupados com aquilo que dizem à frente das câmaras e dos jornalistas do que com aquilo que fazem efetivamente no seu dia a dia.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Refiro, por exemplo, um exemplo recente, infeliz, sobre o grande contributo que seria dado ao autoemprego jovem nos Açores, que, depois de uma análise cuidada, era então na extração de petróleo e de minérios.

Enfim... Isto para lhe dizer, Sr. Deputado, que falando de vertigens é também importante que o PSD-Açores clarifique aquele que é o seu contributo e a sua ação política no sistema político-regional, enquanto maior partido da oposição.

Defender os Açores e os açorianos, acredito que estão sempre prontos e disponíveis para isso. Mas devem evitar este resvalar para a defesa imediata dos seus companheiros a nível nacional e do Dr. Passos Coelho, e concretizar de forma consequente, de forma clara e exequível, propostas que ajudem, de facto, os Açores e os açorianos, e não através, como propunham no plenário passado, da extração de petróleo.

Reitero, por isso, aquilo que disse: a disponibilidade do Partido Socialista para construir consensos, construir compromissos, para dialogar,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É falso!

O Orador: ... porque a crise, a situação do nosso país atualmente, não pode ser desculpa para pôr em causa os ganhos que o nosso regime autonómico conseguiu.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quais ganhos? Como?

O Orador: Temos inimigos da Autonomia e muitas pessoas em Portugal Continental, com responsabilidade, que não perceberam ainda as dificuldades

inerentes a vivermos numa Região como a nossa. Existe em todos os partidos. Também no Partido Socialista, em todos os partidos.

Todos temos especiais responsabilidades de, junto dos nossos camaradas e companheiros a nível nacional, defendermos sempre de forma intransigente os interesses dos Açores.

Termino reiterando isto que referi.

Também devo dizer, mais uma vez, Sr. Deputado Artur Lima, que o CDS não tem essa vertigem. Essa é uma ação política clara de defesa. Está mais preocupado em defender o seu Presidente Paulo Portas, do que em defender verdadeiramente os açorianos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não tenho vergonha dele! Os senhores é que têm vergonha do vosso!

O Orador: O senhor mais uma vez, radicalizando o discurso, mais uma vez estando mais preocupado em fazer guerrilha ao Partido Socialista e ao Governo,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Têm vergonha de José Seguro!

O Orador: ... mostra ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Responda às questões!

O Orador: ... que ainda não digeriu os resultados das últimas eleições e cada vez mais assume o papel do Paulo Estêvão da ilha Terceira.

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: O Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para defesa da honra.

Deputado Berto Messias (PS): Desculpa, não percebi!

Presidente: Defesa da honra!

Deputado Berto Messias (PS): Mas eu não o ofendi!

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Deputado Berto Messias, em relação à minha intervenção e à minha pessoa, o senhor chamou-me bobo da corte.

Deputado Berto Messias (PS): A seguir vou repetir o que eu disse!

O Orador: Chamou-me! Desenhou exatamente essa figura!

Sr. Deputado, digo-lhe: o bobo da corte, nas cortes medievais, vivia da bajulação. Mas eu digo-lhe, eu tenho vida profissional antes de chegar a este Parlamento.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do CDS/PP)

Eu não precisei de bajular ninguém para chegar aqui.

Deputado Francisco César (PS): Ele foi eleito. O senhor não sabe o que é isso!

O Orador: Eu não precisei bajular ninguém, Sr. Deputado, para que a minha vida tivesse tido o percurso e o mérito académico que tem e que o senhor não tem, ou o mérito profissional que tenho e que o senhor não tem, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do CDS/PP)

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): O senhor Deputado Cláudio Almeida a bater palmas. Tem um currículo profissional estrondoso!

O Orador: O senhor falou de monarquia, Sr. Deputado.

Eu não tenho nenhuma legitimidade monárquica como o Sr. Deputado que se senta aí à sua frente, o Sr. Deputado Francisco César. Não tenho nenhuma legitimidade monárquica! Eu não sou nenhum príncipe de alguém que aqui chegou, graças à imagem de alguém que é o seu pai.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do CDS/PP)

E que tem uma herança dinástica para chegar aí e para se sentar nesse lugar.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do CDS/PP)

É isso que lhe quero dizer, Sr. Deputado.

Deputado José Ávila (PS): Que vergonha!

Deputado Francisco César (PS): Parece um desequilibrado!

Presidente: Sr. Deputado...

O Orador: Eu não tenho nenhuma herança dinástica.

Presidente: Sr. Deputado...

O Orador: É isso que tenho para dizer...

Presidente: Sr. Deputado...

O Orador: ... e respeito...

Presidente: Sr. Deputado...

O Orador: Termino, Sr. Presidente.

(Apartes inaudíveis de Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Srs. Deputados, moderação, boa educação e sensatez é o que se apela a toda gente.

O Sr. Deputado Berto Messias pretende reagir? Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em primeiro lugar, dizer que as referências pessoais que o Sr. Deputado Paulo Estêvão fez a mim e a um deputado desta bancada não merecerão qualquer tipo de resposta, porque as palavras ficam com quem as profere e isso mostra bem aquela que é a postura e a forma de estar na atividade política do Presidente do PPM.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Quanto às minhas referências na intervenção que fiz na bancada que originaram o tal pedido de defesa da honra, eu devo dizer que estranhamente o Sr. Deputado Paulo Estêvão enfiou o barrete.

Eu disse e repito *ipsis verbis* aquilo que disse. Disse que o Sr. Deputado Paulo Estêvão, pelas intervenções e afirmações que tem feito neste plenário e ao longo dos últimos tempos, tinha a virtude de muitas vezes nos fazer rir, lembrando, tendo em conta o seu amor à causa monárquica e àquilo que acontecia nas cortes,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Oh!...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Outra vez?!

Deputado Luís Maurício (PSD): Não invente!

O Orador: ... os tempos das festas e das gargalhadas que se ouviam nas cortes, onde havia festas e havia figuras vestidas a rigor, com guizos nos chapéus.

Foi isso que eu disse, sem atingir a honra de ninguém e sem me referir pessoalmente a ninguém, que é coisa que nunca fiz, nem ao Deputado Paulo Estêvão, nem a nenhum deputado neste Parlamento.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Da parte do Partido Socialista, vamos, como sempre fizemos, continuar a contribuir para elevar o debate político,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O Sr. Deputado não tem necessidade disso!

O Orador: ... sem qualquer tipo de referências pessoais a qualquer uma das Sras. e Srs. Deputados que estão nesta casa, todos legitimamente eleitos pelos açorianos nas últimas eleições regionais.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Vamos interromper os nossos trabalhos, mas antes de passarmos ao intervalo para almoço, gostava de informar que o ponto 9 passa a ser o ponto 7 da nossa ordem de trabalhos, da parte da tarde.

Bom almoço. Até às 15 horas.

Eram 13 horas e 15 minutos.

Presidente: Boa tarde, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo. Pedia o favor de ocuparem os vossos lugares.

Eram 15 horas e 07 minutos.

Vamos reiniciar os nossos trabalhos com a Agenda da Reunião.

Dou a palavra à Sra. Deputada Zuraída Soares para apresentar o **Projeto de Resolução n.º 14/X – “Recomenda ao Governo Regional que, em execução do disposto nos termos do Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de abril e subsequentes alterações, proceda à atualização do acréscimo regional ao salário mínimo nacional e do Complemento Regional de Pensão”**.

Deputada Zuraída Soares (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nos últimos dois anos, têm sido os/as trabalhadores/as e pensionistas deste país, vítimas de um esbulho feroz das suas condições de vida e dos seus direitos. Tudo em nome de uma dívida e do défice orçamental.

Ao fim de dois anos, um lastro de miséria e de sofrimento é a realidade do país, enquanto que a dívida continua a crescer e o défice não baixa.

Porque esta cruzada não visa, de facto, os objetivos com que se pretende iludir a população, ou seja, dar solução à dívida e ao défice.

Esta cruzada – orientada pelo capital financeiro e seus tecnocratas institucionais – tem, como vetor único, a salvaguarda da continuidade das rendas do serviço da dívida e a asiatização das condições de trabalho.

Este é o verdadeiro centro desta operação de empobrecimento generalizado e de retirada abrupta de direitos aos/às portugueses/as.

Sem dúvida que, nesta cruzada, o Estado de Direito está posto em causa, quando ‘dois pesos e duas medidas’ é a prática comum. Um exemplo: - Todas

as convenções, contratos com os/as trabalhadores/as, pensionistas e reformados são rasgadas, num ápice.

Mas os contratos da dívida, os contratos das PPP's, os contratos das rendas energéticas, estes são sagrados.

Dum lado, os poderosos a quem se verga a espinha; do outro lado, os mais fracos que se espezinham.

É, neste contexto, que se insere o rasgar do acordo alcançado em sede de concertação social, o qual estipulava o aumento do salário mínimo nacional para os 500 euros mensais.

Duma penada, o Governo da República rasgou o acordo e até mesmo as confederações patronais (que, no fundo, desejavam a ação do governo) se mostraram hesitantes em aceitar tal decisão, por razões de estratégia futura. Mais uma vez, os/as trabalhadores/as foram assaltados.

A iniciativa do Bloco de Esquerda – de propor um aumento do salário mínimo regional, em 10 euros mensais, e do chamado “cheque pequenino” em 15 euros mensais – é um contributo para minimizar este assalto a que têm estado sujeitos os sectores mais pobres da sociedade, e é também um contributo para a economia regional.

Diz o Partido Socialista, a nível nacional – acompanhado por dirigentes do PS/Açores – que o caminho trilhado pelo Governo PSD/CDS está a levar o país para um desastre. A economia precisa de medidas imediatas, para evitar o agravamento deste desastre e, entre elas (diz o Partido Socialista), enumera e defende o aumento do salário mínimo nacional, de imediato, para 500 euros mensais.

Se esta proposta é boa, quando defendida para o quadro nacional, não será ainda melhor para o quadro regional, Sras. e Srs. Deputados?

Convenhamos que este contorcionismo político, do Governo e do PS/Açores, não tem lógica nenhuma.

Estamos a falar de duas propostas que, conjugadas, significam 25 euros mensais a mais, por mês, para milhares de pessoas na nossa Região. Alguém poderá dizer que não é um contributo para a economia regional?

Mas os argumentos contrários à nossa proposta refinam-se.

Agora, é assim: - Não podemos aumentar, na Região, porque isso desvirtua a concorrência e a competitividade das empresas.

Nada mais falso. Dez euros mensais de aumento é totalmente insignificante, nos custos finais dos produtos e, por outro lado, como faz, constantemente, alarde o Governo e o PS/Açores, as empresas, nos Açores, têm três ou quatro vezes mais apoios do que no Continente.

Na prática, o PS/Açores assume, como sua, a velha história do “faz o que eu digo, mas não faças o que eu faço”.

A defesa do aumento do salário mínimo nacional não passa, para a maioria parlamentar, senão de um expediente para a luta política, contra o PSD e o CDS; mas a vida dos/as trabalhadore/as é assunto aparentemente de menor interesse.

No fundo, o PS/Açores alinha na lógica troikista da asiaticização dos direitos dos/as trabalhadores/as, como se evidencia, por exemplo, na situação atualmente a viver-se na Cofaco.

Perante um aumento de encomendas extraordinário, esta empresa decide que as trabalhadoras passam a trabalhar até às 22 horas.

A vida das pessoas não conta, a empresa é o bem supremo.

Chamada a Inspeção do Trabalho, esta dá cobertura às intenções da empresa, sem ouvir, nem as trabalhadoras, nem os seus representantes sindicais. O Governo é do Partido Socialista mas, no concreto, não se nota muita diferença, relativamente ao Governo da República.

Não se equaciona a alteração da organização do trabalho. Não. Transfere-se, imediatamente, todo o esforço para as trabalhadoras.

O problema, Sras. e Srs. Deputados, não é a concorrência ou a competitividade. O verdadeiro problema é de que lado está o Partido Socialista, nos momentos em que os interesses dos mais poderosos se confrontam com os que nada ou muito pouco têm.

Mas esta mesma linha é seguida, também, quanto à proposta do Bloco de Esquerda, de aumentar, em 15 euros mensais as pensões abaixo do salário mínimo regional.

Em primeiro lugar, vem o argumento burocrático do cabimento orçamental. Este já foi demonstrado que era falso, pois, o Bloco de Esquerda, em sede do último Orçamento regional, aprovado nesta Casa, mostrou, de forma clara, que tinha cabimento orçamental e estamos a falar de 6 a 7 milhões de euros anuais.

O PS e o Governo Regional é que não quiseram aprovar esta proposta.

Ao invés, para um grupo de pessoas pobres, com as suas capacidades reivindicativas diminuídas – também pelo seu enquadramento social – o Governo apela à demagogia mais descabelada e, na esteira do ministro Mota Soares, grande paladino da caridadezinha, disserta sobre o esforço imenso que é aumentar 1 euro e 90 cêntimos, por mês, o “cheque pequenino”.

As propostas do Bloco de Esquerda, nesta matéria, vão no sentido de responder às necessidades de quem trabalha e de quem vive das suas exíguas pensões. Vão no sentido de responder à urgência de contribuir para o desenvolvimento do mercado interno e arejar a economia regional.

Só o enfeudamento ao troikismo e aos interesses dos que mais têm pode inviabilizar as propostas do Bloco de Esquerda, agora, em análise.

Presidente: Apresentado o diploma, está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este Projeto de Resolução apresentado pelo Bloco de Esquerda contém duas matérias extintas, na sua parte resolutiva. Independentemente agora dos considerandos do próprio Projeto de Resolução, tem duas matérias distintas que, da parte do PSD, originam diferentes entendimentos.

Primeira questão: o acréscimo à remuneração mínima mensal garantida no valor de 10 euros.

Já em maio de 2011 e em janeiro ou fevereiro de 2013 (não sei precisar se foi em janeiro ou se foi em fevereiro) tivemos aqui duas iniciativas semelhantes – não iguais, mas semelhantes – apresentadas pelo PCP.

A única diferença que tinham relativamente àquilo que agora é proposto por parte do Bloco de Esquerda é que, no caso do PCP, o aumento era em relação à percentagem de acréscimo, passava de 5 para 7,5%; no caso do Bloco de Esquerda esse aumento era um aumento em termos de valor, no valor de 10 euros.

O efeito é semelhante, independentemente agora da amplitude dos valores correspondentes.

Relativamente a esta matéria, mantém-se naturalmente os argumentos que foram apresentados por parte do PSD-Açores e que conduziram, nos dois casos em apreço, a um voto contrário à iniciativa que foi apresentada.

O que temos dito, e temo-lo dito em coerência, é que é desejável para todos nós melhorar as condições de vida daqueles que nos elegeram, designadamente quando estamos a falar nas classes de rendimento mais baixo.

Portanto, seria importante para todos nós procedermos a um aumento dos rendimentos, designadamente daqueles que vivem numa situação mais delicada, mais débil, justamente pelo facto de terem rendimentos inferiores.

Todos aqui certamente aplaudiriam uma iniciativa que conduzisse ao aumento dos rendimentos destas classes de rendimentos mais baixos.

O próprio PSD-Açores já fez saber, no contato que estabeleceu com sindicatos, designadamente com as centrais sindicais, que já se comprometeu, numa matéria nesse género, com esse objetivo, logo que estejam reunidas as condições para que se processe um aumento do acréscimo da remuneração mínima mensal garantida. É esse o nosso propósito também. É importante. Temos que dar resposta àqueles que nos elegeram.

Mas há uma questão de momento. O momento que vivemos seguramente não é o melhor momento de sempre. Eu diria mesmo que estamos a viver a situação mais crítica que se viveu em tempos de Autonomia, ao nível da economia açoriana.

Essa é uma situação que atinge de uma forma muito relevante as empresas açorianas. Bastará estarmos atentos e lermos o jornal praticamente todos os dias. Vemos que há empresas que estão a entrar em situação de colapso, em situação difícil. Não conseguem desenvolver a sua atividade de uma forma desafogada. Muito pelo contrário.

Temos assistido a inúmeras empresas em que se têm verificado situações de encerramento da sua própria atividade. Em muitas delas temos, não o encerramento total, não o seu fim, mas uma situação que lentamente consegue ser pouco sustentada. Por isso, aquilo que se tem verificado é que tem conduzido frequentemente à dispensa dos seus próprios colaboradores, à dispensa dos seus próprios trabalhadores.

Aí estamos a falar do principal problema que atinge neste momento a economia e a sociedade dos Açores: um desemprego fortíssimo. De acordo com os últimos dados oficiais conhecidos, atinge 25% das famílias açorianas, atinge 20 mil açorianos.

Essa é certamente a matéria que mais preocupa o PSD-Açores, e julgo poder dizer que preocupa todos nós, o desemprego galopante que se tem vindo a verificar, designadamente ao nível dos dois ou três anos mais recentes.

Deputado José San-Bento (PS): Está enganado, Sr. Deputado. Estamos a recuperar nos últimos dois meses! Não é galopante!

O Orador: Sr. Deputado José San-Bento, vou dizer-lhe uma coisa...

Deputado José San-Bento (PS): É apenas uma correção!

O Orador: Com certeza.

Deputado José San-Bento (PS): Estou a fazer um aparte em relação ao que o senhor está dizer! Não seja assim!

O Orador: Sabe o que é que me deixa à vontade? É os açorianos estarem a ouvi-lo lá em casa a dizer isso.

Deputado José San-Bento (PS): Com certeza! Nos últimos dois meses estamos a recuperar!

O Orador: Temos 20 mil açorianos, 25% das famílias que estão a assistir a este problema gravíssimo. Está a entrar dentro de casa de pessoas que estão a ficar

sem a possibilidade de terem os rendimentos que satisfaçam as suas necessidades essenciais.

Há situações de fome, inclusivamente como todos sabemos.

Por isso, alimentar o desemprego seria a última coisa que o PSD-Açores pretenderia ou desejaria neste momento. Alimentar o desemprego é tudo aquilo que nós não queremos fazer. Esse é o objetivo essencial.

Para isso é essencial assegurar a saúde das empresas açorianas.

Ao aumentarmos desta forma, ou de outra, na estrutura de custos das empresas, a componente relativa a pessoal, será pressionar as empresas no sentido de que a situação que estão a viver se agrave ainda mais.

Isso não queremos fazer, porque neste momento o que nos interessa é garantir o emprego àqueles que ainda o têm e caminhar no sentido de recuperar os postos de trabalho que foram criados ao longo dos últimos anos.

Por isso não é o momento para satisfazermos esta situação que seria desejável, designadamente para as classes de rendimento mais baixos. Não é o momento.

Temos que aguardar pela recuperação da economia açoriana, pela recuperação da saúde financeira e económica das empresas e então, aí, sim, caminhar no sentido de melhorar as condições remuneratórias dos próprios trabalhadores, designadamente aqueles que têm rendimentos mais reduzidos.

Resolvido esse problema, será então tempo de proceder ao aumento do acréscimo da remuneração mínima mensal garantida ao nível da Região.

Isto foi aquilo que dissemos nas duas iniciativas do PCP em 2011, e já em 2013. Neste sentido, este Projeto de Resolução, por essa via, não mereceria o nosso voto favorável e votaríamos em coerência com aquilo que fizemos em 2011 e 2013, votaríamos contra este Projeto de Resolução.

Só que, tal como eu dizia inicialmente, há aqui uma segunda componente: o aumento do Complemento Regional de Pensão para os pensionistas que têm pensões abaixo da remuneração mínima mensal garantida em vigor na Região Autónoma dos Açores, um aumento de 15 euros mensais.

Isso vem na linha daquilo que o PSD-Açores propôs em sede de debate orçamental há cerca de 3 meses. Uma das propostas de alteração apresentadas

pelo PSD-Açores foi justamente aumentar o Complemento Regional de Pensão num valor que se situaria entre os 5 e os 6 euros (5,75 euros, tanto quanto me lembro).

Temos aqui um aumento de 15 euros. Eventualmente poderíamos discutir aqui a questão da amplitude do aumento para o Complemento Regional de Pensão. Era uma questão a discutir, o que é que era razoável, se era um valor relativamente mais baixo, ou se já era um valor na ordem dos 15 euros.

O princípio, para nós, é importante. Estamos a falar de pessoas que vivem numa situação muito debilitada, por isso carecem de ver valorizadas ou aumentadas as pensões que recebem.

De qualquer forma, vai no sentido daquilo que o PSD-Açores propôs, vai numa linha que entendemos ser a linha correta.

Nesta questão – aliás isso ficou assinalado no próprio relatório – nunca chegámos a perceber qual era a posição do Governo em relação a essa matéria. O Governo Regional, na pessoa do Sr. Vice-Presidente do Governo, quando foi ouvido em Comissão, centrou sempre a sua intervenção naquilo que o Governo tinha proposto em sede orçamental.

Falou efetivamente naquilo que a Sra. Deputada há bocado referiu ali da tribuna, sobre as questões de cabimento orçamental, qual é que seria a contrapartida.

O Sr. Vice-Presidente do Governo tinha efetivamente razão. Este aumento, que se viria a verificar, obrigaria a uma contrapartida em termos orçamentais.

Só que o Sr. Vice-Presidente do Governo nunca disse explicitamente (provavelmente vai dizê-lo hoje, julgo eu) qual era a forma como o Governo encarava este aumento, ou um aumento acima pelo menos daquilo que vinha definido em sede orçamental.

De qualquer forma, aquilo que temos aqui são estas duas matérias distintas que estão neste Projeto de Resolução, uma das quais (a primeira), e em função dos argumentos que coerentemente temos vindo a apresentar desde 2011, o PSD-Açores votaria contra, mantendo a sua coerência relativamente àquilo que fez nas duas iniciativas anteriores do PCP.

Atendendo a que a questão do Complemento Regional de Pensão é uma matéria que vem na linha daquilo que o PSD-Açores entende ser positivo, ficando só de pé a questão da amplitude do aumento, leva-nos a não votar contra a iniciativa do Bloco de Esquerda, mas também não podemos votar favoravelmente, uma vez que estão juntas as duas matérias. As duas matérias não estão separadas. Por isso, podem contar, por parte do PSD-Açores, com uma abstenção nesta iniciativa do Bloco de Esquerda.

Obrigado.

Presidente: Continuam abertas as inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP irá associar-se a esta iniciativa do Bloco de Esquerda.

Aliás, como já foi referido, esta matéria já aqui foi trazida, ainda que em forma e em conteúdo algo diferentes, por várias vezes pela Representação Parlamentar do PCP e, quiçá, virá a ser de novo apresentada, logo que haja oportunidade para o efeito e se entretanto este problema do acréscimo ao salário mínimo regional não se alterar.

Na opinião da Representação Parlamentar do PCP é fundamental, ao contrário do que tem sido a argumentação do PSD nesta matéria, que a distribuição de rendimentos seja mais equitativa e que as famílias tenham rendimento disponível (e só podem ter se de facto tiverem remunerações justas) para assim poderem ajudar à dinamização da própria economia regional.

Julgamos que se as famílias (os trabalhadores) tiverem mais rendimento, certamente que a crise económica, que tem as origens que todos conhecemos e não vale a pena estar agora aqui a referir, pode ser esbatida.

Se aumentarmos o salário mínimo regional, designadamente o acréscimo regional ao salário mínimo nacional, pode-se parar com este sofrimento que se está a ter, com a insolvência de algumas empresas e com o aumento do

desemprego, bem como aumentando o chamado cheque pequenino, ou seja o Complemento Regional de Pensão,

É fundamental que as famílias disponham de mais rendimento, seja por esta via direta, seja por outras vias indiretas, como já aqui propusemos.

É bom lembrar também que se o acordo feito com concertação social, por altura do Governo de José Sócrates, não tivesse sido rasgado, hoje, eventualmente, estaríamos a fazer outro tipo de proposta que não esta.

A verdade é esta: o acordo que foi conseguido em sede de concertação social, com o apoio das estruturas sindicais e com o aval do Governo, foi posteriormente rasgado pelo Governo de José Sócrates, daí o facto de hoje continuarmos ainda com o salário mínimo nacional de miséria, sobre o qual o acréscimo ao salário mínimo regional pretende repor alguma justiça.

Aliás, as propostas que o PCP aqui tem vindo a apresentar repunham, se tivessem sido aprovadas, exatamente o valor que era obtido se o acordo conseguido em concertação social, na República, não tivesse sido rasgado pelo Eng^o José Sócrates.

Para finalizar, esta iniciativa do Bloco de Esquerda vai merecer o apoio da Representação Parlamentar do PCP.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(*) Deputado José Ávila (PS): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em 2000, a Região Autónoma dos Açores, consagrou um regime jurídico onde se prevê a atribuição de um acréscimo de 5% ao salário mínimo nacional, a conceder aos trabalhadores por conta de outrem.

Este é um mecanismo, tal como o Complemento Regional de Pensão e a Remuneração Complementar Regional, que se insere numa política de reduzir a diferença entre o custo de vida nos Açores e o custo de vida no Continente português.

O Bloco de Esquerda trouxe até a esta casa este Projeto de Resolução que se destina ao aumento do acréscimo regional ao salário mínimo e ao Complemento Regional no valor fixo de 10 e 15 euros, respetivamente.

O Partido Socialista (esta bancada) entende que há uma degradação do rendimento por via da excessiva austeridade imposta pelo Governo Central do PSD e do CDS-PP. Foi por isso que, em sede de Orçamento para 2013, aumentou o Complemento Regional de Pensão em 3%, valor este que está acima da inflação, aliás como tem vindo a fazer.

Entendemos também que esta proposta, se vingasse, iria aumentar a estrutura de custos das empresas açorianas, prejudicando-as quando tivessem que competir com as suas congéneres continentais.

Este impacto negativo iria prejudicar, e em muito, as empresas, nomeadamente as exportadoras, colocando-as em desvantagem neste período difícil.

Por outro lado, e no que respeita ao aumento do Complemento Regional de Pensão, esta proposta também não respeita o princípio do equilíbrio orçamental. No entanto, o Partido Socialista entende que, dadas as circunstâncias atuais, mantém-se a premência de aumentar o salário mínimo, mas o nacional, mantendo-se a prerrogativa do diferencial nos Açores.

(Risos da Deputada Zuraida Soares)

Assim, as empresas locais manterão a sua competitividade no mercado nacional,...

Deputada Zuraida Soares (PS): É surreal!

O Orador: ... pois o seu esforço será acompanhado pelo esforço das suas concorrentes fora do nosso território.

É por isso, Sra. Deputada, que o Grupo Parlamentar do PS vai trazer a este plenário uma anteproposta de lei – não sei se já deu entrada – ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Já, já!

Deputado Aníbal Pires (PCP): É de uma hipocrisia!

O Orador: ... que visa precisamente aumentar o salário mínimo nacional e espero, sinceramente, que tenha o apoio do PCP e do Bloco de Esquerda.

Deputada Zuraida Soares (BE): Com certeza!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Vai ter, vai, mas isso é hipócrita!

O Orador: Achamos, assim, que esta, de facto, é a via mais correta para compensar os que menos ganham sem pôr em causa o nosso tecido empresarial que, como já foi dito atrás por outros colegas deputados, passa também por um momento difícil.

Assim, vamos dar a conhecer que não podemos apoiar esta proposta do Bloco de Esquerda.

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isto é hipocrisia!

Deputado Berto Messias (PS): O senhor está errado!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não estou. É hipocrisia! A mim não me manda calar porque os apartes são regimentais.

Presidente: Continuam abertas as inscrições.

(Pausa)

Não tenho mais inscrições para o debate. Assim sendo, vou pôr à votação do Projeto de Resolução, apresentado pelo Bloco de Esquerda.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Isto agora parece que o escrutínio da bancada do Partido Socialista sobre as trocas de opinião que há entre uma bancada e outra, também é escrutinado aqui dentro.

Qualquer dia, Sr. Deputado Berto Messias, eu vou passar a pedir um pedido de autorização para saber se posso comunicar aqui para este lado, para aquele lado ou para o outro.

Vs. Exas. andam muito incomodados com essa questão. Além do mais, são os erros que fazem depois com essa questão.

Sra. Deputada, para esta proposta do Bloco de Esquerda vou usar exatamente os argumentos do seu camarada Francisco Louçã. Efetivamente é um aumento que os senhores propõem, mas não dá para a carcaça. São uns centimozinhos por dia. É bom.

Deputada Zuraída Soares (BE): Mas se 15 euros não dá para a carcaça, que dizer de um 1 euro e 90!

O Orador: Mas, Sra. Deputada, são exatamente os meus argumentos, pese embora eu ache que é uma boa proposta para os Açores, porque temos autonomia para fazer diferente do Continente, sobretudo (e vamos discutir mais à frente no outro diploma) quando se tem a petulância de propor aos outros aquilo que aqui não queremos fazer.

É isso que é incompreensível. Mas depois vêm-se afirmar como autonomistas, que têm naturalmente propostas diferentes e melhores para o povo dos Açores e que, felizmente, aqui, há a tal estabilidade.

Mas está-se acima. O PS escreve que o limiar da pobreza é 434 euros.

Mas os senhores são a segunda região do país com a maior taxa de pobreza. Segunda Região do país!

Era efetivamente de considerar – de o Governo Regional considerar! – se isto não trazia um estímulo à economia e ao consumo e, por aí, deixar mais dinheiro no bolso das famílias. É isso que propõem lá fora.

Então quantos cêntimos – é a pergunta que faço ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista – estamos nos Açores acima do limiar da pobreza? Quantos cêntimos?

Ou se quiserem até ter uma maior latitude: quantos euros os açorianos estão acima do limiar da pobreza dos continentais? É isso que os senhores têm que explicar, porque a taxa de desemprego é maior nos Açores que no Continente,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não é verdade!

O Orador: ... a dependência é maior nos Açores do que no Continente...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Não é verdade! Isso é mentira!

O Orador: É maior nos Açores do que no Continente.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): É mentira! Isso é mentira!

O Orador: O Sr. Vice-Presidente...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Como é que a taxa de desemprego nos Açores é maior do que no Continente? Diga lá!

O Orador: Posso falar?

O Sr. Vice-Presidente já se ufanou aqui dentro quando alguém usou aqui o termo mentira.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): É mentira!

O Orador: O senhor usou-o, repetidamente. Portanto, fica bem, na sua figura de Vice-Presidente, estar a dizer é mentira.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): E é!

O Orador: Está a chamar-me mentiroso?

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Estou a dizer que é mentira que a taxa de desemprego nos Açores seja mais alta do que no Continente!

O Orador: Eu vou referir outra vez: a taxa de desemprego nos Açores, aqui publicada, é umas décimas inferior...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e do Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Ah!...

O Orador: Espere, Sr. Vice-Presidente.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Então era mentira o que o senhor estava a dizer!

O Orador: Não, não! Mentira é o que os senhores fazem. Ludibriar é o que senhor faz com as suas jigajogas.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Foi apanhado!

O Orador: Não fui nada. A taxa de desemprego nos Açores, real, é muito superior à do Continente.

Deputada Zuraída Soares (BE): Real!

Deputado Francisco César (PS): Aquela que achamos que deve ser!

Deputado Rogério Veiros (PS): Onde é que isso está escrito?

O Orador: A taxa real é muito superior à do Continente, porque a sua jigajoga, o ludibriar que o senhor faz com as empresas e com os subsidiozinhos, nós sabemos todos os dias, Sr. Vice-Presidente.

Tem alguma coisa para me dizer, Sr. Deputado Francisco César? Quer dizer-me alguma coisa?

Deputado Francisco César (PS): Vou dizer, mas quando eu quiser, não quando o senhor quiser!

O Orador: Pois, ligue o microfone e diga, se faz favor. Quando tiver que dizer, diga-me a mim.

Deputado Francisco César (PS): Digo!

O Orador: Sr. Vice-Presidente, a taxa real de desemprego nos Açores é superior à do Continente, muito superior, não fosse o malabarismo que os senhores usam com a chamada via açoriana para o encobrimento, não é para o desenvolvimento. É via açoriana para o encobrimento da realidade. Essa é que é a verdade.

Por isso, a taxa é muito superior e sente-se no dia a dia das famílias.

Por isso, os senhores têm que ser coerentes. Se pedem o aumento no Continente, têm que aprovar este aumento (pequeno, é certo!) aqui na Região Autónoma dos Açores.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Projeto do Bloco de Esquerda propõe um acréscimo regional ao salário mínimo nacional, para os trabalhadores por conta de outrem, em 10 euros, e para o Complemento Regional de Pensão, para os beneficiários cujas pensões sejam inferiores ao salário mínimo atualmente praticado na Região Autónoma dos Açores, em 15 euros.

Dadas as circunstâncias sociais que V. Exa. descreve muito bem na sua iniciativa, eu considero que a população dos Açores está a passar por enormes dificuldades sociais. Muitas famílias têm rendimentos que lhes colocam enormes dificuldades do ponto de vista da sua sobrevivência.

O PPM, em relação a esta matéria, em votações anteriores, absteve-se quando outras forças políticas apresentaram esta proposta e quando ela foi discutida junto da opinião pública. Tínhamos grandes dúvidas.

A nossa dúvida é se com a implementação desta proposta a “cura não mata o doente”. Ou seja, as nossas empresas continuarão a ser competitivas? Esta proposta não criará dificuldades adicionais às empresas açorianas? Será que não pode causar um efeito contraproducente, ou seja, aumentar o desemprego, aumentar as dificuldades das empresas, e nesse sentido prejudicar ainda mais...

Deputado Aníbal Pires (PCP): E o povo? E os trabalhadores?

O Orador: ... as condições sociais em que vivem os açorianos? Tenho essa dúvida, Sra. Deputada.

A economia não é uma ciência exata.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Aí está uma coisa que o senhor disse com acerto!

O Orador: Ao longo destas décadas temos tido discussões teóricas sobre o modelo e que medidas é que podem provocar o aumento do rendimento das pessoas e da justiça social. Creia, Sra. Deputada, que eu quero atingir os mesmos objetivos que a Sra. Deputada.

Eu quero mais justiça social, quero dignidade e quero que as pessoas tenham uma vida melhor e que tenham obviamente rendimentos mais elevados.

Tenho os mesmos objetivos que V. Exa., mas continuo a ter enormes dúvidas em relação às consequências práticas de se aprovar uma iniciativa deste género.

Tenho enormes dúvidas sobre se ela não seria contraproducente. É isso que assalta a minha consciência quando tenho que tomar uma posição sobre esta matéria.

Nesta matéria, Sra. Deputada, a minha vontade é votar a favor, a favor do aumento da dignidade das pessoas, das suas condições de vida, mas ao mesmo

tempo também não quero prejudicar e não sei até que ponto é que esta questão não afetará economicamente as empresas dos Açores.

No âmbito da Comissão de Economia tive oportunidade de colocar ao Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, por três vezes – estive agora a reler o relatório – para me quantificar de forma exata o impacto...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Pergunte ao Bloco! O Bloco é que fez a proposta!

O Orador: Perguntei ao Sr. Vice-Presidente, porque me assaltam estas dúvidas. Evidentemente o Governo Regional tem mais dados, tem mais meios para aferir o impacto concreto desta medida. Perguntei-lhe por três vezes.

Diga-me, Sr. Vice-Presidente, qual o impacto concreto desta medida?

Informe-me sobre o impacto concreto desta medida.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): A Sra. Deputado do Bloco de Esquerda é que fez a proposta!

O Orador: Por três vezes o Vice-Presidente do Governo Regional lavou as mãos, como Pôncio Pilatos, e não respondeu.

Em relação ao modelo que temos tido, Sra. Deputada, verificamos que não funciona.

Deputada Zuraída Soares (BE): O que é que não funciona?

O Orador: Temos tido um aumento do desemprego. Temos visto que o modelo de intervenção em relação a esta crise não funciona.

Diz-me o Partido Socialista: mas há uma ligeira desaceleração!

É evidente que existe, mas tem a ver exatamente com o período que estamos a viver.

Deus queira que não seja assim, mas estou convencido que neste momento, com as medidas que estão a ser implementadas é, pura e simplesmente, um efeito sazonal que tem a ver com a época do ano que estamos a passar.

Deus queira que não seja assim e que esta evolução vá no sentido positivo (que eu me engane), que passado o verão a economia da região continue a ter essa evolução.

Em relação a esta questão, vou definir o sentido de voto de PPM. Assaltam-me estas dúvidas.

Peço ao Governo Regional, na pessoa do Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, para aqui cumprir o seu dever, que é quantificar, com os dados que tem à sua disposição,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Eu? A proposta é do Bloco de Esquerda! Era só o que faltava!

O Orador: Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, vamos a ver se nos entendemos em relação...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): A proposta é do Bloco!

O Orador: ... à democracia e à forma como funciona o sistema democrático.

O meu entendimento, Sr. Vice-Presidente, é que os senhores estão aqui sentados para prestar esclarecimentos a esta câmara.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Esclarecimentos sobre as nossas propostas, não das dos outros!

Deputado Francisco Coelho (PS): Peça pareceres técnicos à oposição!

O Orador: Sr. Deputado Francisco Coelho, bem-vindo ao debate!

Esta é a minha posição. O Sr. Deputado terá a sua.

Eu considero que tendo uma dúvida, que não tendo estes dados, que me assiste o direito, num plenário democrático, de colocar uma questão concreta ao Sr. Vice-Presidente do Governo Regional. Ou será que não tenho esse direito?

Deputado Francisco Coelho (PS): Isso não é uma questão concreta! É semi-técnica!

O Orador: Será que o Governo Regional não tem, neste Parlamento, o dever de prestar as informações que tiver na sua posse, sobre algumas questões em que os deputados, legitimamente, lhe colocam questões?

O Sr. Vice-Presidente responderá se quiser. Eu, do ponto de vista da minha consciência, em relação à tomada de decisão que tenho que tomar, estou a fazer uma pergunta. O Sr. Vice-Presidente responde se quiser.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

Deputada Zuraida Soares (BE): E o Sr. Vice-Presidente não quer!

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): A proposta é sua!

O Orador: A questão do aumento do salário mínimo...

Deputada Zuraída Soares (BE): E o senhor não quer esclarecer!

O Orador: Eu peço desculpa se a minha intervenção estiver a perturbar o diálogo que está a decorrer na sala.

Deputada Zuraída Soares (BE): Por acaso está um bocadinho!

O Orador: Então posso aguardar, se quiser.

Deputado Aníbal Pires (PCP): É melhor! Sente-se e espere o diálogo terminar!

O Orador: Quando abordamos a questão do salário mínimo, abordamos provavelmente as questões mais delicadas que podemos abordar em economia, por uma razão muito simples, porque sabemos que economia do país é frágil, muitas empresas pagam o salário mínimo aos seus trabalhadores...

Deputada Zuraída Soares (BE): Esta proposta do PS é delicada! A do Bloco não!

O Orador: Sra. Deputada, deixe-me terminar!

Deputada Zuraída Soares (BE): Estou a seguir o seu raciocínio!

O Orador: Eu já lhe respondo.

Há muitas empresas que pagam o salário mínimo aos seus trabalhadores.

Sabemos que nos Açores, em particular, há empresas que pagam o salário mínimo aos trabalhadores e, para além disso, têm grandes dificuldades por estarem numa Região ultraperiférica.

Há, portanto, que ter cuidado e delicadeza na forma como abordamos o tema.

Qualquer proposta sobre este assunto deve ser ponderada na forma como isto pode afetar a competitividade das empresas, na forma como isto pode afetar o emprego nas empresas.

Aquilo que tem sido revelado, pelos últimos dados (ainda ontem saíram dados do Instituto Nacional de Estatística), foi que o consumo interno no País baixou

substancialmente e que as políticas de austeridade que têm vindo a ser seguidas fizeram com que o consumo interno não pare de baixar.

Deputada Zuraida Soares (BE): O senhor não tira consequências desse argumento?

O Orador: O que se passa é que temos que discutir se vale a pena ou não aumentarmos o rendimento mínimo, e refiro-me ao salário do país como um todo.

Mas para este debate temos que ter a hombridade e a seriedade de dizer, de lembrar aos açorianos, por uma questão de honestidade intelectual, que o salário mínimo nos Açores é superior ao salário mínimo nacional.

Deputada Zuraida Soares (BE): Porque eles merecem. Estamos numa região ultraperiférica! O Sr. Deputado José Ávila falou que não é atualizado desde 2000, infelizmente!

O Orador: Aquilo que a Sra. Deputada vem fazer com esta proposta, nomeadamente na questão do salário mínimo nacional (na outra das pensões já lá vamos) é aquilo que de pior tem revelado as nossas oposições. É a capacidade e a necessidade de vir a esta câmara jogar com a fragilidade das pessoas e não falar de outras propostas que estão aqui em discussão.

Deputada Zuraida Soares (BE): Disfarce melhor! Tenha vergonha!

O Orador: Sra. Deputada, da sua preparação a senhora não me pode falar, porque a senhora muitas vezes nem isso demonstra nas comissões.

Esta proposta envergonha esta casa,...

Deputada Zuraida Soares (BE): A proposta do PS é gozar com quem? Tenha vergonha!

O Orador: ... porque a proposta pode criar uma descompetividade desta região em relação ao Continente.

Deputada Zuraida Soares (BE): Já vou ler!

O Orador: Sabemos das dificuldades que muitas empresas passam para conseguirem aguentar os seus postos de trabalhos, para conseguirem competir com outras empresas no Continente. E a senhora, com o maior desplante, vem dizer: “aumente-se aqui, vamos pôr as empresas regionais a pagar mais do que

no Continente, com maiores dificuldades para conseguir competir com empresas que pagam menos”.

Deputada Zuraída Soares (BE): Eu aconselho-o a medir forças!

O Orador: Esta incoerência, a senhora não consegue explicar. É preciso ter uma posição coerente sobre esta matéria e é isso que o Partido Socialista tem tido.

(Risos da Deputada Zuraída Soares)

Achamos que o rendimento das famílias deve subir, e deve subir através do aumento generalizado do salário mínimo. Aumentar o salário mínimo no país não cria nenhuma situação de descompetitividade entre as empresas nos Açores e as empresas no Continente.

Deputada Zuraída Soares (BE): Meu Deus!...

O Orador: Sra. Deputada, o Governo dos Açores tem vindo, sucessivamente, a aumentar o Complemento de Pensão.

Deputada Zuraída Soares (BE): Quanto?

O Orador: Sempre acima da inflação, sucessivamente, ano após ano.

Deputada Zuraída Soares (BE): Tenha vergonha!

O Orador: A senhora, na pior tradição da oposição açoriana, aquilo que faz é pedir sempre mais um bocadinho do que aquilo que o Governo apresenta nesta casa.

Deputada Zuraída Soares (BE): Tenha vergonha! Respeite a pobreza nesta Região!

O Orador: Isto é uma vergonha para esta casa.

A senhora faz aquilo que é fácil, que é apresentar nesta câmara sempre mais um bocadinho do que aquilo que o Governo dos Açores apresentou.

Nesta matéria, não é um bom exemplo para esta casa, não é um bom exemplo para a Democracia açoriana.

Sras. e Srs. Deputados, relativamente à restante oposição, nomeadamente ao Governo liderado pelo CDS e pelo PSD, bem sabemos que no Governo da República os Srs. Deputados têm posições diferentes.

Sabemos que no Governo da República, o Partido Social Democrata é contra o aumento do salário mínimo nacional.

Sabemos que a posição do CDS-PP, sobre o aumento do salário mínimo, é irrevogável. São a favor!

Agora, aquilo que os senhores deviam ter a hombridade de dizer é que as políticas que têm vindo a seguir lá fora não têm tido nenhum resultado.

São os próprios senhores, são os vossos ex-governantes...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... que vêm em carta escrita admitir o falhanço de todas as políticas...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... que têm motivado a queda no consumo interno e que motivam que o Partido Socialista nesta câmara, e lá fora, defenda o aumento do salário mínimo nacional para poder contrariar a péssima política que estão a ter e que está a ter enormes efeitos sobre as empresas e sobre o emprego.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, nesta matéria temos que ter coerência.

O Partido Socialista tem coerência nos Açores. Na medida das suas possibilidades ajuda as famílias, ajuda os empregos.

O Partido Socialista lá fora, naquilo que é o seu papel da oposição, faz propostas para aumentar o rendimento...

Deputada Zuraida Soares (BE): Ah!... Papel da oposição!

O Orador: ... das famílias.

Nós, nesta Assembleia, fazemos propostas para aumentar os rendimentos das famílias a nível nacional.

Nós fazemos o nosso papel!

Façam os senhores o vosso papel também.

Obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não vou adjetivar nem classificar esta intervenção do Deputado Francisco César.

De qualquer forma, gostaria de trazer a esta câmara uma pergunta e gostaria de perceber que posição é que efetivamente tem o Partido Socialista relativamente ao aumento do salário mínimo nacional. Não é do acréscimo ao salário mínimo regional, é do aumento do salário mínimo nacional.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não tem!

O Orador: Agradecia que me dessem alguma atenção.

Sr. Deputado Francisco César,...

Deputado Francisco César (PS): Eu estou a ouvir! Tenho orelhas!

O Orador: ... como é que justifica que o Partido Socialista tenha, em janeiro deste ano, na República, reprovado uma proposta de aumento do salário mínimo nacional, feita pelo PCP?

Deputado Francisco César (PS): É porque tem a sua!

O Orador: Como é que justifica isso?

Deputado Francisco César (PS): É porque tem a sua!

O Orador: Não há justificação!

Outra pergunta dirigida a V. Exa.:

Esta coisa da economia eu, pessoalmente, tenho muita dificuldade em entender.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Tem-se notado!

O Orador: Concordo com o Deputado Paulo Estêvão. Esta ciência da economia é uma coisa que está no limbo do conhecimento, não se sabe muito

bem de onde é que deriva, porque qualquer previsão que seja feita, qualquer modelo que seja desenhado, falha redondamente.

Explique-me lá, Sr. Deputado, em que é que altera a estrutura de custos das empresas da Região se houver aqui acréscimo ao salário mínimo regional? Qual é que será a diferença havendo aumento ao salário mínimo nacional?

Deputada Zuraida Soares (BE): Isso é uma vergonha!

O Orador: Mas relativamente à estrutura de custo, que é exatamente o argumento que V. Exa. está a utilizar, explique-me lá qual é que é a diferença.

Deputado Francisco César (PS): Não percebi!

O Orador: Ah! Não percebeu!

Eu sei que V. Exa. não percebe quando não lhe convém, até porque reconheço qualidades a V. Exa., designadamente é uma pessoa inteligente. Portanto, só não compreende porque não quer, porque a pergunta é muito clara.

Qual é a diferença para as estruturas de custo das empresas regionais havendo acréscimo ao salário mínimo nacional na Região ou havendo aumento do salário mínimo nacional, uma vez que esse aumento do salário mínimo nacional repercute-se aqui exatamente?

Deputado Francisco César (PS): Há mais competitividade das empresas!

O Orador: Não, não, não!

Qual é que é a diferença entre as estruturas de custo das empresas açorianas?

Responda a estas duas questões.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Aí é que o senhor tem que explicar!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Esperávamos todos, pela análise da economia açoriana e pelos argumentos aqui aduzidos pelo Sr. Deputado Francisco César, que estaríamos muito melhor do que estaríamos no Continente. Nomeadamente:

Quanto cresceu a taxa de desemprego nos Açores?

Cresceu mais ou menos do que no Continente?

Se as finanças públicas e a economia estavam tão saudáveis, qual foi o crescimento nos últimos anos (vá lá, dos últimos 4 anos)?

Se quiserem, na última década, quanto aumentou o desemprego nos Açores e quanto aumentou o desemprego no Continente, para abranger os dois governos? É a isso que os senhores têm que responder.

Qual foi a quebra do consumo na Região Autónoma dos Açores, Sr. Deputado Francisco César? É também culpa da República, com certeza, que fechou hotéis, fechou restaurantes, fechou estabelecimentos comerciais, etc., etc.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Aumentou o IVA dos restaurantes!

O Orador: O PS, aqui, é contra o aumento do salário, mas na República é a favor do aumento do salário mínimo e faz propostas. Todos os dias o Seguro brada para aumentar o salário mínimo. Aqui é contra.

É isso que os senhores têm que perceber e explicar aos açorianos, por que é que aqui onera as empresas e por que é que no Continente não onera as empresas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Para que fique bem claro nesta câmara,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ou escuro!

O Orador: ... o Partido Socialista é a favor do aumento do salário mínimo a nível nacional.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Chumbaram em janeiro deste ano as propostas de aumento o salário mínimo nacional!

O Orador: Vou repetir para que fique bem claro:...

Deputada Zuraida Soares (BE): Não é fácil! Nem com linguagem gestual!

O Orador: O Partido Socialista é a favor do aumento do salário mínimo a nível nacional.

A nível nacional (entenda-se), em todo o país, nomeadamente na Região Autónoma dos Açores. Isto deve ficar claro como premissa básica na nossa discussão.

Deputado Aníbal Pires (PCP): E o Memorando?

O Orador: Em segundo lugar, por que é que o Partido Socialista considera que não faz sentido aumentar o acréscimo do salário mínimo regional nos Açores, sem que haja um aumento na República?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso era a vossa bandeira de campanha! O cheque pequenino!

O Orador: Por uma razão muito simples: aumentar o salário mínimo nos Açores, sem aumentar o salário mínimo no Continente, faz com que as empresas açorianas tenham dificuldades em competir com as empresas do Continente. Este é um facto que deve ficar aqui esclarecido nesta câmara.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quais são as empresas?

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Artur Lima:

O Sr. Deputado vem-me falar, a mim, dos efeitos das políticas de austeridade nacionais nos Açores?

Sr. Deputado, um dos principais contestatários das políticas de austeridade são alguns membros do seu Governo. Os senhores são uns dos principais contestatários de algumas dessas políticas, porque afetam o país, porque cria descompetitividade. Vem o senhor agora defender aquilo que nem alguns membros do seu partido defendem?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não defendi!

O Orador: Sr. Deputado, por favor.

Não afetam o turismo? Não afetam a restauração, as políticas nacionais?

Sr. Deputado, já olhou para as estatísticas?

Já olhou para as estatísticas do turismo?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já, já!

O Orador: Já? Já olhou?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Hotel Horta já está fechado!

O Orador: Então que turistas é que não vêm para cá?

Os do Continente!

A restauração?! Quem é que aumentou o IVA da restauração?!

Não foi o seu partido?! Não foi o partido do qual o senhor faz parte?

As políticas de austeridade não retiraram rendimento aos portugueses e aos açorianos em particular?

O senhor acha que a gente vive aqui isolados do resto do país, num forte?!

Sr. Deputado, aquilo que fizemos foi aguentar essa política de austeridade, impedir que ela afetasse mais as famílias.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Como?

O Orador: O senhor vem com a maior desfaçatez?!

Sr. Deputado, temos dificuldades, é certo. Temos tido muitas políticas para combater aquilo que tem chegado de fora, mas Sr. Deputado, as medidas de austeridade que vêm de fora são suficientes para conseguir estragar as boas políticas do Governo dos Açores.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Exatamente!

O Orador: O Sr. Deputado sabe disso muito bem.

Nós temos a segunda taxa mais baixa de desemprego do país!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Pobreza!

O Orador: Isso para si não quer dizer nada?

Eu conheço o Sr. Deputado. O Sr. Deputado vai de estatística em estatística: “deixa cá ver uma em que os Açores sejam piores!”. Quando a estatística não é boa é que o Sr. Deputado vem dizer a esta câmara: “Pois bem! Os senhores andam a enganar os açorianos!”.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E andam!

O Orador: Fiquei a saber que o Instituto Nacional de Estatística é um instrumento ao serviço do Governo dos Açores para enganar os açorianos.

Pois é o Instituto Nacional de Estatística quem mede a taxa de desemprego.

Fico a saber que um órgão tutelado pelo Governo de V. Exa. está ao serviço do Governo dos Açores.

Sras. e Srs. Deputados, para que fique muito claro:

O Governo dos Açores (esta bancada!) tudo fará para que se aumente o salário mínimo a nível nacional e obviamente este aumento se repercutirá nos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é desonestidade política!

O Orador: Aquilo que sabemos é que a proposta do Bloco de Esquerda cria descompetitividade das empresas açorianas com as empresas do Continente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mesquinhez política!

O Orador: Não somos só nós que o dizemos.

Deputada Zuraída Soares (BE): Ah, pois é!

O Orador: Pergunte à Câmara de Comércio dos Açores.

Deputada Zuraída Soares (BE): Bruxo!

O Orador: Pergunte a todas as organizações patronais.

O que a senhora está a fazer é a tentar obter dividendos políticos à custa de uma matéria em que podíamos ter algum acordo.

Deputado José San-Bento (PS): Populismo básico!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Populismo, e do mais barato, é o que o senhor anda a fazer!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Obviamente que o Sr. Deputado Francisco César não respondeu às perguntas que lhe coloquei, nomeadamente o crescimento da taxa...

Deputado Francisco César (PS): Estou aqui para responder!

O Orador: Diga, Sr. Deputado! Diga!

Deputado Francisco César (PS): Estou aqui para responder!

O Orador: O senhor tem que responder às perguntas, nomeadamente o crescimento da taxa de desemprego nos Açores.

Os senhores diziam que a crise chegava mais tarde e que ia embora mais cedo.

Deputado Costa Pereira (PSD): Não chegava!

O Orador: Onde é que está a máxima, Sr. Deputado? Aliás, não chegava aos Açores e se chegasse, chegava mais tarde e ia mais cedo.

Deputado Costa Pereira (PSD): Essa, o Gaspar teve coragem de dizer!

O Orador: Ela chegou e está para durar, Sr. Deputado Francisco César.

Eu pergunto-lhe: onde está a via açoriana para o desenvolvimento? Onde estão os mil postos de trabalho que os senhores iam criar, na madeira?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): E vamos criar!

O Orador: Quantos criaram até hoje?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Vamos criar!

O Orador: Onde estão?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Vai chegar lá!

O Orador: Quanto cresceu a taxa de desemprego entre 2002 e 2012, Sr. Deputado, com governos do Partido Socialista? Quanto cresceu a taxa de desemprego? É isso que tem que ser dito aqui.

Qual é a via açoriana para o desenvolvimento? Isso, o senhor não diz!

Não diz também que os Açores são a segunda região do País com a maior taxa de pobreza, a segunda região do País com mais pobres. É essa a via açoriana para o desenvolvimento, das vossas políticas, porque apenas beneficiam empresários do regime e empresas do regime e não as pessoas,...

Deputado José San-Bento (PS): Não somos só nós que governamos!

O Orador: ... Sr. Deputado José San-Bento.

Os senhores expliquem. Isto é populismo,...

Deputado José San-Bento (PS): Isto está a correr mal e agora o senhor vem dizer isso!

O Orador: ... e do mais barato. Os senhores vêm aqui defender uma coisa e propor outra para a República. Isso é do mais barato que existe. Isso nem tem preço.

Os senhores aqui são contra o aumento do salário mínimo, mas lá fora, na República, aumente-se o salário mínimo.

Deputado José San-Bento (PS): Não é lá fora! É aqui!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e do Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Aqui!

O Orador: Lá, é o que os senhores propõem! Aumente-se!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e do Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Aqui!

Deputada Zuraida Soares (BE): Não! Lá! Aqui não!

O Orador: Primeiro lá, depois cá!

Deputada Zuraida Soares (BE): Primeiro lá e depois cá!

Deputado Berto Messias (PS): É um aumento automático como a senhora bem sabe!

O Orador: Isso é populismo do mais barato possível! É serem politicamente desonestos, o que os senhores estão a fazer.

As pessoas percebem bem a vossa desonestidade política. Quem está em casa avalia bem o que os senhores estão a fazer.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Quem ficou com menos deputados, não fomos nós!

O Orador: Sr. Vice-Presidente, já não é a primeira vez que o senhor diz isso. Mas olhe, vou dizer-lhe uma coisa:

Aceito a votação que o povo dos Açores nos dá.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): É a voz das pessoas!

O Orador: Mas eu não comprei votos, Sr. Vice-Presidente!

O CDS não comprou votos! Não comprou consciências, Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores!

Repito: Não comprou votos! Não comprou consciências!

Teve os votos genuínos que o povo lhe quis dar, Sr. Vice-Presidente.

Deputado José San-Bento (PS): E o senhor não se conforma com isso, por isso o seu problema!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Com comprar votos, não!

Deputado José San-Bento (PS): Frustração!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A frustração é sua!

Deputado José San-Bento (PS): Não é nossa, Sr. Deputado! É sua!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É sua. Anda sempre de andor...

Deputado José San-Bento (PS): Qual andor?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): ... senão não era ninguém! É o fado de andor. É um santo! Eu nunca comprei votos!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de começar por um piropo dirigido a esta bancada pelo Sr. Deputado Francisco César dizendo que esta proposta do Bloco de Esquerda era uma tentativa de retirar dividendos políticos do sofrimento das pessoas.

Sr. Deputado Francisco César, vou dizer-lhe o seguinte:

Ontem, passámos uma boa parte do dia a falar de arrogância, de prepotência, de desrespeito e, no caso concreto neste momento, de desrespeito pelo papel das oposições.

Remeto-lhe inteirinho estes três adjetivos: arrogante, prepotente, antidemocrático, porque desrespeitador do papel das oposições.

O senhor não tem moralidade nenhuma, nem legitimidade nenhuma, para afirmar nesta casa...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... que qualquer proposta, vinda de qualquer bancada, é uma forma de retirar dividendos políticos.

A sua bancada é aquela que tem menos legitimidade para o fazer!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! E o Governo!

A Oradora: Portanto, remeto-lhe inteirinho aquilo que o senhor chamou a esta bancada.

Depois, Sras. e Srs. Deputados, e especialmente para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, consulte o dicionário.

Coerência tem a seguinte explicação: “ligação, conexão de um conjunto de ideias ou de factos ...

(Diálogo entre os Deputados Artur Lima e José San-Bento)

A Oradora: ... formando um todo lógico”.

Vou repetir, mas gostava de não ter que gritar. É o meu destino, Sr. Presidente.

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares, pode continuar a sua intervenção.

A Oradora: Posso?

Vou repetir. Coerência tem a seguinte explicação: “ligação, conexão de um conjunto de ideias ou de factos formando um todo lógico”.

Agora, Sras. e Srs. Deputados, pensem bem nesta definição de coerência e pensem num partido que diz assim: aumentar o salário mínimo nacional, sim; aumentar o salário mínimo regional, não!

Deputado Francisco César (PS): Não existe salário mínimo regional!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não é salário mínimo regional!

Deputado Rogério Veiros (PS): Uma coisa é o salário mínimo regional, outra coisa é o salário mínimo nacional!

A Oradora: Sr. Vice-Presidente, não venha com esses preciosismos, com essas semióticas, porque os/as açorianos/as sabem muito bem do que é que eu estou a falar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É ludibriar!

A Oradora: É evidente que estamos a falar do acréscimo ao salário mínimo nacional.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Ah!... Estava a ver se passava!

A Oradora: Mas não é preciso explicar isto, Sr. Vice-Presidente, a quem ganha 510 euros por mês, que é quanto se ganha nesta Região.

Não é preciso explicar isto àqueles que ganham 300 e 400 euros por mês. Não é preciso explicar isto àqueles que têm meses de salário em atraso, meses de subsídios em atraso e direitos que não são cumpridos.

Portanto, não me venha com a semiótica. Respeite as pessoas que nesta Região ganham esta miséria e que têm que aguentar as suas vidas com ela.

Relativamente a coerência também estamos conversados.

Agora, antes de chegar propriamente às observações, que agradeço, de todas as bancadas parlamentares sobre o Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda, há uma coisa que não posso deixar de vos dizer, Sras. e Srs. Deputados, sobretudo da bancada do Partido Socialista.

Por uma infeliz coincidência, porque eu não quero acreditar que isto seja propositado, no momento em que estávamos a discutir e a debater um Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda que aconselha o Governo Regional a aumentar o acréscimo do salário mínimo nacional em 10 euros e as pensões abaixo do salário mínimo regional em 15, caiu na minha bancada uma proposta do Partido Socialista, que se chama anteproposta de lei, que diz assim: “aumento da retribuição mínima mensal garantida”.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é que é uma vergonha!

A Oradora: Isto que aqui caiu neste momento é o mais puro exercício de cinismo político, absolutamente inaceitável.

Deputado Berto Messias (PS): Mas por quê?

A Oradora: Ouça, Sr. Deputado! Ouça!

Deputado Berto Messias (PS): Diga lá por quê?

A Oradora: Vou dizer-lhe. É porque é objetivamente trocar da pobreza, da miséria, do sofrimento dos trabalhadores e dos pensionistas, não do Continente, Sr. Deputado, mas dos Açores, desta Região.

Deputado Berto Messias (PS): Pelo aumento do salário mínimo regional!

A Oradora: Para responder ao Sr. Deputado Francisco César: vergonha! Isto que aqui está não é só incoerência, é vergonha!

Deputado Berto Messias (PS): Mas por que é que é uma vergonha?

A Oradora: Eu teria vergonha de pertencer a um Grupo Parlamentar,...

Deputado Berto Messias (PS): É tanta vergonha que a senhora vai votar a favor!

A Oradora: ... que se diz socialista, e que defende o aumento do salário mínimo nacional, mas que se recusa a fazê-lo a nível regional.

Deputado Berto Messias (PS): Avaliaremos o sentido de voto do Bloco de Esquerda nessa proposta!

A Oradora: Vamos agora aos comentários que as Sras. e os Srs. Deputados fizeram o favor de fazer ao nosso Projeto de Resolução.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É jogo baixo! É desonestidade política!

Deputado Berto Messias (PS): Imensa!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Toda!

A Oradora: Não vale a pena trespassar e há que o assumir com toda a clareza e com a dialética que a Democracia impõe.

Há uma divergência insanável entre o Bloco de Esquerda e alguns partidos aqui representados, nomeadamente o Partido Socialista e o PSD. O CDS-Açores ainda não sei, porque ainda não se pronunciou sobre esta matéria, mas a nível nacional há uma divergência insanável.

Ela é ideológica, Sras. e Srs. Deputados.

Para aqueles que dizem que as ideologias morreram, têm aqui um bom exemplo de como as ideologias estão cada vez mais vivas. A divergência é insanável.

É insanável e não é de estranhar, nesta matéria ideológica, que o PS, o PSD e o CDS estejam unidos, exatamente porque foram os subscritores da troika e foram aqueles que trouxeram para aqui uma entidade que nos dá com uma mão e nos tira com duas. É isto que a troika faz a este país.

Vou explicar onde é que está esta divergência insanável.

A vida tem mostrado, todos os dias. Não é preciso o Ministro Vítor Gaspar, nem o Presidente do Banco de Portugal, nem o FMI, nem os economistas, nem os analistas. Basta olhar para vida todos os dias, que está à frente dos nossos olhos.

Todos chegamos a uma conclusão: a receita da austeridade tem matado este País. A receita da austeridade para quem trabalha, porque a austeridade só é imposta a quem trabalha. Isto é que ideológico! Não é imposta ao capital financeiro, não é imposta às rendas energéticas, às rendas das PPP... Aí não há austeridade.

Não! A austeridade é imposta a quem trabalha.

A austeridade tem morto este País. Tem reduzido este País à miséria, mais absoluta a cada dia que passa.

Deputado Berto Messias (PS): Isso é para ali! Para a direita!

A Oradora: Por quê? Continuamos a falar do aumento ao acréscimo do salário mínimo regional.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Acréscimo ao salário mínimo nacional. Não é salário mínimo regional!

A Oradora: Por que é que está a matar? Porque a falta de poder de compra das famílias...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Salário mínimo nacional!

A Oradora: Sr. Vice-Presidente, ouça, no mínimo, para perceber em que é que nós, ideologicamente, divergimos com toda a profundidade.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Diga lá! Não tente enganar!

A Oradora: A falta de poder de compra das famílias mata o mercado interno. É uma conclusão todos os dias.

Matando o mercado interno, leva as empresas à falência. É uma conclusão e uma evidência todos os dias.

Levando as empresas à falência, provoca desemprego e põe os empregados na rua. É uma evidência todos os dias.

É esta a receita da troika!

É nesta receita que o PS, o PSD e o CDS...

Deputado Francisco César (PS): Não, não!

A Oradora: ... insistem há dois anos.

Do ponto de vista do Bloco da Esquerda, e é este o posicionamento ideológico que defendemos, as empresas da nossa Região precisam de vender os seus produtos e os seus serviços, até para poderem ressarcir o Governo Regional, que é como quem diz, todos os contribuintes açorianos/as, dos múltiplos apoios que têm tido para poderem sobreviver.

Têm que vender. Mas para poderem vender, os/as açorianos/as têm que ter dinheiro no bolso para comprar e quem ganha 510 euros por mês, quem tem pensões de cento e poucos euros e de duzentos e poucos euros, como tem a maior parte dos nossos pensionistas, não tem dinheiro para comprar coisa nenhuma, Sras. e Srs. Deputados.

Mais. O custo de 10 euros mensais nos salários mínimos regionais é insignificante.

É muito curioso que as Sras. e os Srs. Deputados do Partido Socialista não falem nos custos, por exemplo, da energia, dos transportes, do IVA em determinado tipo de atividades,...

Deputado Francisco César (PS): Da energia?

A Oradora: ... nos combustíveis. É porque estes é que são os verdadeiros custos das empresas, Sras. e Srs. Deputados.

Não são os 10 euros por mês, não são os 10 euros mensais num ordenado de 510 euros que mata as nossas empresas.

Deputado Berto Messias (PS): Sra. Deputada, santa paciência. A senhora está a precisar de férias!

A Oradora: São outro tipo de custos de que os senhores, aqui, hoje, ainda não falaram. Estou eu agora a falar.

Nesta Região existem os salários mais baixos do nosso país. Salários cerca de 90 euros abaixo da média nacional.

Pergunto às Sras. e aos Srs. Deputados do Partido Socialista:

Não se preocupam com isso?

Estão preocupados com a competitividade das empresas açorianas, que já pagam os salários mais baixos,...

Deputado Berto Messias (PS): Estamos muito mais do que a senhora e o seu partido! Não há comparação possível!

A Oradora: ... que têm apoios como nenhuma empresa tem no Continente?

Os senhores só se preocupam com os empregadores. Esquecem-se de uma coisa: é que há trabalhadores nesta Região.

Deputado Berto Messias (PS): Nem a senhora acredita nisso!

A Oradora: Há trabalhadores nesta Região! Lembrem-se disso.

Deputado Berto Messias (PS): Estamos mais preocupados do que a senhora e o seu partido nessa questão!

A Oradora: Têm que o provar, Sr. Deputado.

Deputado Berto Messias (PS): Todos os dias!

A Oradora: Não está nada provado, bem pelo contrário.

Outra questão, e esta diretamente para o Sr. Vice-Presidente.

Equilíbrio orçamental, uma questão que o Sr. Vice-Presidente levantou em sede de Comissão, quando analisámos este diploma.

Não deixa de ser curioso que um governo que é acusado pelo Tribunal de Contas de não cumprir o equilíbrio orçamental, nas contas da Região no ano de 2011, obrigue os partidos da oposição a cumpri-lo.

Mais uma vez coerência!

Aqui está o quanto coerente o Governo Regional é!

Digo-lhe mais, Sr. Vice-Presidente: se o Governo Regional não for preguiçoso, como acusa o Bloco de Esquerda de ser, vai ao Orçamento, apresentado e discutido aqui, para o ano de 2013, e está lá o cabimento orçamental, porque esta proposta já vem do Orçamento. Entende?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Onde está o cabimento?

A Oradora: Cabimento para os 6 milhões de euros, para aumentar as pensões abaixo do salário mínimo regional em 15 euros.

Vou dizer-lhe mais: quando o Sr. Vice-Presidente e o Governo Regional forem capazes de acabar com a indecência das derrapagens nas obras públicas desta Região, com a entrega de subsídios sem cabimento orçamental para os amigos, consegue ter dinheiro para aumentar as pensões nesta Região, para os pobres, para os miseráveis dos nossos aposentados.

Não me venha perguntar qual é o equilíbrio orçamental e onde é que o Bloco de Esquerda...

Mais uma vez, agora, digo-lhe diretamente a si: ficava-lhe bem ter vergonha e dizer que o Governo Regional vai conseguir estes 6 milhões,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Mas onde é que está?

A Oradora: ... porque não mais nesta Região as derrapagens nas obras públicas vão atingir os níveis que têm atingido.

Não mais nesta Região, as diferentes secretarias vão dar subsídios da forma discricionária como têm dado. E nós vamos conseguir os 6 milhões de euros.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): A proposta dos 6 milhões de euros é da senhora!

A Oradora: Não o ouvi dizer uma palavra sobre isso.

A sua preocupação é só qual é o equilíbrio orçamental.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Quem tem que conseguir os 6 milhões de euros é a senhora!

A Oradora: Para acabar, Sr. Presidente, neste momento concreto os/as açorianos/as precisam de saber várias coisas.

Primeira coisa que têm que saber é que o Partido Socialista-Açores está muito preocupado com os trabalhadores e com os pensionistas do Continente, mas não está nada preocupado com os pensionistas e com os trabalhadores dos Açores.

O Partido Socialista está muito preocupado com as empresas, com o tecido empresarial, com o mercado e com a economia do Continente, mas não está nada preocupado com a dinamização da economia e do mercado interno regional.

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Deputada, ninguém acredita nisso!

A Oradora: Os/as açorianos/as precisam de saber de que lado é que o Partido Socialista-Açores está.

Deputado José San-Bento (PS): Olhe, está do lado contrário do Bloco de Esquerda!

A Oradora: O Partido Socialista-Açores está do lado contrário do Partido Socialista nacional. Mais uma incoerência. É que o nacional quer o aumento do salário mínimo nacional, mas o PS-Açores não quer o aumento do salário mínimo regional.

Coerência! Muito coerentes!

Deputado Berto Messias (PS): Demagogia! Incoerência! Mas cá estaremos para ver a votação do Bloco de Esquerda!

A Oradora: Finalmente, os/as açorianos/as precisam de saber que o Partido Socialista-Açores se recusa a exercer a Autonomia em favor de todos/as os/as açorianos/as, sobretudo dos mais desprotegidos, sobretudo daqueles que menos têm.

Em vez de utilizar a Autonomia em favor do povo açoriano, utiliza a Autonomia em favor da guerrilha com o PSD e com o CDS, transformando tudo em farinha do mesmo saco

Deputado José San-Bento (PS): Santa paciência!

A Oradora: É isto que os/as açorianos/as precisam de saber.

Muito obrigada.

Deputado Berto Messias (PS): O Bloco de Esquerda tem de trabalhar mais! Eu aguardarei a sua votação na anteposta de lei!

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Sr. Membro do Governo:

O Sr. Deputado Francisco César diz que não tem a obrigação de responder às perguntas que os Deputados, de diferentes bancadas, lhe colocam. É verdade. Não tem nenhuma obrigação. Mas há uma coisa que o povo açoriano (as/os açorianas/os que nos estão a ouvir) tem o direito de saber.

Para que fique registado no Diário das Sessões, a argumentação do Partido Socialista para não aprovar este Projeto de Resolução que estamos a apreciar, ancora-se sobretudo em duas questões: deve ser aumentado o salário mínimo a nível nacional e, aumentando o acréscimo regional ao salário mínimo nacional, isso aumentaria a estrutura de custos das empresas.

Essas duas questões foram colocadas pela Representação Parlamentar do PCP ao Deputado Francisco César, que não respondeu.

Deputado Francisco César (PS): Hein? Como não respondeu?

O Orador: Não respondeu.

Deputado Francisco César (PS): Não respondi?! Não era uma pergunta!

O Orador: V. Exa. não tem, de facto, nenhuma obrigação de responder. Mas a verdade é esta:...

Deputado Francisco César (PS): Fez-me uma pergunta?

O Orador: ... se defende o aumento do salário mínimo nacional, em sede da Assembleia da República, a pergunta que foi feita é por que é que então, em janeiro deste ano, na Assembleia da República, o Partido Socialista reprovou,...

Deputado Francisco César (PS): Tinha a sua própria proposta!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É mentira!

O Orador: ... chumbou uma proposta de aumento do salário mínimo nacional, proposta pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista, na Assembleia da República.

Deputada Zuraída Soares (BE): É um partido coerente!

O Orador: Esta questão não ficou respondida e é bom que fique registado no Diário das Sessões.

Segunda questão (faz parte da argumentação do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, trazida aqui pela voz do Deputado Francisco César), à qual também não respondeu, quando questionado pela Representação Parlamentar do PCP:

Qual é a diferença, para a estrutura de custos das empresas regionais, se houver um acréscimo regional ao salário mínimo nacional, ou se houver um aumento do salário mínimo nacional? Que diferença é que tem uma medida ou outra, em termos da estrutura de custos das empresas regionais?

Deputada Zuraída Soares (BE): Posso responder?... Nenhuma!

O Orador: Obrigado, Sra. Deputada.

Deputada Zuraída Soares (BE): Acertei!

O Orador: Portanto, há aqui um exercício de cinismo, de hipocrisia política, por parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Mais do que isso. Quando questionado, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista recusa-se a responder. Recusa-se a responder, com toda a legitimidade. Não são obrigados.

Deputada Zuraída Soares (BE): Toda a coerência!

O Orador: O Grupo Parlamentar do Partido Socialista não tem nenhuma obrigação de me responder.

O povo açoriano tem todo o direito a saber que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não respondeu a estas e a outras questões que lhe foram aqui colocadas.

Recusa-se, há mais de um ano, a aprovar iniciativas, de diferentes bancadas, que preveem o aumento do acréscimo do salário mínimo regional e que, aliás, têm sido secundados...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Salário mínimo nacional!

O Orador: O acréscimo regional ao salário mínimo nacional.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Ah!

Deputada Zuraida Soares (*BE*): Para as pessoas não faz diferença, Sr. Vice-Presidente!

O Orador: Não são apenas caprichos do PCP. Não é um capricho do PCP. Não!

Sabemos que o movimento sindical na Região tem vindo a exigir o aumento do acréscimo regional ao salário mínimo nacional.

Também não é por nenhum capricho do movimento sindical. Não é!

Este acréscimo, e aquilo que está na génese da sua criação, tem a ver com uma coisa, com os chamados custos da insularidade. Esses custos da insularidade mantêm-se. Se se mantêm e até eventualmente têm aumentado,...

Deputada Zuraida Soares (*BE*): Nãoooo!!!

O Orador: ... é evidente que se justifica este diferencial e um aumento deste diferencial.

Presidente: Peço que termine, porque o tempo está a esgotar.

O Orador: Já vou terminar.

Justifica-se, continua a justificar-se que haja este acréscimo, isto para além de que uma medida deste tipo seria um forte impulso para a dinamização da economia regional que tanto V. Exas. defendem.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela sua tolerância.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Devo dizer-lhe, Sra. Deputada Zuraida Soares, que...

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Vai votar a favor!

O Orador: ... para o partido que eu represento, o PPM, nunca, em nenhuma circunstância, consideraria que é um ato vergonhoso trazer a esta câmara um aumento do acréscimo regional do salário mínimo e do Complemento Regional de Pensão.

Relativamente a qualquer partido ou deputado desta Casa que tenha esta preocupação legítima, uma preocupação social legítima, em nenhuma circunstância, o PPM designaria de uma proposta vergonhosa.

Isto só mostra, Sra. Deputada, como o Grupo Parlamentar do Partido Socialista está profundamente equivocado, como se encontra numa deriva ideológica que lhe retira qualquer identidade.

Não há aqui um programa ideológico. Há aqui um partido do poder, puro e simples, que já ficou descascado de qualquer ideologia, por 17 anos de exercício do poder.

Digam-me, em qual parlamento do mundo, uma proposta de aumento do acréscimo regional do salário mínimo é chamada, por um Partido Socialista, de uma proposta vergonhosa.

Foi o Grupo Parlamentar do Partido Socialista que disse que esta proposta era uma vergonha.

Nunca, em parlamento nenhum, assisti...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... ao longo de todos estes anos, a uma força, que se diz de esquerda, dizer que esta preocupação ideológica é uma proposta que é uma vergonha. Isto mostra até que ponto o exercício do poder durante 17 anos, sem qualquer tipo de rotatividade, sem qualquer tipo de alternância democrática, descasca ideologicamente os partidos e os partidos ficam ideologicamente irreconhecíveis.

O que é que fica quando acaba a ideologia?

O que é que fica quando acabam os valores?

Deputada Zuraída Soares (BE): O pragmatismo!

O Orador: O que é que fica?!

Fica o exercício do poder, puro e simples, e a preocupação em o preservar. É isso que fica. Não fica mais nada, meus senhores.

É o que o Partido Socialista demonstra neste debate todos os dias: uma proposta destas é uma vergonha.

Considero que é uma preocupação. É algo que deve ser discutido, deve ser analisado, com factos.

Eu pedi aqui, no âmbito daquela que deve ser a nossa humildade democrática (porque o Governo Regional tem uma administração regional e tem um conjunto de meios que outros partidos, neste caso a Representação Parlamentar do PPM, não tem), solicitei-lhe dados sobre esta questão, num ato de uma humildade de quem não tem a convicção ou não tem a certeza de tudo saber.

Tenho dúvidas sobre esta questão.

Isto não é uma questão de ser competente ou deixar de ser competente.

Isto é uma questão de nós não termos todos os dados.

Eu gosto de decidir com todos os dados em cima da mesa.

O Sr. Vice-Presidente do Governo Regional não respondeu e não nos transmitiu esses elementos.

Mas quero terminar como comecei. Sra. Deputada, para mim, esta proposta, na sua preocupação, não é uma vergonha.

O que é vergonha é não ter esta preocupação, o que é uma vergonha é um parlamento que desiste de trazer estas propostas.

Presidente: Gostava de informar o Sr. Deputado Paulo Estêvão que esgotou o seu tempo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. Secretária Regional:

Começo com um ponto prévio.

O Partido Socialista não compra votos.

Deputado Bruno Belo (PSD): O senhor não diga isso muito alto!

Deputado Costa Pereira (PSD): Olha o livro de reclamações!

O Orador: Nunca comprou...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... nem comprará!

Deputado Aníbal Pires (PCP): O senhor ou o Partido Socialista?

O Orador: Da mesma maneira que acredito que todos os partidos que estão aqui presentes, até o partido de V. Exa., não compram votos.

Essa prática em Democracia não é aceitável.

Em segundo lugar, Sra. Deputada Zuraida Soares, eu tenho que começar a minha intervenção por lhe pedir desculpa.

Eu tenho que pedir desculpa, porque nesta câmara eu não tenho o direito de dizer à Sra. Deputada que a senhora não trabalha ou que devia ir trabalhar.

Esse comportamento da minha parte não é um comportamento digno desta sala.

Por este facto, eu peço-lhe desculpa.

Deputada Zuraida Soares (BE): E eu aceito!

O Orador: Eu não tenho o direito, nem conhecimento, de dizer se a Sra. Deputada trabalha ou não trabalha.

Em segundo lugar, Sra. Deputada, quando falamos de Democracia, o Partido Socialista não dá lições de Democracia, mas também não recebe lições de Democracia.

Mas o Partido Socialista, democraticamente, expressa as suas posições e o local para expressar estas mesmas posições é aqui, no plenário da Assembleia Legislativa.

Sra. Deputada, eu tenho o direito de qualificar a sua proposta. Isso é um direito que me assiste.

Eu tenho o direito de dizer que a sua proposta é uma proposta – disse e repito – que não vai ao encontro daquilo que de bom a oposição já fez neste Parlamento e que esta proposta, em algumas matérias, vai ao encontro do pior que esta oposição já fez.

Deputada Zuraida Soares (BE): Eu tenho o direito de discordar!

O Orador: Isto não é arrogância, isto não é prepotência. É a afirmação da posição do Partido Socialista.

Sr. Deputado Aníbal Pires, penso que há um equívoco...

Deputado Berto Messias (PS): O senhor mentiu!

O Orador: ... que o Sr. Deputado, falsa ou involuntariamente, trouxe a esta Casa.

O Partido Socialista, a nível nacional, aquando da proposta de Resolução do Bloco de Esquerda e do PCP para aumento do salário mínimo nacional, não votou contra.

Deputada Zuraida Soares (BE): Absteve-se!

Deputado Berto Messias (PS): Não votou contra! Absteve-se!

O Orador: Que fique esclarecido nesta Câmara.

Deputado Berto Messias (PS): Não votou contra! O Sr. Deputado mentiu!

O Orador: Que fique esclarecido nesta câmara que aquilo que o Sr. Deputado disse não corresponde àquilo que, de facto, se passou.

O Partido Socialista não votou contra o aumento do salário mínimo nacional...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Aprovou?

O Orador: ... e justificou na Assembleia da República. Disse que este é um debate que tinha que ser feito com seriedade (algo que já foi dito por este partido),...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: ... que era algo que devia ser feito com cuidado (algo que já foi dito por este partido aqui) e algo que devia ser feito em contestação com todos os parceiros sociais (algo que também foi dito pelo Partido Socialista dos Açores).
Coerência, Sra. Deputada?

Esta é a coerência do Partido Socialista.

Aquilo que fizemos na República é aquilo que estamos a fazer nos Açores.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não é, não!

O Orador: Nós temos uma proposta para aumento do salário mínimo nacional.
Perdoe que lhe diga, Sra. Deputada:

Deputada Zuraida Soares (BE): Não têm coerência nenhuma!

O Orador: ... eu não acho correto da sua parte vir para aqui com determinado tipo de afirmações que não correspondem à realidade ou que pelo menos podem levar ao engano dos açorianos.

A Sra. Deputada diz que o Partido Socialista lembra-se dos trabalhadores do Continente, mas esquece-se dos trabalhadores dos Açores.

Deputada Zuraida Soares (BE): É verdade!

O Orador: Sra. Deputada, eu não quero acreditar que a senhora ache que quando se aumenta o salário mínimo a nível nacional ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Acho!

O Orador: ... esse aumento não tem os mesmos efeitos a nível dos Açores.

Sra. Deputada, quando se aumenta o salário mínimo a nível nacional...

Deputada Zuraida Soares (BE): Ouse aumentá-lo nos Açores! Ouse aumentá-lo aqui!

O Orador: ... (porque nós fazemos parte do país), aumenta-se nos Açores e ainda por cima com o acréscimo de 5% em termos de valor final.

Portanto, aquilo que a senhora tentou fazer crer a esta câmara não é um facto. O Partido Socialista é a favor do aumento do salário mínimo nacional...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... porque este aumento irá refletir-se nas famílias açorianas sem com isso causar qualquer tipo de prejuízo às empresas regionais.

Deputada Zuraida Soares (BE): Autonomia!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: A proposta do Bloco de Esquerda aquilo que faz é prejudicar a competitividade das empresas açorianas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): As empresas do Continente não precisam de competitividade!

Deputada Zuraida Soares (BE): E os salários?

O Orador: Sra. Deputada, este é o ponto de vista do Partido Socialista, que aqui responsabilmente apresentamos.

Nós não somos daqueles partidos que apresentam propostas goradas em demagogia e desequilibradas no seu conteúdo.

Sra. Deputada, somos um partido que concretizamos a nossa posição.

O aumento do salário mínimo regional, sem que haja um aumento no Continente, prejudica a competitividade das empresas.

Deputada Zuraida Soares (BE): E os salários, Sr. Deputado?

O Orador: E o que é que nós fizemos? O que é que o Partido Socialista fez?

O Partido Socialista fez uma proposta para que se aumentasse o salário mínimo nacional.

Por isso, coerência, consequência, vontade de trabalhar para os açorianos. É essa a força do Partido Socialista. É isto que fizemos e é isto que vamos continuar a fazer.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O que é que a Sra. Deputada Graça Silva acha disto?

Presidente: O Sr. Deputado Paulo Estêvão pediu a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: Voltamos às 17 horas.

Eram 16 horas e 42 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradecia que ocupassem os vossos lugares para podermos dar continuidade ao nosso trabalho.

Eram 17 horas e 05 minutos.

Vou dar a palavra ao Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Quem ouviu uma parte deste debate pensava que estaríamos aqui a tratar de matérias que não estão a ser debatidas neste diploma.

É fundamental, em todas as abordagens que se façam, que não se criem às pessoas expectativas de que estamos a propor coisas que não correspondem àquilo que efetivamente se está a propor.

Está demonstrado que sempre, mas sempre, que se tenta iludir, essa ilusão acaba, mais cedo ou mais tarde, por cair.

Deputada Zuraída Soares (*BE*): E o Sr. Vice-Presidente sabe bem isso. Fala com conhecimento de causa!

O Orador: É ilusória essa tentativa de fazer passar uma mensagem que não corresponde à realidade.

Vamos aos factos:

Ao contrário do que foi dito repetidamente, não há salário mínimo regional.

Deputada Zuraída Soares (*BE*): Aí vem semiótica! Defenda-se melhor!

O Orador: Ao contrário do que foi dito, repetidamente, não há salário mínimo no Continente.

Só há um salário mínimo, que é o salário mínimo nacional. É apenas esse que existe.

Deputada Zuraída Soares (*BE*): Apenas demos um contributo para um aumento!

O Orador: Por isso, numa abordagem sistemática que foi feita sobre esta matéria, falou-se claramente em coisas que não existiam e em coisas que não existindo não estavam a ser, nem podiam ser, decididas ou debatidas.

Neste contexto só há duas opções muito claras: ou aumenta-se o único salário mínimo que existe, que é o salário mínimo nacional, e por essa via aumenta-se o salário dos trabalhadores que exercem funções em empresas privadas, ao mesmo tempo, no continente, na Madeira e nos Açores, e é esta uma das propostas que está em cima da Mesa;...

Deputada Zuraída Soares (*BE*): Não está, não!

O Orador: ... ou então discute-se aquilo que é a proposta do Bloco de Esquerda. E a proposta do Bloco de Esquerda é aumentar (repito: aumentar) de 5 para 7,5% a diferença do custo que as empresas dos Açores suportam em relação a este tipo de remuneração.

Deputada Zuraida Soares (BE): Dois e meio!

O Orador: É isto que está em cima da Mesa.

Primeiro: quem suporta este custo são as empresas.

Segundo: o que se está aqui a decidir não é o valor da remuneração mínima, é quanto é que nos Açores devem as empresas suportar a mais, do que suportam as restantes empresas do país, sobre esse valor.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já suportam!

O Orador: Por isso, é isto que está em causa.

O que se está aqui a discutir é até que ponto é que...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quanto é que suportam aqui?

O Orador: ... as empresas dos Açores devem ter um custo acrescido,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quanto é que suportam aqui?

O Orador: ... em termos de custos com despesas com pessoal,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quanto é que é?

O Orador: ... em relação às restantes empresas do país.

Deputada Zuraida Soares (BE): É tão simples: já pagam os salários mais baixos do país!

O Orador: Aqui só há duas questões para analisar é, se as empresas dos Açores devem ter um custo ainda mais acrescido nesta matéria do que já têm. É isto.

Como ninguém nesta Casa, com certeza, tem vontade de que não aconteça o aumento máximo possível remuneratório de quem nas empresas ganha o mínimo, com certeza que a abordagem que se pode fazer a esta matéria, com seriedade, neste espaço, é só uma: é discutir se as empresas dos Açores devem ter um custo de mais 5% do que as restantes empresas do país, no que concerne à remuneração mínima, ou se devem ter um custo acima das restantes empresas do país de 7,5%.

Logo, a conclusão é:

Quem acha que as empresas devem ter um custo acima do valor do resto do país de 7,5%, acha que as empresas dos Açores estão em termos financeiros, em termos económicos, suficientemente sólidas para terem este aumento de encargo comparativamente às restantes empresas do país; se acham que não é assim, acham que os 5% que suportam a mais de custos do resto do país é aquilo que as empresas conseguem suportar.

Portanto, o que está aqui em análise é claramente esta matéria. Sobre isso, sobre esta abordagem, só se pode ver isto neste ângulo, e é esta decisão que está sobre a matéria apenas.

Há duas abordagens de o definir: a análise que fazemos, nesta casa, desta proposta e a análise que faremos doutra proposta.

Deputada Zuraida Soares (BE): Inevitável!

O Orador: É que, ou se define que são as empresas dos Açores que devem suportar o maior diferencial, o maior aumento de custos, em relação às outras empresas do país, ou esse aumento de custos deve ser suportado por todas as empresas do país e, assim, o instrumento a utilizar é o aumento do salário mínimo nacional, que é o indicador existente, sendo para isso competência da Assembleia da República.

É só isto que está em causa nesta matéria.

Portanto, a abordagem da decisão é apenas sobre a avaliação que conclua se as empresas dos Açores devem, como têm agora, suportar um custo adicional de 5%, em termos da remuneração mínima, aquilo que acontece com as restantes empresas do país; ou se pode este acréscimo de custo às empresas dos Açores passar de 5 para 7,5%.

É isto que estamos aqui a discutir.

Acho, e folgo sinceramente, que há partidos que acham que as empresas nos Açores estão em boa situação económica e financeira e podem suportar este aumento de diferencial em relação às empresas do Continente, ou seja, estão numa situação que ainda é melhor do que as do Continente e podem ter este custo acrescido em relação às do Continente.

Com rigor, com respeito pelos destinatários a esta decisão, e porque esta abordagem deve ser feita, é neste âmbito que esta matéria deve ser discutida.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Diga isso ao seu grupo parlamentar!

Presidente: O Sr. Deputado Aníbal Pires já não tem tempo. Pediu a palavra para?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para uma intervenção!

Presidente: Já não pode. Esgotou o seu tempo.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Obrigado!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Terei todo o gosto em responder à questão fundamental levantada pelo Sr. Vice-Presidente, a ver se consegui aprender bem a aula.

Em relação às outras empresas do país, as empresas da Região têm (têm no sentido de possuem):

- os salários mais baixos do país.

Os trabalhadores do privado na nossa Região, recebem cerca de 90 euros a menos nos seus salários, ou seja, as empresas da nossa Região já têm, em relação às empresas do Continente, uma vantagem.

Vou continuar.

As empresas da nossa Região, em relação às empresas do Continente, têm um IRC reduzido, ou seja, as empresas da nossa Região já têm uma vantagem em relação às empresas do Continente.

Deputado Francisco César (PS): Não têm vantagem nenhuma! Já explicámos isso!

A Oradora: As empresas da nossa Região têm apoios do Governo Regional, que é como quem diz, de cada açoriano e açoriana, múltiplos.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Com rendimentos do trabalho!

A Oradora: É que não são nem 3, nem 4, nem 5 vezes mais do que aquelas que tem o Continente. São incontavelmente mais do que têm as empresas do Continente.

Sr. Vice-Presidente, não me venha, com essa cara compungida, perguntar se as empresas da nossa Região não perderão competitividade porque vão pagar mais 2,5% em cada salário, quando as nossas empresas têm todos os apoios, todas as diferenças, todas as discriminações positivas que acabei de referir e já agora, sempre têm tido o apoio do Bloco de Esquerda nesta Casa.

Mas a pergunta, Sr. Vice-Presidente, eu devolvo-a, porque agora quero que o Sr. Vice-Presidente me diga quais são as vantagens que os trabalhadores desta Região têm, em relação às vantagens e à discriminação positiva que acabei de referir das empresas da Região, os nossos pensionistas que recebem as pensões de miséria que todos nós conhecemos e os nossos reformados.

Portanto, a sua preocupação, diria mesmo a sua fixação Sr. Vice-Presidente, é na possível falta de competitividade das nossas empresas, sem referir a alteração da organização do trabalho, o marketing, a inovação, as novas tecnologias, a procura de novos mercados, tudo aquilo que o nosso tecido empresarial devia ter feito ao longo de anos e não apenas lucrar à base dos salários mais baixos da União Europeia (o salário mínimo mais baixo da União Europeia, que é aquele que nós temos). O senhor vem para aqui defender exatamente o que o Ministro Vítor Gaspar defenderia aí sentado nessa cadeira e nessa tribuna.

Eu penso que o senhor ainda não se esqueceu que é de um Governo do Partido Socialista que quer, propõe e pôs um papelinho em cima de cada bancada, de cada Deputado, a dizer que quer um aumento do salário mínimo nacional. Certo?

Deputado Berto Messias (PS): Hein!... Pôs um papelinho? É uma anteproposta de lei!

A Oradora: Mas então como é que o senhor explica que, tendo as vantagens e a discriminação positiva que as nossas empresas têm (eu disse e repito, o Bloco de Esquerda aprovou-as dentro das suas medidas, não disse que não, não criticou uma única), o senhor só se preocupa com as empresas e nunca se preocupa com os trabalhadores, não tem uma palavra para os trabalhadores?

Diz que eles têm que esperar nos Açores (uma Região Autónoma) que todos os trabalhadores do país sejam aumentados para, eventualmente, seguindo o seu raciocínio, não se criar aqui uma questão de injustiça.

Mas então, Sr. Vice-Presidente, e a injustiça criada com o nosso tecido empresarial que tem discriminação positiva com todas as vantagens que eu referi?

Agora, conclua o raciocínio, Sr. Vice-Presidente:

Apesar de tudo isso, o desemprego aumenta na nossa Região:

Apesar de tudo isso, as falências aumentam na nossa Região;

Apesar de tudo isso, os salários em atraso, os subsídios em atraso, os direitos em atraso, aumentam na nossa Região.

Qual é a conclusão, Sr. Vice-Presidente?

O especialista é o senhor, não sou eu.

É que esta receita não resulta. Esta receita não resulta para a economia.

Enquanto as empresas, as nossas, não começarem a poder vender os seus produtos e os seus serviços, enquanto os trabalhadores não tiverem liquidez no seu bolso para poderem comprar os produtos e a liquidez das empresas, a nossa economia vai morrendo aos pouquinho.

Por mais medidas e agendas de competitividade, por mais apoios do Governo Regional, por mais adiamentos do pagamento de juros, as nossas empresas não sobrevivem, porque não podem, porque não vendem.

Portanto, Sr. Vice-Presidente, não insista. Ou melhor, tem toda a legitimidade de insistir na sua receita. Tem que compreender que do ponto de vista ideológico, eu comecei a minha primeira intervenção assim:

A linha que nos separa é claríssima. O senhor considera que a austeridade deve continuar...

Presidente: Sra. Deputada, tem que terminar.

A Oradora: Vou terminar, Sr. Presidente.

... para que as nossas empresas se salvem.

O Bloco de Esquerda considera que a austeridade tem que acabar já para que as nossas empresas se salvem. Ideologicamente, não podíamos estar mais distantes um do outro.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraida Soares, a senhora sabe que tenho muita consideração por si e até admiração pessoal, mas queria dizer-lhe que eu não tenho vergonha nenhuma de fazer parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Quero dizer-lhe precisamente o contrário: eu tenho muito orgulho de fazer parte deste Grupo Parlamentar, por uma razão muito simples, é porque este Grupo Parlamentar está na frente da defesa daqueles que menos podem.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Berto Messias (PS): Trabalhamos! Não estamos sentados em frente à televisão!

Deputada Zuraida Soares (BE): Está a dizer que eu estou em frente à televisão?

O Orador: A Sra. Deputada, numa intervenção anterior, perguntou se agora estávamos preocupados com as empresas.

Sra. Deputada, estamos! Definitivamente, estamos!

Estamos preocupados com as empresas por uma razão muito simples: estamos preocupados com o emprego! Só por isso.

Deputada Zuraida Soares (BE): Isso é demagogia!

O Orador: Queria dizer-lhe outra coisa, Sra. Deputada.

Sei que já foi tentado em várias partes do mundo, mas também sei – e reza a história – que nunca deu certo. Não há economia sem empresas, Sra. Deputada! Isso é uma verdade.

Deputada Zuraída Soares (BE): E não há empresas sem trabalhadores, Sr. Deputado!

O Orador: É preciso acabar com os preconceitos relativamente a isso.

São as empresas que criam o emprego. O emprego é que alimenta a economia, Sra. Deputada.

É por isso que mais do que criar emprego, embora seja muito importante criar emprego, neste momento, Sra. Deputada, o que é preciso é manter o emprego que temos.

Deputada Zuraída Soares (BE): Vê-se! Nota-se!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Ao proteger as empresas, Sra. Deputada, estamos, de certeza absoluta, a proteger o emprego.

Deputada Zuraída Soares (BE): Nota-se!

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Essa vai ser a nossa luta. Essa vai ser a nossa prioridade.

Esta sua proposta, Sra. Deputada, não defende nem uma coisa, nem outra.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tem vindo sempre a descer!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Quando o João Costa não está, falas bem!

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. Membro do Governo:

Muito rapidamente, Sra. Deputada Zuraída Soares.

Há efetivamente uma questão essencial nesta matéria. A minha intervenção foi um contributo para reorientar este debate naquilo que estava aqui em discussão.

Reafirmo que a Sra. Deputada acha, concorda, que as empresas dos Açores têm uma situação económico-financeira substancialmente melhor do que as do resto

do país e que se justifica que o diferencial de custos, em termos da remuneração mínima, deva passar de 5 para 7,5%.

Eu não acredito que o que a Sra. Deputada Zuraida Soares pretende com esta proposta é criar mais dificuldades às empresas e, conseqüentemente, aumentar o desemprego.

Como não acredito que seja essa a sua intenção, a única maneira, com realismo, que a senhora tem de apresentar esta proposta e de a justificar é que as empresas açorianas têm condições para, comparativamente com as restantes empresas do país, suportar este aumento de custos.

Deputada Zuraida Soares (BE): E os aposentados? Fale dos aposentados!

O Orador: Neste contexto, gostaria de lhe dizer que é essa a sua opinião.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não é a minha opinião! É a sua opinião!

O Orador: No entanto, não é esse o entendimento, pelo que vi, da maioria dos partidos, aqui, nesta Assembleia.

A questão essencial, Sra. Deputada, é que o que se trata aqui nesta matéria é única e exclusivamente decidir um aumento, ou não, dos encargos comparativos das empresas dos Açores em relação às restantes empresas do País.

Deputada Zuraida Soares (BE): E as pensões?

O Orador: Nada mais do que isto.

Deputada Zuraida Soares (BE): E as pensões, Sr. Vice-Presidente?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E o cheque pequenino?

O Orador: Em relação a esta matéria, registo a sua confiança na competitividade, porque não posso aceitar, nem acreditar, que a Sra. Deputada ache que não são empresas a criar emprego.

Nos únicos sítios, neste momento, no mundo, onde ainda se acredita nisso é na Coreia do Norte e em Cuba.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os senhores é que não acham!

Deputada Zuraida Soares (BE): Se me deixar falar para as câmaras, pode ser que falemos um para o outro!

O Orador: Neste contexto, os resultados dessa política e dessa visão estão bem definidos.

Por outro lado, falar em apoio a quem trabalha, Sra. Deputada?

Não é nos Açores que os trabalhadores pagam menos 20 a 30% de imposto sobre o seu rendimento?

Deputada Zuraída Soares (BE): E as empresas, Sr. Vice-Presidente?!

O Orador: Não é nos Açores que os consumidores pagam menos 30% dos impostos sobre o consumo?

Deputada Zuraída Soares (BE): Não é nos Açores que têm os salários mais baixos?!

O Orador: Não é nos Açores que as famílias pagam menos impostos ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os senhores eram contra!

O Orador: ... sobre produtos petrolíferos, sobre os combustíveis?

Deputada Zuraída Soares (BE): Não é nos Açores que as empresas pagam o IVA mais baixo?!

O Orador: Não é nos Açores que existe...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os senhores votaram contra!

O Orador: ... um complemento adicional ao abono de família para as crianças e jovens?

Vamos falar de pensionistas, Sra. Deputada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Do cheque pequenino!

O Orador: Não é nos Açores, com o património dos Governos do Partido Socialista, que com os recursos da Região, são adicionados, por ano, 23 milhões de euros...

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: ... (repito: 23 milhões de euros!) às pensões dos nossos idosos com menos rendimento,...

Deputada Zuraída Soares (BE): Quanto a cada um?

O Orador: ... em relação àquilo que pagam na República, quando a obrigação exclusiva desse pagamento, porque as receitas são do sistema nacional da Segurança Social, devia ser do Governo da República?

Sobre esta matéria,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A proposta por acaso não é vossa!

O Orador: ... sobre a diferenciação de apoio às famílias, de apoio aos trabalhadores, de apoio aos pensionistas, o património do Partido Socialista (e do Governo do Partido Socialista) fala por si, como fala também a confiança que os açorianos têm dado, nesse património, que nós registamos, valorizamos...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): De quem é a proposta?

O Orador: ... e anualmente acrescentamos e aumentamos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E de quem é a proposta do cheque pequenino?!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Um euro e noventa por mês!

O Orador: Enquanto se assiste no resto do país ao reduzir das pensões e ao aumento brutal da carga fiscal sobre os pensionistas com menos recursos,...

Deputada Zuraida Soares (BE): Não lhe vou responder a isso, Sr. Vice-Presidente!

O Orador: ... nos Açores, aumentamos os apoios a esses pensionistas, nos Açores aumentamos os apoios anualmente a quem mais precisa, mas aumentamos no limite dos nossos recursos para que possamos todos os anos aumentar.

Seria fácil aprovar a sua proposta agora, mas não fazemos hoje uma coisa...

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: ... que tenhamos que retirar amanhã.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Por isso os açorianos conhecem-nos e sabem que aquilo que prometemos é aquilo que fazemos. O que fazemos hoje e o que esperam de nós amanhã é aumentar aquilo que já apoiamos e nunca apoiar mais do que podemos hoje para ficar bem na fotografia e amanhã termos que retirar os apoios, que foi o que aconteceu na outra Região Autónoma e o que aconteceu no Continente Português.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Nos Açores, os apoios sociais são o máximo que podemos dos nossos recursos e das nossas competências.

Por ser assim, é que todos os anos podemos, com orgulho, os aumentar...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: ... dentro dos nossos recursos e dentro das nossas competências.

Deputada Zuraída Soares (BE): Um euro por mês!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E aumentam as taxas moderadoras!

Presidente: Não há mais inscrições.

Vamos então passar à votação do Projeto de Resolução.

Os Srs. Deputados que concordam mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Deputada Zuraída Soares (BE): Afinal votaram contra!

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 26 votos contra do PS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 15 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PPM.

Deputada Zuraída Soares (BE): Os partidos responsáveis pelo arco do poder!

Deputado Berto Messias (PS): Como sabe, vamos discutir outra vez!

Presidente: Srs. Deputados, fazemos o intervalo agora, ou discutimos este ponto e fazemos o intervalo posteriormente? Pergunto à câmara, qual a sensibilidade? Faço agora o intervalo ou fazemos a seguir ao próximo ponto?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila) e Deputado Artur Lima (CDS-PP): Qual é o ponto?

Presidente: O próximo ponto é sobre o “**acordo de Comércio Livre com a Tailândia**”.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Discutimos agora.

Presidente: Fazemos intervalo agora ou discutimos já este ponto?

Então, para apresentar o **Projeto de Resolução n.º 37/X – “Acordo de Comércio Livre com a Tailândia”**, tem a palavra o Sr. Deputado do Partido Social Democrata, Luís Garcia.

(*) **Deputado Luís Garcia (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Duas ou três notas muito breves sobre este Projeto de Resolução, porque, efetivamente, ele já foi apresentado no plenário passado.

Em março deste ano, a União Europeia e a Tailândia deram início a um processo negocial, com vista a chegar a um acordo de comércio livre entre a União Europeia e a Tailândia.

Esse acordo, segundo o setor da indústria conserveira, pode ter um impacto muito negativo sobre as nossas empresas, sobre as empresas Europeias, sobretudo a nível de Portugal e da Espanha.

O que é facto é que, atualmente, com as taxas aduaneiras que são cobradas, a Tailândia já é o maior exportador de conservas, designadamente de conservas de atum, para a União Europeia.

Se essas taxas forem abolidas no âmbito deste acordo, ou se forem reduzidas, aumentarão, com certeza, as dificuldades das empresas europeias em concorrer com as empresas tailandesas, pois estas têm custos de produção muito inferiores, desde logo, custos salariais.

Este receio das implicações deste acordo levou mesmo os profissionais da indústria conserveira, ou os representantes dos industriais da indústria conserveira de Espanha, de Portugal e também dos Açores, a assinar uma declaração conjunta a solicitar que todas as conservas de peixe, de um modo geral, mas especificamente as conservas de atum, ficassem excluídas desse acordo de comércio livre entre a União Europeia e a Tailândia.

Um acordo desta natureza, assinado nestes moldes, também teria um efeito altamente lesivo para os Açores, pois a nossa indústria conserveira tem um forte peso na nossa economia, não só pelo número de postos de trabalho que cria, mas também é geradora de produtos de alta qualidade que muito contribuem quantitativamente para as nossas exportações.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Temos aqui um problema, ou uma ameaça, que a nossa indústria conserveira pode sofrer e que importa impedir.

Urge, portanto, sensibilizar, quer as autoridades nacionais (o Governo da República), quer as europeias (Parlamento Europeu e Comissão Europeia), para que essas implicações estejam ou sejam presentes na negociação deste acordo.

É neste contexto que surge este Projeto de Resolução, com o propósito de propor que esta Assembleia se pronuncie, por iniciativa própria, junto do Governo da República, da Comissão Europeia e do Parlamento Europeu, no sentido de que as conservas de peixe devam ser excluídas de um futuro acordo de comércio livre entre a União Europeia e a Tailândia, para que efetivamente não se comprometa este setor ao nível de Portugal Continental e de Espanha, mas no caso particular dos Açores, porque efetivamente teria um impacto muito negativo em termos sociais e económicos para a nossa Região.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Está à discussão o Projeto de Resolução.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Queria começar por dizer que vou dar o meu apoio a esta iniciativa do Grupo Parlamentar do PSD, mas não posso deixar de tecer aqui algumas considerações e, desde logo a primeira: isto parece o mundo ao contrário!

São os neoliberais a propor medidas protecionistas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Onde é que eles estão?

Deputado Luís Garcia (PSD): Onde é que eles estão? O senhor não me conhece, efetivamente!

O Orador: O Sr. Deputado está animado, está?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Só estou a pergunta onde é que estão os neoliberais?

Deputado Luís Garcia (PSD): Não sou eu com certeza! Sou social-democrata!

O Orador: É preciso que eu lhe dê a indicação?

Isto parece o mundo ao contrário, porque são os neoliberais a propor medidas de protecção.

Mas julgo que o Grupo Parlamentar do PSD tem conhecimento (se não tem eu recorde, e recorde aqui para todos) que esta negociação entre a União Europeia e a Tailândia está a ser feita pela comissão Barroso (não sei se o nome lhes diz alguma coisa ou não).

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Winston era do seu partido! Era maoísta!

O Orador: O senhor está enganado, mas eu perdoo-lhe, Sr. Deputado. Não no maoísmo!

Mas passando estes apartes...

(Diálogo entre o Deputado Artur Lima e o Vice-Presidente do Governo)

O Orador: Vamos continuar com os apartes, Sr. Presidente. Tudo bem. Para dar aqui uma animação.

Deputado Francisco César (PS): V. Exa. nunca os faz!

O Orador: Eu não me estou a queixar. Eu adoro apartes.

Mas continuando com os apartes e até que se defina se o Sr. Vice-Presidente era maoísta e o Sr. Deputado Artur Lima se fixou sempre na direita mais radical (penso que já está esclarecido), gostaria ainda de perguntar, quer ao PSD, quer ao CDS-PP, qual é a posição do Partido Popular Europeu sobre esta questão.

Mas também se pode perguntar ao Partido Socialista Europeu se já tem posição sobre esta questão.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E o Partido Comunista chinês?

O Orador: É que por parte do PCP já há algum histórico. Quem está mais atento àquilo que se vai passando nas instâncias europeias terá dado conta, certamente, de uma iniciativa dos Deputados do PCP, mas também do grupo da família europeia onde estão integrados os Deputados do Partido Comunista eleitos pelo círculo de Portugal, que é a Esquerda Verde Nórdica.

Essa posição está clara.

O que possivelmente não está claro é a posição do Partido Socialista Europeu e do Partido Popular Europeu.

Era bom que as/os açorianas/os também percebessem esta questão.

Era importante conhecermos a posição do Partido Popular Europeu e a posição do PSD, a nível nacional, para que isto não seja entendido apenas como iniciativa do PSD-Açores a “tentar sacudir a água do capote”.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Marta Couto.

(*) **Deputada Marta Couto (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista compreende o objetivo deste Projeto de Resolução que decorre de uma preocupação decorrente de uma assinatura próxima de um acordo de comércio livre entre a Tailândia e a União Europeia.

Em Portugal o negócio das conservas de atum vale entre 80 a 100 milhões de euros e o setor conserveiro dá trabalho, no mínimo, a 1500 empregados.

Neste âmbito e tendo os Açores quatro fábricas de conservas de atum, que têm bastante peso a nível económico, é efetivamente considerável a importância que este setor assume na Região.

A Tailândia é dos maiores produtores a nível mundial a nível de pesca e aquicultura, e é o terceiro maior parceiro de comércio com a União Europeia.

Beneficia já de um sistema generalizado de preferências, no qual está incluído um contingente pautal que ascende a mais de mil toneladas de pescado e conservas de peixe.

A ser assinado o referido acordo do comércio livre, o setor conserveiro em Portugal, na Espanha e conseqüentemente nos Açores, ficará, naturalmente, numa situação ainda mais difícil.

Tendo isto em mente, o Partido Socialista irá efetivamente votar a favor deste Projeto de Resolução, não obstante relembrar aqui que a negociação deste assunto a nível europeu cabe efetivamente, e como constitucionalmente consagrado, ao Governo da República.

É ao Governo do CDS-PP/PSD que cabe assegurar...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ficamos sempre muito satisfeitos quando põem o CDS-PP em primeiro lugar! Muito obrigado!

A Oradora: ... os interesses dos Açores, na República, nesta negociação.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Devagarinho, devagarinho chegamos lá!

A Oradora: Gostávamos também de saber – estamos curiosos, tal como o Sr. Deputado Aníbal Pires – efetivamente qual a posição do Governo da República neste domínio. Até agora foi um completo silêncio, apesar de já terem sido inquiridos a nível parlamentar na República.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem!

A Oradora: Até agora não há resposta, que conheçamos.

Vá lá que a ser aprovado este Projeto de Resolução aqui, nós asseguramos que a Região é efetivamente ouvida, porque até agora não nos vimos “nem perdidos nem achados”.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

A Oradora: Com esta aprovação ficamos sem saber se o Governo da República pretendia efetivamente consultar a Região neste aspeto ou não.

Muito obrigada.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues e Deputado José Ávila (PS): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Para participar no debate, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Melo Alves.

(*) Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

O CDS-PP irá apoiar esta iniciativa, não só pelos argumentos já aqui aduzidos da importância do setor conserveiro para a Região, mas também como sinal, para a União Europeia, para os centralistas nacionais (eles também existem) e para os euro-centralistas da Europa que, de facto, existe um mundo para além das fronteiras do Continente Europeu.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito para além do neoliberalismo!

O Orador: Um mundo que também é europeu.

Fala hoje aqui, se calhar, o primeiro que se enquadra mais no perfil de neoliberal ou de liberal dos deputados que aqui estão, mas faço-o com muito agrado porque, para que o mercado funcione, é preciso que ele, em primeiro lugar, exista.

Por diversas vezes e em diversos debates aqui, nesta Casa, afirmei que efetivamente nos Açores nós não temos um verdadeiro mercado, temos nove mercados pulverizados, nove mercados frágeis.

Ainda há pouco discutíamos um aumento de 15 e de 10 euros nos ordenados, nos salários mínimos, e um dos argumentos utilizados efetivamente pelo Partido Socialista foi a fragilidade das empresas regionais.

Essa fragilidade obviamente estende-se a este setor, a um setor conserveiro que depende não só da sua própria eficiência, mas de muitos fatores externos que também têm a ver com a capacidade das capturas e isso são ciclos da própria natureza que muitas vezes não são controlados pela própria indústria.

Portanto, é um setor que, na nossa opinião, pela sua importância estratégica, vital e para a nossa economia, merece uma especial atenção dos órgãos de Governo próprio dos Açores, mas também dos órgãos de Governo próprio da República e também, porque este é um acordo entre a União Europeia e a Tailândia, merece a atenção da União Europeia.

Se muitas vezes nos queixamos do centralismo do nosso país, devemos prestar mais atenção às dezenas de diretivas e diretrizes comunitárias que nos chegam todos os dias, com força de lei, muitas delas sem a menor atenção a qualquer ponto do território que não seja o continente e o centro da Europa, de tal forma que os Açores até estão excluídos do mapa que aparece nas moedinhas do Euro. Portanto, é fundamental utilizarmos todas as oportunidades, incluindo esta, para alertar as instâncias da União Europeia que nós existimos, fazemos parte da União Europeia, mas ao fazermos parte da União Europeia isso acarreta também responsabilidade e responsabilidade que tem que ser consequente às instâncias europeias, consequente no sentido de proteger e de dar condições de desenvolvimento económico e social a estas ilhas.

Presidente: A mesa não tem mais inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Deixei aqui algumas questões a todos os partidos que compõem estas bancadas, com exceção do Bloco de Esquerda, uma vez que a família europeia do Bloco de Esquerda é exatamente a mesma família política do PCP. **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila) e Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Ah!

O Orador: Portanto, a nossa posição sobre esta matéria é conhecida.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Não me diga!

O Orador: V. Exas. não sabiam?

Vozes de alguns Deputados da câmara: Não!

O Orador: Ficam agora a saber.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não sabia!

O Orador: Mas era conveniente que soubessem, para ver quem é que defende os interesses de Portugal na União Europeia.

Mas ficaram aqui perguntas por responder. O PSD, para além da intervenção de apresentação da iniciativa, ainda nada disse; o PS, penso que a Deputada Marta Couto também não se referiu a qual será eventualmente a posição do Partido Socialista Europeu; e relativamente à posição do Partido Popular Europeu, o CDS, na sua intervenção, também não se referiu a essa posição, porque era importante sabermos com o que é que contamos no Parlamento Europeu.

É muito importante que este Projeto de Resolução seja aqui aprovado e seja aprovado por unanimidade, como me parece que vai acontecer, mas não pode ficar apenas por isto. É necessário garantir que na República e na União Europeia tenhamos apoios para as pretensões justíssimas da Região.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais.

(*) **Secretário Regional dos Recursos Naturais (Luís Viveiros):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de fazer aqui algum enquadramento relativamente a esta questão que estamos a debater e também dar nota daquilo que têm sido as posições e ações que o Governo já desenvolveu sobre esta matéria.

Em primeiro lugar, queria referir que este acordo comercial que a União Europeia pretende celebrar com a Tailândia é uma sequência do golpe militar que ocorreu em 2006 e das conseqüentes eleições que se sucederam em 2007, naquele país.

A partir daí a União Europeia tomou iniciativas no sentido de uma aproximação política e económica com a Tailândia.

É nesse enquadramento que surge, em fevereiro deste ano, a intenção de se celebrar o acordo que estamos agora aqui a discutir.

Para isso o Conselho mandou a Comissão para encetar essas negociações no passado mês de fevereiro, conforme referi.

A Tailândia é, de facto, uma potência na área das conservas de atum. É só o terceiro maior parceiro comercial da União Europeia, dentro do ANSEA – Associação dos Países do Sudeste da Ásia.

A União Europeia é o terceiro maior parceiro comercial da Tailândia com o comércio bilateral a atingir cerca de 32 mil milhões de euros em 2012.

A Tailândia, como já aqui foi dito, é um dos principais produtores de conservas de peixe com especial incidência do atum.

As negociações para celebração deste acordo foram tecidas em março de 2013 e foram iniciadas. A primeira ronda decorreu de 27 a 31 de maio (muito recentemente) e a segunda ronda está prevista para o próximo mês de setembro.

Para além de questões de natureza comercial envolve muitas outras circunstâncias no âmbito cultural e outras áreas da nossa economia.

Concretamente nos Açores, o Governo tem absoluta consciência daquilo que representa o setor conserveiro na nossa economia. Existem, como também já foi aqui referido, quatro empresas que se dedicam a este negócio. Ocupam cerca de 800 pessoas, maioritariamente do sexo feminino, e laboram cerca de 20 mil toneladas de atum por ano.

Perante todo este cenário e todo o impacto que a celebração do acordo com a Tailândia pode trazer aos Açores, particularmente no comércio das conservas de atum, o Governo já desenvolveu algumas ações que eu gostaria de trazer ao conhecimento deste Parlamento.

Num primeiro contato com a Ministra da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território, no passado mês de abril, fizemos uma primeira sensibilização para este problema e os impactos que ele poderá trazer à nossa economia.

Já no mês de maio, no dia 15, após uma reunião com o Sr. Diretor Regional dos Recursos Naturais, onde esteve presente o Diretor Regional das Pescas, o assunto foi novamente levado à preocupação do Governo da República.

Na recente visita que a Comissária Maria Damanaki fez aos Açores, este assunto foi levantado, não especificamente no que diz respeito às conservas de atum, mas de uma forma geral ao comércio com países terceiros, relativamente à União Europeia e à importação de produtos da pesca.

Também tivemos aqui algumas ações de sensibilização para a realidade e para as consequências que estas matérias poderão trazer à nossa economia, visto os países que importam para a União Europeia serem países em que as exigências higio-sanitárias e as regras do trabalho são bastante mais potenciadoras das vantagens concorrenciais que estas empresas têm relativamente àquilo que acontece dentro do espaço comunitário.

Referir ainda, conforme o Deputado Luís Garcia falou, a assinatura de uma declaração conjunta de três associações das empresas conserveiras de Espanha e de Portugal, designadamente a ANFACO (espanhola), a ANICP (Portugal) e a PÃO DO MAR (nos Açores), no sentido de sensibilizarem, tanto o Governo da República como a Comissão Europeia, para todas as contingências que o problema poderá trazer à nossa Região.

Estamos neste momento a ultimar um documento devidamente fundamentado, com todas as consequências e com todos os impactos que esta eventual possibilidade poderá trazer à nossa economia, no sentido de remetermos para

Lisboa e para Bruxelas, por forma a serem acautelados os interesses da nossa Região nas negociações que vão decorrer durante o corrente ano.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

(*) **Deputado Luís Garcia (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Percebo, Sr. Deputado Aníbal Pires, a sua curiosidade em saber qual a posição...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Acho que tem algum sentido, Sr. Deputado!

O Orador: ... do Presidente da Comissão Europeia do PPE.

Relativamente ao PPE, o que lhe posso dizer, é que a nossa Deputada ao Parlamento Europeu está a trabalhar nesta matéria. Inclusivamente, já fez chegar essas preocupações ao Sr. Comissário do setor.

O que eu espero efetivamente com esta posição, uma posição que espero que seja unânime, é que consigamos alertar, sensibilizar e influenciar esses órgãos, caso a posição de todos eles não seja favorável aos Açores, no sentido de que tenham em conta os interesses dos Açores.

O que sei efetivamente, Sr. Deputado, é a posição do PSD-Açores sobre esta matéria que está aqui expressa, muito claramente.

É essa posição que defende, no nosso entendimento, os interesses dos Açores e vamos defendê-la sempre, independentemente da posição de outros que eventualmente possam não ir nesta linha.

Esta é a posição do PSD-Açores. Está aqui muito claramente reafirmada na defesa dos interesses dos Açores e, no caso particular, no interesse da nossa indústria conserveira.

Esperemos que, quer o Governo da República, quer a Comissão Europeia, quer o Parlamento Europeu (todos eles envolvidos), se sensibilizem e tenham em conta os nossos interesses.

Caso não tenham, manteremos sempre a nossa posição em defesa dos interesses dos Açores, que é isso que nos compete.

Sra. Deputada Marta Couto, é efetivamente ao Governo da República que compete fazer essa negociação, em nome do Estado Português, mas também cabe à Assembleia Regional e ao Governo Regional (já sabemos que está a trabalhar sobre o assunto e outra coisa não seria de esperar) fazer chegar aos órgãos de soberania as nossas preocupações, as nossas posições.

Exercer, no fundo, a nossa Autonomia, que é isso que estamos a fazer e é para isso que serve a nossa Autonomia.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: É isso que estamos a fazer, chegar ao Governo da República as nossas preocupações e os nossos interesses.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Concluimos assim o debate.

Vamos passar à votação do Projeto de Resolução.

Os Srs. Deputados que concordam mantenham-se por favor como estão.

Secretária: O Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos fazer o nosso intervalo.

Recomeçamos às 18 horas e 20 minutos.

Eram 17 horas e 56 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos. Peço o favor de ocuparem os vossos lugares.

Eram 18 horas e 32 minutos.

Dou a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares para apresentar o **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 2/X – “Adapta à Região Autónoma dos Açores o Código do Trabalho e respetiva regulamentação.**

Deputada Zuraida Soares (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começo a apresentação deste Projeto de Decreto Legislativo Regional – Adapta à Região Autónoma dos Açores o Código de Trabalho e respetiva regulamentação – da mesma maneira que o fiz na Legislatura passada.

Afirmou o Prof. Bacelar Gouveia há algum tempo atrás “Há ainda muito a fazer, no edifício legislativo autonómico, para operacionalizar todas as potencialidades do nosso novo Estatuto Político- Administrativo”.

Não podíamos estar mais de acordo com o Prof. Bacelar Gouveia e, como acreditamos que a melhor maneira de defender a Autonomia é exercê-la até ao limite do seu âmbito, o Bloco de Esquerda coloca à apreciação desta Assembleia mais um modesto contributo para este desiderato, a saber, a adaptação aos Açores do Código de Trabalho.

Na primeira abordagem a este tema, as dúvidas sobre a sua admissibilidade – ao abrigo das prerrogativas do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na sua relação com a Constituição da República – estão, hoje, dissipadas.

Em boa hora, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho pediu ao Prof. Monteiro Fernandes opinião avalizada sobre matéria jurídico-constitucional.

Não negamos que é assunto de controvérsia, entre escolas e pensamentos jurídicos diferenciados, mas insistimos em propor, à Casa da Democracia, nos Açores, que ouse trilhar caminhos novos, na edificação da Autonomia.

O Parecer do Prof. Monteiro Fernandes conclui pela admissibilidade legal do diploma, facto que representa, só por si, um avanço da compreensão da Autonomia Legislativa.

Posiciona-se, o mesmo Parecer, contra a visão tradicional da jurisprudência, em matéria legislativa Autonómica. Assume, de forma clara, que o Memorando da Troika não é compromisso da Região, nem sequer Convenção Internacional com força de lei. Admite mesmo um código regional do trabalho. No que respeita à sua opinião, sobre matéria de despedimentos e contratação coletiva (como reserva absoluta da Assembleia da República), pode ser matéria controversa, mas quem pode estabelecer uma interpretação vinculativa e

fundada é o Tribunal Constitucional, bastando, para isso, que a Assembleia Legislativa dos Açores aprove este diploma.

Estamos, pois, em condições de debater este Projeto de Decreto Legislativo Regional, na sua substância e conteúdo.

É conhecida a oposição frontal do Bloco de Esquerda às alterações ao Código Laboral, realizadas em 2003 e em 2009. Mas todas estas alterações gravosas para os/as trabalhadores/as são ainda mais agravadas (e forma drástica) com as alterações feitas em Agosto de 2012.

Diminuir a gravidade das disposições que pesam sobre os/as trabalhadores/as Açorianos/as é o objetivo do Bloco de Esquerda, tendo em conta o cenário político-partidário representado nesta Assembleia.

De facto, na Assembleia Legislativa dos Açores, tem o Partido Socialista, por mandato popular, a maioria absoluta. Neste quadro, qualquer proposta só fará vencimento se o Partido Socialista a votar favoravelmente.

Neste contexto – e sendo o Código de 2009 o código do Partido Socialista – aproximar a nossa proposta às teses, nesta matéria, defendidas pelo Partido Socialista é, em nosso entender, a única maneira de, pelo menos, defender os/as trabalhadores/as Açorianos/as de maiores ataques – ataques inscritos, nas alterações de 2012.

Acrescentar entraves ao Estatuto de Trabalhador-Estudante, por exemplo, é impedir a tão aclamada ‘mobilidade social por esforço próprio’, a mesma que muitos apregoam mas, na prática, impedem.

Filho de doutor será doutor, filho de pedreiro será pedreiro – é o que defende o Código de Trabalho de 2012, o qual lembra tempos a que não queremos voltar.

Diminuir os tempos de descanso dos/as trabalhadores/as – diminuindo, em paralelo, as renumerações de horas extras –, tudo pelo mesmo ordenado, é baixar os salários reais, num país em que os salários já são dos mais baixos da zona euro.

Assumir que os empregadores têm o poder absoluto de despedimento – através da lógica da ‘inadaptação’ – é ferir o Estado de Direito, em matéria de contraditório. Assumir a prepotência, como valor e até mesmo negar a

responsabilidade social das empresas (responsabilidade tão difundida, no discurso liberal) é a negação da democracia.

A imposição de horários – sem qualquer respeito pelas pessoas, pelas suas vidas e pelas suas famílias – ao sabor do livre arbítrio da entidade patronal, acrescida da possibilidade da utilização do banco de horas individual (também por imposição da entidade patronal) é uma selvajaria sem limites.

Neste aspeto concreto, temos a tentativa de aplicação deste tipo de normas na Cofaco.

Obrigar aquelas mulheres a trabalhar das 8 horas da manhã até às 22 horas é uma brutalidade para elas e para as suas famílias.

Está nas mãos do Partido Socialista parar esta desumanidade, caso vote, favoravelmente, esta proposta do Bloco de Esquerda.

Estes são alguns dos exemplos que a nossa proposta quer impedir, ou seja, que os/as trabalhadores/as da nossa Região sofram, para além dos sacrifícios que já, hoje, lhe são impostos, mais ainda.

“Fazer diferente nos Açores” – como, ainda hoje, afirmou o Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, na sua Declaração Política, da parte da manhã – a favor dos/as trabalhadores/as Açorianos/as, é o convite que o Bloco de Esquerda faz ao Partido Socialista.

A este propósito, também gostaria de retomar as palavras do, então, Deputado Vasco Cordeiro, quando, desta mesma tribuna afirmou que “A Autonomia não é uma coisa abstrata, etérea ou estratosférica” e, continuava o, então, Senhor Deputado “A Autonomia tem que ter vida concreta e diária das pessoas e tem que servir exatamente para que essa vida seja menos amarga e menos difícil”.

Palavras sábias do, então, Deputado e, agora, Presidente do Governo Regional dos Açores e Presidente do Partido Socialista/Açores.

Em conformidade, renovamos o convite para se juntar ao Bloco de Esquerda, não só na defesa dos/as trabalhadores/as e Açorianos/as, mas também, na defesa e maior abrangência da Autonomia dos Açores.

Quero, ainda, deixar uma palavra para os pareceres das organizações sindicais. Como seria de esperar, defendem como negativos os vários códigos de trabalho.

Assumimos uma postura equivalente, quanto à apreciação desses códigos e ombreamos nessa luta. Mas, neste processo, todos os ganhos que a causa dos/as trabalhadores/as tiver, fortalecê-la-á, para objetivos mais amplos.

Quero, também, em nome do Bloco de Esquerda, agradecer a sugestão legislativa, sobre a lei sindical, sugestão essa que, em breve, terá resposta da nossa parte.

Vamos pois com coragem, Sras. e Srs. Deputados, fazer diferente nos Açores a bem dos açorianos e açorianas

Disse.

Presidente: Apresentada a iniciativa abrimos um período para as inscrições para o debate.

(Pausa)

Não havendo inscrições, vamos passar para a votação do Projeto Decreto Legislativo, apresentado pelo Bloco de Esquerda.

Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues, tem a palavra.

(*) Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo.

O Bloco de Esquerda o ano passado, antes das eleições legislativas regionais, trouxe esta proposta a esta câmara, imbuído nessa altura do afã eleitoralista face ao ato que se adivinhava.

O primeiro mito que importa desfazer relativamente a esta iniciativa, e tendo presente o seu teor concreto, é de que esta não é uma iniciativa puramente dirigida à defesa do interesse dos trabalhadores. Esta é uma iniciativa dirigida contra a bancada do Partido Socialista.

Este é o primeiro mito que importa desfazer, porque só assim se entende que o Bloco de Esquerda, tendo a oportunidade de apresentar uma iniciativa a esta Assembleia, estando até convencido de que não há nenhum limite constitucional à nossa competência legislativa nesta matéria, não aproveite para

trazer a esta câmara o modelo que defende para as relações de trabalho e traga o modelo que, por acaso, foi aprovado pelo Partido Socialista na República.

Aliás, é uma contradição interessante que resulta logo da exposição de motivos onde, assumindo as suas divergências relativas ao Código de Trabalho de 2009, propõe manter na Região esse mesmo código, numa estratégia, aliás, que é no mínimo suscetível de uma interessante reflexão doutrinária, porque aquilo que na prática isto se traduz é na repriminção para a área geográfica dos Açores do Código de Trabalho de 2009.

O segundo mito que importa desfazer é que esta é uma adaptação do Código do Trabalho à Região Autónoma dos Açores. Não é, desde logo, porque aquilo que faz é pegar nas funções que estiveram já em vigor para a República e pretender implementá-las à Região, não adaptando uma única norma que seja às especificidades da Região.

Aliás, nessa matéria, como até é reconhecido no parecer que a Sra. Deputada Zuraida Soares teve a oportunidade de citar na sua intervenção de tribuna, nem sequer é feita qualquer referência a uma qualquer especificidade regional que demandasse a adaptação e que determinasse uma determinada solução que tivesse sido adotada nesta proposta. Esta é a questão no plano político.

No plano jurídico-constitucional, ao contrário daquilo que a Sra. Deputada Zuraida Soares quis fazer crer da sua intervenção de tribuna, esta iniciativa levanta imensos problemas e eles estão assumidos no parecer que foi solicitado pela Comissão.

Aliás, devo dizer, Sra. Deputada, que em nenhum momento a Comissão colocou em causa a admissibilidade da sua proposta. Ela foi admitida pela Mesa, foi distribuída à Comissão e a Comissão debruçou-se sobre ela.

Aquilo que colocámos aqui, porque já tínhamos colocado em causa em setembro do ano passado, quando a iniciativa foi apresentada e votada nesta câmara, foi que nos parecia que, grande parte das normas que estavam aqui contidas, estavam feridas de inconstitucionalidade. É isso precisamente que diz o parecer, mas naturalmente a Sra. Deputada leu o parecer, interpretou e sintetizou da forma que lhe pareceu mais conveniente.

Deixe-me esclarecê-la, Sra. Deputada:

O Estatuto e a própria Constituição reconhecem competência legislativa à Assembleia e no quadro do nosso Estatuto Político-Administrativo temos competências em matéria de trabalho, mas essas competências não podem deixar de ser analisadas à luz dos preceitos constitucionais que tratam da reserva de competência dos órgãos de soberania.

Dentro dessa reserva de competência, é preciso ter ainda em conta o elenco de matérias da reserva relativa da competência da Assembleia da República que não são suscetíveis de serem apropriadas por autorização legislativa da Assembleia da República a esta Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Isto para dizer que naquilo que é matéria de direitos, liberdades e garantias, onde caem sem sombra de dúvida os artigos 53º a 57º da Constituição, nomeadamente em matéria de despedimentos que a Sra. Deputada citou, são matérias relativamente às quais a Região não tem competência legislativa. Isso foi confirmado no parecer.

Onde existe controvérsia doutrinária (e a Sra. Deputada resolveu fazer aqui uma interpretação que lhe fosse conveniente para estender essas dúvidas a toda a matéria), onde existem dúvidas, é relativamente aos direitos de natureza análoga, onde se discute se relativamente a esses direitos se aplica apenas o regime material, ou seja, o regime do artigo 108º da Constituição, que diz que a esses direitos se aplica o respetivo regime, aplicação imediata e vinculação das entidades públicas e privadas, ou se a esses direitos se aplica também a questão da reserva de competência da Assembleia da República.

É aqui que há divergências, é aqui que o Prof. Monteiro Fernandes assume uma determinada posição que é acompanhada maioritariamente pela doutrina, sendo certo que essa posição não tem sido acompanhada pelo Tribunal Constitucional. Se a Sra. Deputada leu todo o parecer, como penso que leu, verificou que é isto que está lá explicado e com absoluta clareza.

Isto para dizer, Sra. Deputada, que não é por uma questão de entendermos que não devemos exercitar Autonomia na sua máxima extensão. Aliás, o Partido

Socialista, quer através da sua bancada de deputados, quer através do Governo, já deu muitas provas nesta casa de que sabe exercer a Autonomia e sabe levá-la até à sua máxima extensão.

Deputada Benilde Oliveira e Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

A Oradora: A questão que aqui se coloca é que não há sequer margem de manobra. É pacífico, Sra. Deputada.

A questão que podemos discutir tem a ver com as outras matérias que são, já não matérias de direitos, liberdades e garantias, mas matéria de direitos de natureza análoga à dos direitos, liberdades e garantias.

Aliás, é por entendermos que a Região tem competência nesta matéria, que o Partido Socialista, no programa que apresentou ao seu eleitorado, se comprometia a fazer à Região uma adaptação do Código do Trabalho e reiterou esse compromisso no Programa de Governo que foi aprovado nesta Assembleia. É um compromisso que temos para esta legislatura e é um compromisso que iremos cumprir, mas vamos fazê-lo, Sra. Deputada, com a responsabilidade a que estamos obrigados, enquanto Deputados Regionais.

Para já ficava-me por aqui.

Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quero, antes de mais, reconhecer as boas e generosas intenções desta iniciativa do Bloco de Esquerda.

Reconheço claramente que o Código de Trabalho em vigor é injusto, é desumano e, diria até, que é inconstitucional, mas também o Código de 2009 era injusto, desumano e até inconstitucional.

Reconheço igualmente que existem aspetos específicos que têm que ser, e devem ser, adaptados à Região.

Por outro lado, gostaria de fazer, desde já também, uma declaração de princípio. Esta câmara, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na minha opinião, tem competência (tem toda a competência!) para legislar sobre esta matéria no âmbito das nossas competências autonómicas.

Mas há aqui uma questão com a qual eu não posso concordar, até porque fere efetivamente um princípio constitucional que está vertido no artigo 56º da Constituição, sob o título “Direitos das associações sindicais e contratação coletiva”, que diz o seguinte:

“2. Constituem direitos das associações sindicais:

a) Participar na elaboração da legislação do trabalho”.

Esta proposta do Bloco de Esquerda não teve isto em consideração. Portanto, está, digamos, ferida deste pequeno problema que é um grande problema, isto é, não se pode tentar legislar sobre matéria laboral sem cumprir aquilo que a Constituição obriga na elaboração de matéria laboral.

Não nos podemos limitar apenas a uma simples audição das estruturas sindicais. Não! As estruturas sindicais têm o direito de participar na elaboração das leis laborais, como é esta que estamos aqui a discutir.

Portanto, há aqui uma diferença, ou se quiserem uma linha, que neste caso, aqui, separa o Bloco de Esquerda do PCP e que tem a ver com o seguinte:

Um Decreto Legislativo Regional que faça a adaptação do Código do Trabalho à Região Autónoma dos Açores não pode deixar de cumprir este preceito constitucional.

Já vários partidos anunciaram iniciativas deste tipo. O PCP também já o fez.

As dificuldades que o PCP tem, e que outros partidos eventualmente terão, na construção de uma proposta que envolva as associações dos trabalhadores na construção da mesma, tem adiado a apresentação de uma proposta de adaptação do Código do Trabalho à Região, ou mesmo até do Projeto de Resolução a recomendar isto mesmo ao Governo Regional, exatamente porque queremos que os trabalhadores participem diretamente na construção da legislação laboral e não nos limitemos a processos em que a participação dos trabalhadores são apenas simples audições.

Por outro lado (penso que é claro para todos), o PCP, relativamente ao Código do Trabalho de 2009, recusou liminarmente.

Portanto, a aproximação desta proposta, que estamos a discutir, ao Código Laboral de 2009, percebo que traga algumas vantagens, mas digamos que isto não pode ser a política “do mal, o menos”.

Temos que construir uma legislação adequada à nossa Região e que envolva os trabalhadores na sua construção, sob pena de estarmos aqui com uma atitude – e perdoe-me Sra. Deputada – paternalista relativamente aos trabalhadores/as açorianos/as.

Portanto, a posição da Representação Parlamentar do PCP, em relação a esta proposta do Bloco de Esquerda, vai ser de abstenção.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD, desde logo, perante esta iniciativa legislativa do Bloco de Esquerda, põe, como primeiro ponto, as dúvidas da sua legalidade. Ao fazê-lo, naturalmente que não está a obliterar nenhuma das competências que este Parlamento pode ter na matéria em causa.

Todavia, trata-se aqui de reprivatizar o Código de Trabalho de 2009, sem qualquer adaptação àquilo que consideramos que pudesse ser a especificidade regional nesta matéria.

O parecer do Prof. Monteiro Fernandes é verdade que conclui pela admissibilidade desta iniciativa legislativa, mas Sra. Deputada, seria mais razoável da sua parte se tivesse efetivamente reproduzido outras partes desse parecer, nomeadamente aquela aonde são referidos 30 artigos em desconformidade constitucional. Isto quer dizer que esses 30 artigos que, no fundo, são a substância desta iniciativa legislativa, estariam, senão absolutamente, pelo menos em grande parte, condenados à declaração de inconstitucionalidade.

A defesa dos trabalhadores não é uma exclusividade, naturalmente, do Bloco de Esquerda.

Entendemos que a defesa dos trabalhadores não se pode fazer de uma forma descontextualizada da realidade económica, sem prosseguir os princípios da segurança no trabalho, da sustentabilidade e da competitividade das empresas, e de uma coisa que para nós é fundamental: a garantia dos postos de trabalho.

Esta proposta que temos aqui do Bloco de Esquerda, sem se adequar a qualquer especificidade regional, seria, do nosso ponto de vista, mais um fator de instabilidade para o mercado de emprego dos Açores onde as dificuldades já são mais do que muitas.

Permita-me que a terminar diga o seguinte, Sra. Deputada:

Hoje, já estivemos aqui perante um truque, que foi o Partido Socialista, aquilo que podendo fazer cá, remeteu para a República.

Com esta proposta legislativa do Bloco de Esquerda, do nosso ponto de vista, estamos perante o mesmo truque, só que em sentido inverso: aquilo que o Bloco de Esquerda não conseguiu na República, quer tentar fazê-lo nos Açores.

Muito obrigado.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não conseguiu na República? A proposta não era nossa!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu não posso deixar de vir novamente a terreiro, até na sequência da intervenção do Deputado Joaquim Machado, pelo seguinte:

A posição do PSD acaba por ser incompreensível, isto é, amarra-se a um parecer de um constitucionalista, ao contexto económico e ao flagelo do desemprego que nos afeta na Região e que afeta o país.

Relativamente ao parecer que foi referido, esse parecer vale o que vale e digamos que apenas o Tribunal Constitucional é que pode dizer ou não, ajuizar ou não, da constitucionalidade dos atos legislativos desta câmara.

Portanto, não será nem esse parecer, nem outro, que limitará qualquer iniciativa desta câmara.

Quem pode ajuizar da constitucionalidade ou não dos atos legislativos da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores é, em última instância, o Tribunal Constitucional.

Mal estaríamos se nos prendêssemos a esses espúrios pareceres.

Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP): E quanto ao Código do Trabalho?

O Orador: Relativamente à situação económica e à questão do desemprego, essa é de facto uma questão complexa, mas é bom que nos lembremos quem é que está a conduzir o país, com os efeitos que isso tem na Região, sem escamotear aqui nenhuma responsabilidade ao Partido Socialista e aos Governos do Partido Socialista.

É bom perceber quem é que nos está a conduzir para a ruína, quem é que está a empobrecer os trabalhadores, quem é que está a empobrecer as famílias, quem é que está a empobrecer este país.

Os responsáveis têm nome, como muito bem V. Exa. sabe. Têm nome e chamam-se PSD, PS e CDS-PP.

Portanto, é bom que V. Exa. não escamoteie estes aspetos.

Deputados Artur Lima e Luís Silveira (CDS-PP): Menos! Menos!

O Orador: É evidente que todas as alterações que houve ao Código Laboral, designadamente a de 2009, não contribuíram em nada, antes pelo contrário, apenas ajudaram a aprofundar a crise social e económica que o nosso país e a nossa Região atravessam.

Por fim, porque efetivamente o primeiro partido na Região que anunciou a necessidade de adaptar o Código do Trabalho à Região foi o PSD, pela voz da Dra. Berta Cabral, gostaria de perceber qual é a posição do PSD, ou melhor, gostaria de perceber melhor qual é a posição do PSD relativamente a esta matéria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: A Mesa não tem mais inscrições.

(Pausa)

Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputada Zuraida Soares (BE): É para encerrar, Sr. Presidente.

Presidente: Está bem. Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Para que fique registado em Diário das Sessões.

É evidente que a bancada do PSD não tem nenhuma obrigação de responder às questões que eu coloquei, e muito menos o Deputado Joaquim Machado, mas a verdade é que o PSD, como tem vindo a ser habitual ao longo desta legislatura, não responde às dúvidas que lhe são colocadas por outras bancadas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Aníbal Pires,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Faça favor, Sr. Deputado!

O Orador: ... o senhor engana-se com muita frequência, mais do que seria habitual.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ao contrário de V. Exa.!

O Orador: Não! Eu também me engano, mas engano-me noutras coisas.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O seu sentido não tem dúvidas e raramente se engana. Mas olhe, eu engano-me várias vezes e cometo muitos erros!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Deixe o homem falar!

O Orador: Parece-me que a sua intervenção tem três erros básicos.

Primeiro: considera que este Parlamento não deve amarrar-se (para usar a expressão que o senhor utilizou) ao parecer do Prof. Monteiro Fernandes. Eu também acho que não se deve amarrar, nem a esse parecer, nem a nenhum outro.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não me quis parecer!

O Orador: Mas há um requisito que do nosso ponto de vista deve estar sempre presente no ato legislativo, que é o da prudência, da segurança legislativa, ambas a concorrer para a credibilidade das instituições.

Optar por um desenfreado comportamento de iniciativa legislativa sem segurança, não só pode não trazer benefícios para os trabalhadores açorianos (o que seria eventualmente neste caso), como ainda pode desacreditar as instituições e, no caso vertente, este Parlamento.

O segundo erro que o senhor, do meu ponto de vista, cometeu na sua intervenção, foi considerar o Código do Trabalho como a causa de todos os problemas do desemprego que existem no país e, segundo me pareceu entender, também aqui nos Açores.

Não vou dizer que em absoluto não haverá nenhum efeito deste Código do Trabalho, mas dizer que tudo se resume a isto e de que o Código do Trabalho é que nos trouxe para esta situação, há de concordar que é de um absoluto exagero e fora daquilo que é a realidade.

Quanto à pergunta que me faz, julgo que também aí tem novamente um erro, um erro de pontaria, porque o senhor dirigiu uma pergunta a esta bancada, quando efetivamente devia ter-se dirigido para o seu lado direito. Eu explico porquê, sem querer com esta explicação aligeirar as responsabilidades que o PSD-Açores, como principal partido da oposição,...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Ainda!

O Orador: ... pode e deve ter nesta matéria.

Desde logo, para lhe dizer que aquilo que for possível adaptar à Região do Código do Trabalho, quando o PSD estiver seguro disso e nas matérias que considerar prioritárias e dentro da legalidade, da tal prudência e da segurança legislativa, e quando politicamente achar oportuno, fá-lo-á (se achar oportuno!). Agora, o Sr. Deputado devia ter feito a pergunta ao Partido Socialista e ao Governo Regional, porque também o Partido Socialista tem esse compromisso plasmado no seu programa eleitoral, e o Governo Regional, como nos lembrou há bocadinho a Sra. Deputada Isabel Rodrigues, tem esse propósito inscrito no Programa do Governo, um programa que foi aprovado por este Parlamento.

Portanto, esse é que é o compromisso maior relativamente à adaptação do Código de Trabalho.

O Sr. Deputado enganou-se quando questionou o PSD, mas já tem a resposta. Agora gostava de vê-lo fazer a pergunta ao Governo Regional para ver se tem a mesma resposta.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraida Soares, em primeiro lugar, dar-lhe os meus parabéns pela produção legislativa que a Sra. Deputada está a ter neste plenário. Para uma preguiçosa, a Sra. Deputada é uma preguiçosa muito trabalhadora.

(Risos da Câmara)

Deputada Zuraida Soares (BE): Eu não sabia!

O Orador: Depois devo dizer-lhe que (agora vem a parte má),...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Ainda falta a parte má, é como as cobras!

Deputada Zuraida Soares (BE): Também sabia!

O Orador: ... não posso acompanhar V. Exa. nesta iniciativa. E não posso acompanhar porque a Sra. Deputada, com esta iniciativa, nem consegue agradar aos gregos, nem aos troianos, nem aos socialistas, nem aos autonomistas, tendo em conta também aquelas que são as competências da Região Autónoma nesta matéria e as dúvidas constitucionais que aqui foram levantadas.

Uma iniciativa deste género deve ser uma iniciativa que reúna um consenso político e um consenso social.

Deputada Zuraida Soares (BE): Olhe que não! Olhe que na República não tem sido assim, Sr. Deputado!

O Orador: Se pretende defender os trabalhadores, se pretende resolver o problema dos trabalhadores, deve ter o apoio dos trabalhadores.

Vou ler aqui o parecer da CGTP que diz: não restabelece “as condições de trabalho respeitadoras da dignidade dos trabalhadores, uma vez que o anterior Código de Trabalho, da responsabilidade do PS, não só não reverteu as alterações gravosas efetuadas pelo Governo PSD/CDS, como ainda as aprofundou, minimiza os efeitos das recentes alterações ao Código do Trabalho, tentando transformar o péssimo em mau”. Isto significa que não estão de acordo.

A mesma coisa em relação às entidades patronais que dizem o seguinte:

“... vêm agravar a situação económica e financeira das nossas empresas, ao aumentar novamente a compensação a pagar em caso de despedimento por caducidade dos contratos a termo, no despedimento coletivo, por extinção do posto de trabalho; vem agravar o pagamento do trabalho suplementar; não prevê a existência do fundo de compensação e aumenta a burocratização”, etc., etc.

Quer as entidades patronais, quer as entidades sindicais, os representantes dos trabalhadores, colocam-lhe aqui um conjunto de dificuldades e mostram uma grande insatisfação em relação a esta iniciativa.

Eu considero que nestas condições o PPM não está em condições de apoiar esta iniciativa.

Permita-me uma última afirmação. Em relação ao Partido Comunista, nesta matéria,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não tenho paciência para isto, de maneira nenhuma!

O Orador: ... gostei de verificar como V. Exa. tentou parasitar.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Parasitar?!

O Orador: V. Exa. tem, em relação a esta posição, uma posição de abstenção, mas mesmo assim achei curioso como V. Exa. tentou parasitar a iniciativa do Bloco de Esquerda...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Parasitar?!

O Orador: ... competindo com quem é que fala mais e quem é que defende mais uma iniciativa que V. Exa. não vai aprovar.

Eu considero que nesse sentido foi uma grande originalidade para este Parlamento.

Fiquei curioso com a sua atitude, embora depois não corresponda de forma alguma ao seu sentido de voto, porque o Sr. Deputado parece o primeiro defensor, ou pelo menos quer parecer ser o primeiro defensor, dos trabalhadores e desta iniciativa, mas depois aquando da votação V. Exa. não vota a favor, Sr. Deputado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Estas coisas estão fora do alcance da sua compreensão, mas quanto a isso não há nada a fazer!

O Orador: Não resisti em assinalar este paradoxo da sua posição, mas pode, Sr. Deputado, continuar a correr e pode continuar a tentar parasitar a proposta do Bloco de Esquerda.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires. Tem um minuto e meio.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu não tenho tempo, como percebeu, de retorquir, até porque vou dar primazia ao Deputado Joaquim Machado.

Vou começar pelo terceiro erro, o erro da pontaria. Primeiro dizer-lhe que não sou atirador.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Notou-se!

O Orador: Eventualmente falho alguns alvos.

Depois, não lhe reconhecia a sua vocação para GPS, isto é, no sentido de orientar o rumo das minhas intervenções e das minhas perguntas. Reconheço-lhe algumas qualidades, mas não sabia que também tinha essa.

Segundo erro:

O Sr. Deputado depois pode verificar no Diário das Sessões aquilo que eu disse sobre o Código do Trabalho, desde 2009. Eles não trouxeram nenhum contributo para a resolução do problema do desemprego, nem para a situação

económica que estamos a viver. Não disse que era a única causa, só disse que não tinha trazido nenhum.

Portanto, aconselho-o também a ir ao otorrinolaringologista. Se calhar não é má ideia.

Primeiro erro: a questão da prudência e da segurança legislativa.

Eu acho muito bem, mas Sr. Deputado, quem tem medo compra um cão.

Se andássemos à espera da prudência e da segurança legislativa, se calhar ainda hoje tínhamos o primeiro Estatuto Autónimo e não teríamos este Estatuto que está em vigor que nos dá, certamente, amplas competências.

Eventualmente ainda não estamos totalmente satisfeitos com ele,...

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): É preciso uma Revisão Constitucional primeiro. Não se esqueça disso!

O Orador: ... mas trouxe-nos aqui um conjunto de competências muito alargadas e não me parece, nesta e noutras matérias, que estivesse esta câmara à espera, ou tivesse como linha orientadora, a prudência e a segurança legislativa, senão, Sr. Deputado, não saíamos da cepa torta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) Deputada Zuraída Soares (BE): Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Tecer também alguns comentários aos comentários que as diversas bancadas fizeram à nossa iniciativa, comentários que, desde já, agradeço.

O primeiro comentário é que era bom que os/as Srs./as Deputados/as por um lado ouvissem bem aquilo que é dito daquela tribuna, no caso concreto aquilo que foi dito por mim própria daquela tribuna, e também era bom que os Srs./as Deputados/as lessem em condições os pareceres e as folhinhas que têm à vossa frente.

Relativamente ao ouvir com atenção, vou citar a página 2 da declaração que fiz daquela tribuna talvez há meia hora. Dizia:

“No que respeita à sua opinião [sua, do Prof. Monteiro Fernandes] sobre matéria de despedimentos e contratação coletiva (como reserva absoluta da Assembleia da República), pode ser matéria controversa, mas quem pode estabelecer uma interpretação vinculativa e fundada é o Tribunal Constitucional, bastando, para isso, que a Assembleia Legislativa dos Açores aprove este diploma.”

Primeiro equívoco que fica solucionado: não é verdade que o Bloco de Esquerda tenha escondido ou escamoteado aquilo que consta da totalidade do parecer do Prof. Monteiro Fernandes. Referiu daquela bancada.

Depois, o parecer da CGTP, no seu último parágrafo, diz exatamente o seguinte (vou lê-lo):

“Assim, compreendemos as razões que norteiam a ação do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, plasmadas na exposição de motivos efetuada. Consideramos que a iniciativa legislativa apresentada, no uso de uma capacidade legislativa própria, apesar de não resolver os graves problemas criados aos trabalhadores e ao Direito do Trabalho e de, conseqüentemente, não restabelecer as condições de trabalho respeitadoras da dignidade dos trabalhadores, uma vez que o anterior Código de Trabalho, da responsabilidade do PS, não só não reverteu as alterações gravosas efetuadas pelo Governo PSD/CDS-PP, como ainda as aprofundou, a iniciativa do Bloco de Esquerda minimiza os efeitos das recentes alterações ao Código do Trabalho, tentando transformar o péssimo em mau”.

Sras. e Srs. Deputados, é bom que se leia em condições aquilo que se tem aqui na frente, porque senão, dizemos exatamente o contrário. Eu não quero acreditar que seja desonestidade intelectual. Foi, seguramente, desatenção.

Continuando...

Não posso deixar de registar que, mais uma vez, hoje (e hoje foi um dia rico neste tipo de comentários), o Partido Socialista insiste em que as iniciativas dos partidos das oposições ou são eleitoralistas, ou são oportunistas, ou são outra coisa qualquer. Só há umas que são legítimas, são as do Partido Socialista e as do Governo Regional.

Mais uma vez o Partido Socialista não faltou a este tipo de apreciação que, do meu ponto de vista, só lhe fica mal, em variadíssimos aspetos.

Depois, lembrar a esta câmara que, exatamente há um ano, os partidos presentes nesta Assembleia, à exceção do PPM e do CDS, assumiram o compromisso de trazer a esta câmara uma adaptação do Código de Trabalho à nossa Região. Foi, aliás, um dos pretextos utilizados para chumbarem então, há um ano, esta mesma iniciativa do Bloco de Esquerda.

Gostaria de lembrar a esta câmara apenas o seguinte:

O Bloco de Esquerda cumpriu o compromisso que estabeleceu com os/as açorianos/as antes de há um ano; cumpriu o compromisso de trazer há um ano esta proposta e agora, apresentando-a, cumpriu um compromisso eleitoral estabelecido em outubro de 2012. Quem está em falta não é o Bloco de Esquerda!

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, também é bom que fique registado, a não ser, para parafrasear o Sr. Deputado Paulo Estêvão, que a preguiça esteja afinal bem distribuída por variadíssimos grupos parlamentares, que não têm um deputado, têm maiorias e absolutas (fazem disso gala e chamam a atenção para isso várias vezes ao dia, como se viu ao longo do dia de hoje), mas que afinal demoram bastante mais tempo a fazer aquilo que um deputado é capaz de fazer e de assumir.

Conclusão nº 18 do parecer do Sr. Prof. Monteiro Fernandes. Diz ... (peço desculpa mas agora perdi-me nos papéis):

“Razões pelas quais, no plano da estrita legalidade, e deixado de lado o conjunto de disposições listado na conclusão 7) [que é onde o Sr. Prof. chama atenção para os artigos que do seu ponto de vista estão feridos de inconstitucionalidade, os tais que daquela tribuna eu disse que devíamos deixar o Tribunal Constitucional decidir, porque não é o parecer que decide da inconstitucionalidade], nada obsta, em nossa opinião, a admissibilidade do Projeto [do nosso Projeto], para discussão e votação na Assembleia Legislativa dos Açores”.

Por isso também, daquela tribuna, eu disse com toda a clareza, que do ponto de vista da legalidade da admissibilidade, da possibilidade de estarmos aqui a discutir uma coisa que afinal não tem nenhum cabimento jurídico-constitucional, afinal não é verdade à luz do parecer que foi pedido pela Comissão Parlamentar que analisou este projeto.

Depois, foi também perguntado quais seriam as especificidades regionais que demandariam um Código de Trabalho para esta Região.

Sras. e Srs. Deputados, penso que hoje, ao longo do dia, não temos falado de outra coisa. Poderei estar enganada, mas pareceu-me que levámos praticamente o dia todo a falar exatamente das especificidades desta Região.

Mas eu posso referir algumas, só para refrescar a memória de alguns:

- a autonomia estatutária que esta Região possui (é uma);
- a selvajaria deste Código de Trabalho, desumano, injusto, inaceitável à luz de qualquer estado democrático e à luz da nossa Constituição (é outra);
- o desequilíbrio total das relações laborais a favor dos patrões (pode ser outra);
- os salários mais baixos do país existentes na nossa Região (pode ser outra).

E permitam-me, para não gastar tempo, que acrescente etc., etc., etc.

Deputado José San-Bento (PS): Fica-lhe mal! Devia explicitar!

A Oradora: Gostaria de lembrar que, à luz de um outro argumento aqui invocado, nenhuma decisão do Governo Regional, deste ou de outro qualquer, sobre matéria laboral, tem legitimidade para ser trazida a esta Casa, ou para ser exercida na Região Autónoma dos Açores, porque nunca foi negociada com os trabalhadores.

Também gostaria de lembrar a esta câmara que o Bloco de Esquerda apresentou na Assembleia da República, em setembro do ano passado, uma iniciativa legislativa para alterar a lei e obrigar o Governo Regional a negociar com os trabalhadores desta Região.

O PSD e o CDS chumbaram essa iniciativa na Assembleia da República, razão pela qual o Sr. Vice-Presidente, daquela bancada, continuará a dizer-me, como disse ao longo de quatro anos: “altere a lei, para nós negociarmos com os trabalhadores”.

Ora, se é assim, não vale invocar como argumento de crítica a esta proposta o facto de não ter sido negociada, porque nenhuma lei laboral nesta Região foi negociada com os trabalhadores. Como a lei não obriga, o Governo Regional tem-se escondido atrás dessa não obrigação.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): O Governo não é a Assembleia!

A Oradora: Mas quando o Bloco de Esquerda propôs na Assembleia da República essa alteração à lei, o PSD e o CDS fizeram o favor de a reprovarem.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): A competência negocial é da Assembleia!

A Oradora: Também gostaria, já agora que estamos a falar desta matéria, de saber por quê.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): O Sr. Deputado Costa Pereira explica-lhe!

A Oradora: É evidente que é uma opção e é uma opção que o Bloco de Esquerda assume.

Entre o perigo e o risco de ser classificada de paternalista ou o risco de aceitar a política da terra-queimada e da selvajaria imposta aos trabalhadores desta Região, o Bloco de Esquerda não tem a mínima dúvida na sua opção.

Corre o risco de ser apelidado de paternalista, mas não deixa os trabalhadores à mercê de um Código de Trabalho que não é digno de uma Região democrática, progressista, moderna e governada por um Governo do Partido Socialista.

Não agradamos a gregos nem a troianos, nem a socialistas.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Sra. Deputada, não agradam a ninguém!

A Oradora: Não estamos preocupados, Sr. Deputado.

De certeza absoluta que os/as trabalhadores/as açorianos/as sabem bem do que é que estamos a falar.

Entre o mau, que é o Código do Trabalho de 2009 do Partido Socialista, e a selvajaria das alterações introduzidas em 2012 pelo PSD e pelo CDS na República, os trabalhadores açorianos têm a certeza – não terão a mínima dúvida! – de saber aquilo que escolheriam.

É escolher o menos mau? É verdade!

Mas isso é preferível à terra queimada, que é aquilo que existe neste momento. Finalmente, o Partido Socialista – há duas horas falávamos em contradições e em contraditório – vai votar contra o Código do Trabalho que é do Partido Socialista. É evidente!

Esta proposta não é contra o Partido Socialista, não. Esta proposta é para aproveitar a brecha de, nesta Assembleia, o Partido Socialista ser absolutamente maioritário e ter um Código de Trabalho seu, da sua responsabilidade, apresentado na República em 2009 e que considerou o melhor do mundo.

Então que o vote aqui para que ele entre em vigor nesta Região e não o de 2012. As contradições de cada um, cada um assume-as.

Agora, não há nenhuma contradição da parte do Bloco de Esquerda.

Deputado Berto Messias (PS): Olhe que há! Os senhores são incoerentes!

A Oradora: Finalmente, demos uma oportunidade ao Partido Socialista, no mínimo, para não aceitar os ditames da *troika*. Afinal provámos a suspeita que tínhamos de que não o faria.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Rodrigues.

(*) **Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Sra. Deputada concluiu a sua intervenção confirmando a minha primeira afirmação: a sua iniciativa não é uma iniciativa a favor dos trabalhadores dos Açores, é uma iniciativa contra esta bancada do Partido Socialista.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: Obrigada pelo esclarecimento precioso que acabou de prestar aos açorianos.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: Queria também lembrar-lhe, Sra. Deputada, que esta maioria resulta (penso que a senhora ainda se lembra) das últimas eleições,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ui!

A Oradora: ... onde, aliás, o seu partido perdeu um deputado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas que crueldade!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Outra vez?!

A Oradora: Lembrar-lhe também, porque acho que a Sra. Deputada insiste que traz a esta Assembleia uma adaptação do Código do Trabalho, que isto não é uma adaptação. A senhora pega nas normas que já estão no diploma regional, insere-as dos artigos 1º ao 7º, e depois pega no Código de 2009, da República, orgulhosamente do Partido Socialista. Isto não é uma adaptação, Sra. Deputada, em lado nenhum!

Por mais que a senhora queira fazer vender a ideia de que é uma adaptação do Código do Trabalho, essa ideia não passa ao crivo de qualquer análise, ainda que mais ligeira seja, da sua iniciativa.

É importante também que essa questão fique esclarecida, porque a senhora não traz aqui uma adaptação. Isto para lhe dizer que não lhe deu assim tanto trabalho, Sra. Deputada, permita-me.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: Queria também dizer, Sra. Deputada, que a senhora diz que é o Código do Trabalho do Partido Socialista e que o Partido Socialista vai votar contra esse Código de Trabalho.

Eu, provavelmente, não me soube explicar na minha primeira intervenção. Vou tentar fazê-lo e começaria essa minha tentativa de explicação perguntando à Sra. Deputada se a senhora traria a esta Assembleia uma iniciativa que visasse, por exemplo, definir novos símbolos nacionais, uma nova bandeira da República Portuguesa?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é necessário!

A Oradora: A senhora traria essa iniciativa?

Trataria uma iniciática sobre segredo de Estado?

Não traria, Sra. Deputada! Não traria, porque sabe que a Assembleia Legislativa não teria competência para legislar nessa matéria.

O que acontece em matéria de trabalho, a senhora tem que dividir entre direitos, liberdades e garantias e direitos de natureza análoga.

Os que estiverem na primeira categoria, devo corrigi-la, se me permite, não são da competência absoluta. São da competência relativa da Assembleia da República, só que, por via da Constituição, não podem ser objeto de uma autorização legislativa a favor desta Assembleia.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Muito bem!

A Oradora: Só podem ser objeto de autorização legislativa a favor do Governo da República.

Em tudo o mais, esta Assembleia tem competência para legislar.

Vou concluir dizendo-lhe, Sra. Deputada, que o Partido Socialista, nos Açores, não trabalha para o Bloco de Esquerda. Trabalha para as açorianas e para os açorianos.

Será assim que, em tempo oportuno, dará entrada nesta Assembleia a proposta de adaptação do Código de Trabalho com que nós nos comprometemos, devidamente trabalhada em sede de concertação social, porque esse é outro traço engraçado da forma como o Bloco de Esquerda faz as coisas.

Para a senhora, concertação social é só com os trabalhadores.

Já foi dito aqui hoje, e eu disse-o também quando fizemos esta discussão em setembro, que isto não se faz só com os trabalhadores, faz-se também com as empresas.

Nós não vamos prescindir disso, mesmo que a senhora não goste.

Muito obrigada.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila) e Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Está assim concluído o debate.

Vamos passar à votação na generalidade do Projeto de Decreto Legislativo.

Os Srs. Deputados que concordam mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Decreto Legislativo Regional foi rejeitado com 27 votos contra do PS, 18 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: O Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para uma interpelação. Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: Sendo assim, julgo que devemos retomar os trabalhos amanhã de manhã.

Boa noite e bom jantar. Até amanhã às 10 horas.

Eram 19 horas e 34 minutos.

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

José António Vieira da Silva Contente

Partido Social Democrata (PSD)

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

(*) Texto não revisto pelo orador.

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco

